

Relatório

Ação Educativa

Ano 2010

2010

Sumário

Sumário	2
Siglário	3
Apresentação	6
Juventude	7
Educação.....	14
Cultura e Mobilização Social.....	33
Focos de Ação Articulada	37
Gestão e Desenvolvimento Institucional	45
Corpo Diretivo e Pessoal	57
Apoios.....	63
ANEXOS	66
I Assessorias	66
II Atividades de Formação.....	69
III Promoção de eventos	72
IV Participação em eventos	76
V Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes	84
VI INSERÇÕES NA MÍDIA	86

Siglário

ABONG – Associação Brasileira de ONGs
ACP – Ação Civil Pública
ADI ou ADIn – Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF – Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AIN – Ajuda da Igreja da Noruega
ALFASOL – Alfabetização Solidária
ANTDJ - Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil
CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAFRO – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
CEDAP – Centro de Educação e Assessoria Popular
CEDECA Ceará – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e da Desigualdade
CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEREJA - Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos
CEU – Centro de Educação Unificado
CLADE – Latino-Americana pelo Direito à Educação
CLADEM - Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CMJ – Centro de Mídia Juvenil
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CONEB – Conferência Nacional de Educação Básica
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
COOPERIFA – Cooperativa dos artistas da periferia
CRAS - Centros de Referência da Assistência Social
DAC – Disciplina de Apoio Curricular
DEMEC - Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Brasil)
DRE - Diretorias Regionais de Ensino
EC – Emenda Constitucional
EE – Escola Estadual
EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento
EF – Ensino Fundamental
EI – Educação Infantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental
ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências para Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAART – Foco de Ação Articulada

FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FES ILDES – Fundação Friedrich Ebert
FEUSP – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSM – Fórum Social Mundial
FUNAP - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GDI – Gestão e Desenvolvimento Institucional
GPN – Grupo Pedras Negras
GPOPAI - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial
GT – Grupo de Trabalho
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
ICAE - International Council for Adult Education
ILANUD - Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira
INESC – Instituto de Estudos Socioeconomicos
IPF – Instituto Paulo Freire
IPM – Instituto Paulo Montenegro
JADE – Jovens Agentes pelo Direito à Educação
LDB – Lei de Diretrizes Bases
MEC – Ministério da Educação
MINC – Ministério da Educação
MNSP – Movimento Nossa São Paulo
MP – Medida Provisória
MP – Ministério Público
NCA – Norwegian Church Aid
NEPSO – Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (projeto)
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça
PAD – Processo de Articulação e Diálogo
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PMCS – Prêmio Minha Comunidade Sustentável
PNE – Plano Nacional de Educação

PNLDEJA – Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos

PROAC Programa de Ação Cultural – PROAC

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SAF – Setor de Administração e Finanças

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SESC – Serviço Social do Comércio

SME – Secretaria Municipal de Educação

SICONV – Sistema Convênios do Governo Federal

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TAC – Termos de Ajustamento de Conduta

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP Leste – Universidade de São Paulo - Leste

VAI – Valorização das Iniciativas Culturais

Apresentação

No ano em que completou 16 anos de vida, a Ação Educativa deu início à implementação de mais um Plano Trienal (2010-2012), tendo como objetivo geral:

Ampliar e fortalecer a participação de jovens, educadores e agentes culturais em ações coletivas que promovam a justiça social, a diversidade étnico-racial e cultural e a responsabilidade socioambiental, e onde os direitos humanos sejam garantidos por políticas de Estado, definidas com base no debate democrático.

O ano foi de trabalho intensivo, com muitos desafios, mas também muitas conquistas.

Na área de Juventude, que pela primeira vez desdobra-se em três diferentes programas, um importante destaque é o êxito na estruturação do Programa Juventude e Trabalho, com a realização de importantes pesquisas, cujos resultados contribuirão com a estruturação das outras linhas de ação previstas.

Na Educação, para além das realizações dos cinco programas, merece destaque o avanço na capacidade de articulação entre seus cinco programas, propiciada pela constituição de uma coordenação comum. Exatamente por ser a maior, para a área da Educação esse tem sido um desafio mais significativo.

A estruturação do Ponto de Cultura Espaço Cultural Periferia no Centro, por sua vez, significou um grande avanço na área de Cultura. Com uma intensa programação ao longo do ano, mensalmente divulgada, esse espaço constituiu-se como uma referência para os grupos culturais da periferia. Mais de 7500 pessoas participaram das atividades na sede da Ação Educativa.

Em 2010, com a aprovação da Assembleia de sócios, a composição da Coordenação Executiva foi ampliada e a instituição finalizou com sucesso o processo, iniciado no ano anterior, de transição no seu modelo de gestão. A implantação de uma nova sistemática de monitoramento do Plano Trienal viabilizou um contato mais direto das equipes com a coordenação geral e um debate mais aprofundado acerca do andamento dos trabalhos, permitindo melhor avaliar a necessidade de correções de rota durante o processo.

Nas páginas seguintes, são detalhadas as atividades e os produtos fruto do trabalho de cada uma das unidades que compõem o organograma institucional, bem como são analisados os resultados e as perspectivas.

São Paulo, junho de 2011.

Juventude

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

Objetivo – Contribuir para a ampliação e fortalecimento da participação social na definição de políticas públicas de juventude articuladas intersetorialmente, na perspectiva de que estas consigam efetivamente satisfazer os direitos dos/das jovens.

Atividades e Produtos

No âmbito da cidade de São Paulo, o programa tem na Cultura um de seus principais campos de atuação, buscando contribuir, de um lado, para o fortalecimento de grupos juvenis e, de outro, para que as políticas públicas nesse campo atendam às suas demandas.

Em 2010, o Centro de Mídia Juvenil (CMJ) apoiou 15 grupos que reúnem jovens produtores de mídias (audiovisual, mídias sonoras, fanzines, programas de rádios, sites, blogs, etc.), com destaque para as seguintes linguagens artísticas: videoclipe, hip-hop, literatura periférica e grafite. O apoio se deu especialmente na forma de assessoria para a elaboração e aperfeiçoamento de seus projetos, que foram encaminhados a editais públicos – especialmente o do Programa Valorização de Iniciativas Culturais-VAI, da Prefeitura do Município de São Paulo, e o do Programa de Ação Cultural – PROAC, da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo. No caso dos projetos de audiovisual, a assessoria contribuiu também para a elaboração de roteiros de captação de imagens, para o trabalho de edição final dos vídeos produzidos e para o aprimoramento técnico no desenvolvimento de seus produtos. Na linha de apoio material, 36 iniciativas culturais de jovens (vídeos, mostras, oficinas e apresentações artísticas), fizeram uso dos recursos disponibilizados pela Ação Educativa (espaço físico, equipamentos e mídias). Na linha de articulação, o CMJ integrou e apoiou a organização do Fórum Vídeo Popular que tem realizado mostras, discussões e publicações em torno da produção audiovisual de jovens e grupos culturais independentes.

Com o objetivo de avaliar a atuação do CMJ e aprimorar sua intervenção, foi realizada uma pesquisa junto aos jovens frequentadores do Centro – atendendo ao convite da Ação Educativa, 38 jovens responderam o questionário e 10 participaram de discussão acerca dos resultados. Em seguida, foi realizado um debate com 9 pessoas – entre pesquisadores, gestores e militantes da área de Juventude e Cultura.

A partir do reconhecimento do acúmulo de conhecimentos na área, a Ação Educativa foi convidada e integrou a Comissão de Avaliação e Propostas do Programa VAI – Secretaria Municipal de Cultura, responsável pela avaliação e acompanhamento dos projetos selecionados no edital, e também pela elaboração de propostas para seu aprimoramento.

Numa outra vertente de atuação, ainda no âmbito da cidade de São Paulo, foi iniciada uma articulação com outras organizações de juventude. Após um debate em torno das características e dos desafios atuais da organização e participação juvenis na cidade, foram traçadas algumas estratégias e iniciado um trabalho de busca por recursos para sua viabilização.

No âmbito da esfera federal, três atividades tiveram destaque.

Na coordenação da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Políticas do Conjuve – Conselho Nacional de Juventude, a Ação Educativa teve papel central na realização de oficinas e na consolidação do primeiro documento público em que esse Conselho se pronuncia com relação às políticas do governo federal¹.

O Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens esteve no foco do Programa por meio de duas iniciativas de pesquisa. De um lado, participou da equipe responsável por pesquisa com os jovens participantes da *Mostra, Jovem!*², realizada pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano / Secretaria Nacional de Juventude. De outro, deu início à pesquisa *Projovem Urbano - seus impactos nas políticas de EJA e Juventude e na trajetória educacional de jovens*, como parte do projeto de pesquisa intitulado *Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos, resultados*, aprovado em edital do Inep, que será desenvolvido até 2012.

Por fim, foi realizado o *Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010*, que teve o objetivo de fazer um balanço das políticas de juventude no âmbito federal, tendo em vista a identificação dos principais desafios e perspectivas para as políticas de juventude de caráter nacional num momento em que as eleições presidenciais apontavam para um novo ciclo na política federal. Realizado em parceria com a Fundação Friedrich Ebert, o Ibase, o Instituto Pólis, o Instituto Paulista de Juventude, o Núcleo de Análises em Políticas Públicas/UFRRJ, o Observatório Jovem/UFF e o Observatório da Juventude/UFMG, o Seminário teve 200 participantes (selecionados dentre os 600 inscritos) das diversas regiões do Brasil e foi transmitido on-line. Em 2011 será publicado um livro com o conteúdo debatido no Seminário.

Balanço dos resultados e perspectivas

O Centro de Mídia Juvenil manteve-se como um espaço de referência para jovens que produzem mídias na cidade de São Paulo, especialmente no que diz respeito à elaboração de estratégias para sua relação com as políticas públicas. Com o incremento dos editais públicos de fomento na área cultura, observa-se uma demanda crescente de formação para elaboração de projetos que lhes permitam concorrer e acessar tais recursos e, assim, desenvolver de forma autônoma suas iniciativas culturais. Dessa forma, mostrou-se acertada a realização do Curso de Elaboração de Projetos Culturais e dos workshops de editais públicos na área cultural – por meio deles pode-se não apenas apoiar esses grupos na construção de seus projetos e na ampliação do acesso a editais públicos, mas também oferecer informações e propiciar discussões acerca das políticas públicas da área cultural, do plano nacional de cultura e dos desafios do financiamento e do diálogo com o poder público.

Os debates realizados a partir dos resultados da pesquisa apontaram que a Ação Educativa contribuiu significativamente para a organização e o fortalecimento de um razoável número de grupos de produção de mídias e permitiu, também, identificar que os processos formativos desenvolvidos entre os anos 2003 e 2005 tiveram papel decisivo nesse processo: boa

¹Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal

² A pesquisa deu origem à publicação *Mostra, Jovem! Rompendo Invisibilidades – Perfil e Percepções dos Participantes da 1ª Mostra de Produções do Projovem Urbano*. Secretaria Nacional de Juventude, Brasília-DF, 2010.

parte dos jovens que frequentam o CMJ participou desses projetos. Agora, identifica-se um certo envelhecimento desses jovens e coloca-se a necessidade de renovação. A aposta é na elaboração de novos projetos de formação em mídias, que permitam atrair novos jovens e fomentar um novo ciclo de trabalho para o CMJ.

No que diz respeito à incidência no debate em torno das políticas públicas de juventude, o balanço é positivo, especialmente pelas perspectivas que se apresentam. Ainda que a pesquisa sobre o Projovem tenha apenas se iniciado, ela apresenta importância estratégica, uma vez que consiste no maior e mais importante Programa do Governo Federal para jovens, tendo sido criado pela mesma lei que criou a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

Da mesma forma, apresenta-se como estrategicamente importante a publicação que será feita em 2011 dos debates ocorridos no âmbito do Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, uma vez que esse evento foi amplamente avaliado de forma positiva. Tendo reunido representantes das principais forças e dos diferentes segmentos envolvidos nesse campo, a metodologia utilizada e a composição das mesas permitiram um debate bastante qualificado acerca dos desafios que se apresentam. Vale lembrar que em 2011 será realizada a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude e a reflexão produzida certamente contribuirá para diferentes atores qualificarem sua intervenção no processo.

Um grande desafio para o próximo ano será a efetivação de uma articulação com outras organizações tendo em vista o fomento ao controle social das políticas de juventude no âmbito da cidade de São Paulo. Nesse sentido, será preciso especial atenção ao processo da 2ª Conferência, para que não se restrinja ao debate das questões nacionais.

Programa Juventude e Trabalho

Objetivo – Contribuir para a construção de políticas públicas de trabalho decente para a juventude

Atividades e Produtos

Em seu primeiro ano de implementação, o programa tinha como desafio a elaboração de projetos que possibilitassem o desenvolvimento de suas ações. Foram elaborados e aprovados dois projetos de pesquisa com objetivo de avaliar experiências de políticas públicas, governamentais e não governamentais, dirigidas a adolescentes e jovens nos campos da educação e do trabalho.

A pesquisa Jovens do Pró-Menino: projetos e trajetórias, apoiada pela Fundação Telefônica, teve sua primeira etapa concluída. A pesquisa tem como objetivos contribuir para a análise das trajetórias escolares e profissionais de adolescentes egressos do Programa Pró-Menino, para avaliação das estratégias utilizadas pelo Programa e para a constituição das bases de um novo projeto direcionado à juventude em sua interface com a educação e o trabalho. Foram realizadas entrevistas domiciliares com 262 egressos, seis grupos focais com jovens e entrevistas com educadores e coordenadores de projetos do Pró-Menino. Além disso, foi realizado um amplo mapeamento de iniciativas, em âmbito público e privado, dirigidas à

inserção de jovens no mundo do trabalho e um conjunto de estudos de caso de experiências consideradas mais significativas – nos municípios de Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Recife, Glória de Goitá e Porto Alegre.

No campo da construção de políticas públicas, foi realizada assessoria para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Secretaria Nacional de Juventude, para consolidação da versão final da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil (ANTDJ), aprovada em dezembro de 2010. A Ação Educativa participou de todas as reuniões do Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude composto por representantes do poder público federal, de entidades sindicais e empresarias, sistematizando os resultados e contribuindo para o estabelecimento de consensos.

Foram proferidas 8 palestras, em cinco estados da Federação, tendo como foco a questão do trabalho decente para a Juventude e envolvendo diferentes públicos e atores: gestores públicos, educadores, jovens, pesquisadores, coordenadores de programas e projetos de ONGs, fundações e institutos.

Por fim, foi aprovado, pelo Instituto Unibanco, o projeto Jovens Aprendizizes que, em 2011, pesquisará as experiências e trajetórias de adolescentes que conseguiram sua primeira inserção no mercado de trabalho por meio da Lei de Aprendizagem.

Balanco dos resultados e perspectivas

O debate público em torno da inserção juvenil no mundo do trabalho sempre teve seu foco nas estratégias de qualificação profissional e de redução dos índices de desemprego juvenil. No último ano, porém, pode-se dizer que começa a ganhar visibilidade uma outra face dessa questão: a qualidade das oportunidades de emprego que os jovens conseguem acessar. Precarização, baixos salários, extensas e flexíveis jornadas de trabalho vêm atingindo mais fortemente o público juvenil, em especial aqueles de baixa renda, do sexo feminino e cor/raça negra. O debate e a aprovação de uma Agenda Nacional do Trabalho Decente contribuíram para a ampliação da visibilidade desta problemática, mas ainda são desafios a construção e implementação de propostas efetivas neste campo. No próximo ano a perspectiva será acompanhar e contribuir para a construção do Plano Nacional de Trabalho Decente para a juventude transformando em metas e indicadores as prioridades estabelecidas pela Agenda. Além disso, será fundamental a construção de estratégias específicas para ampliar a incidência da Ação Educativa no debate público sobre a questão. Se a elaboração e discussão da Agenda já contribuíram para dar visibilidade ao trabalho da Ação Educativa neste campo, a perspectiva é que a elaboração do Plano possa ampliar ainda mais nossa intervenção.

Os primeiros resultados da avaliação do Programa Pro-Menino trouxeram elementos para refletir sobre a questão da educação e do trabalho junto a um segmento específico da juventude brasileira: adolescentes que tiveram o trabalho no centro de suas trajetórias e jovens que cumpriam ou eram egressos de medidas socioeducativas. Os primeiros resultados da pesquisa corroboraram hipóteses que há algum tempo vêm sendo construídas pelo Programa: a importância do trabalho para as jovens gerações, a necessidade de uma escola capaz de dialogar com a realidade, expectativas e projetos deste segmento no campo do trabalho e a necessidade de contribuir para estreitar os elos entre educação e trabalho nas políticas e projetos dirigidos a este segmento. Em relação à educação, chamou atenção a

grande expectativa dos adolescentes e jovens investigados em relação à conclusão do ensino superior e, ao mesmo tempo, a dificuldade de concluir o ensino fundamental e médio e, especialmente no caso dos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, a dificuldade da escola e dos projetos em compreender suas especificidades. Espera-se que os resultados da pesquisa, em fase de conclusão, contribuam para que a Fundação Telefônica elabore e implemente um programa específico dirigido a jovens no campo do trabalho e permita aprofundar a reflexão em torno das trajetórias de jovens trabalhadores e egressos de medidas socioeducativas.

Em relação à pesquisa Jovens Aprendizes, a perspectiva é contribuir para a revisão e debate sobre a Lei da Aprendizagem. Prevê-se a realização de um amplo debate sobre os resultados do estudo com diferentes atores: gestores, empresários, sociedade civil e jovens, contribuindo para a construção de propostas de educação e trabalho decente para a juventude.

Por fim, o Programa Juventude e Trabalho também terá como perspectiva ampliar a compreensão da relação entre educação e trabalho nos diferentes níveis de ensino e para diferentes segmentos da população; o estreitamento da relação com outros programas e temas da instituição na perspectiva de fortalecer a conexão entre educação e trabalho e o alargamento da capacidade de elaborar e implementar projetos com maior incidência no debate público para além da produção de conhecimento.

Programa Jovens e Ensino Médio

Objetivo – Contribuir na elaboração de propostas para o Ensino Médio que correspondam às necessidades dos jovens

Atividades e Produtos

Uma linha de atuação central no programa refere-se à experimentação de propostas e metodologias de orientação profissional para jovens de ensino médio e, nesse campo, duas ações foram implementadas: a formação de 10 JADEs – jovens agentes pelo direito à educação e a realização de oficinas de orientação profissional em escolas.

A formação dos JADEs envolveu 290 horas de curso, ao longo das quais se buscou contribuir com seus processos de escolha profissional e também prepará-los para a realização de oficinas de orientação profissional nas escolas. Além da abordagem de temas diversos, o curso incluiu atividades de desenvolvimento da linguagem escrita e fomentou a participação desses jovens nos debates públicos sobre o ensino médio e sobre outros temas relacionados aos seus direitos.

As Oficinas de Orientação Profissional *Tô no Rumo* foram realizadas em quatro escolas públicas de Ensino Médio, envolvendo um total de 532 estudantes. Diferentemente do ano anterior, em 2010 em apenas uma das escolas essas oficinas foram conduzidas pelos JADEs; nas outras três, elas foram conduzidas pelos professores de DAC – Disciplina de Apoio Curricular – do terceiro ano do ensino médio. Para que isso se tornasse possível, os professores receberam uma capacitação inicial e os materiais necessários para a utilização da metodologia *Tô no Rumo*; foram também assessorados ao longo do processo.

Com o objetivo de oferecer subsídios e informações para jovens sobre Ensino Médio e processos de escolha profissional e inserção profissional, foi construído o projeto do site *Tô no Rumo*, que será lançado em 2011.

Buscando incidir no debate das políticas públicas de ensino médio foi publicado o texto *Universalização e obrigatoriedade do ensino médio*³ e, em parceria com outros Programas da Ação Educativa (Foco de Ação Articulada Ensino Médio Democrático), foi realizado um Encontro Temático sobre Ensino Médio, no âmbito do processo da Conferência de Educação da Cidade de São Paulo⁴.

Balanco dos resultados e perspectivas

A avaliação feita ao final do ano pelos JADEs apontou a influência/apoio da Ação Educativa para a construção de projetos profissionais futuros (a maior parte dos participantes prestou exames vestibulares para universidades e/ou cursos técnicos públicos) e uma positiva contribuição dos encontros dedicados ao letramento – mencionados como importantes suportes para a realização de provas como o ENEM e dos exames de vestibulares.

Registrou-se, no ano, uma intensa participação dos JADEs em seminários, conferências, audiências, reuniões e atos públicos. Ao longo da formação, os jovens foram construindo ou ampliando certa disposição e clareza sobre a relevância de ocupar espaços de decisão ou de debate relativos a questões importantes para os jovens e para a sociedade em geral.

A perspectiva para 2011 é de que, numa ação complementar às oficinas de orientação profissional, os novos JADEs sejam responsáveis pela organização e realização de uma campanha com foco no acesso de estudantes pobres ao ensino superior.

Nas oficinas de orientação profissional, a assunção pelos professores de DAC da responsabilidade de tratar da trajetória dos jovens, abrindo espaço para que essa temática seja debatida e discutida em sala de aula configurou-se como uma conquista. Essa alteração permitiu que as oficinas de escolha profissional pudessem ser viabilizadas para um grupo maior de estudantes: o número de jovens envolvidos saltou de 60, em 2009, para 532. Além disso, trata-se de um passo importante para a escola abordar questões essenciais para seus estudantes, mas não diretamente relacionadas às disciplinas escolares, tirando-as de um lugar periférico e secundário de seu cotidiano.

Apesar disso, os resultados em cada escola foram significativamente diferenciados, pois a oficina caminhou em cada uma delas de acordo com o vínculo dos professores ao projeto, a autonomia e a capacidade de organização das equipes de professores e a estabilidade organizacional de cada escola.

Manter os professores envolvidos com as oficinas de orientação profissional se constitui em um grande desafio em 2011. Isso porque, embora tenham avaliado positivamente o trabalho e a metodologia de orientação profissional, a maioria dos professores que atuava em DAC no

³ O texto foi publicado no livro *Ensino Médio: mudanças e perspectivas*, organizado por Márcia H. Koboldt e Rui Antônio de Souza (Org.). A publicação é uma iniciativa do Mundo Jovem: um jornal de ideias e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁴ Ver página 38

ano de 2010 pretendia no novo ano letivo retomar seus trabalhos a partir de aulas em suas disciplinas específicas. Ou seja, em 2011 para dar continuidade ao trabalho realizado nas escolas parceiras será necessário identificar os novos professores, sua disponibilidade em atuar nas oficinas de orientação profissional, garantir formação àqueles que estiverem interessados, assessorar e apoiar os trabalhos destes.

Um importante instrumento para disseminar os aprendizados e ideias construídas ao longo dos dois últimos anos de projeto JADE será o lançamento do site *Tô no Rumo*. Produzido por jovens monitores (VADES) esse veículo de comunicação pretende divulgar informações relevantes para jovens de escolas públicas sobre o mundo do trabalho e formas de acesso ao ensino superior e profissional. Da mesma forma, a publicação da metodologia *Tô no Rumo*, a ser realizada também em 2011, permitirá a divulgação da experiência de orientação profissional para um número maior de educadores e professores que atuam com jovens.

Um dos eixos do Programa consiste na construção de mecanismos que incidam nos processos de tomada de decisão e construção de políticas públicas para o ensino médio. Em especial, tem-se como objetivo construir mecanismos e processos em que as vozes de jovens e de professores da rede estadual de ensino de São Paulo possam reverberar e incidir sobre esses espaços, garantindo o princípio democrático de participação de todos nos processos de decisão acerca das políticas públicas. No entanto, ao longo de 2010 foram poucas as ações construídas estrategicamente com este objetivo.

De maneira geral, integrantes da Ação Educativa e particularmente do Programa participaram de congressos, seminários e encontros divulgando a experiência e os conhecimentos produzidos no âmbito do projeto JADE ou posicionando-se sobre alguma ação/projeto governamental. Todavia, para o ano de 2011 as frentes com vista à incidência política estão estruturadas na perspectiva de problematizar no ensino médio questões referentes à conexão entre educação e trabalho. Nessa perspectiva está prevista a realização de uma roda de conversa sobre orientação profissional no ensino médio e a realização de um seminário provisoriamente chamado como Educação e Trabalho: O Ensino Médio em Foco.

Educação

Programa Observatório da Educação

OBJETIVO – Produzir e disseminar informações, promover pluralidade das opiniões, subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito.

Atividades e produtos

Destacam-se no ano de 2010 as atividades do Observatório da Educação de acompanhamento da conjuntura nacional, que, aliadas a estratégias de produção e disseminação dessas informações, contribuíram para o objetivo central do programa de promover a pluralidade de opiniões e qualificar o debate público sobre educação.

São dois exemplos de levantamentos realizados pelo Observatório que incidiram fortemente no debate público e na mídia em 2010: um sobre projetos de lei no Congresso que propõem criação ou inclusão de novas disciplinas no currículo escolar – material que, às vésperas das eleições, fomentou discussão sobre o papel do parlamento na formulação de políticas educacionais – e outro levantamento sobre a situação dos planos estaduais de educação no país. Este último gerou produção de mais de 30 reportagens em diversos veículos e ocasionou desdobramentos, como a discussão do tema no Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Foram realizados três debates da série Desafios da Conjuntura, todos com transmissão online e participativa – o que representou uma efetiva ampliação do debate. Em todas as atividades foi assegurada a interpretação em Libras.

Em junho de 2010, foi finalizado o estudo "Mapeamento de Experiências de Educação na América Latina", realizado pela Ação Educativa a pedido da Avina. O trabalho apresentou as principais dificuldades enfrentadas no continente no processo de universalização da educação pública de qualidade, bem como apontou algumas respostas a esses desafios a partir da análise da atuação da sociedade civil em diferentes países. O texto tomou como base o mapeamento das experiências em educação desenvolvidas por entidades sociais do continente e incorporou reflexões elaboradas por pessoas presentes em reunião organizada pela Avina entre 4 e 6 de maio, em São Paulo. O encontro tinha como objetivo a definição do foco estratégico da Avina para a área de Educação de Qualidade na América Latina. Na reunião, a conjuntura educacional foi diagnosticada a partir da reflexão sobre oito problemas formulados inicialmente e traduzidos em "desafios". Foram apresentadas sugestões para sua superação, compondo um quadro em que se buscou relacionar as ações identificadas no mapeamento de atividades desenvolvidas pela sociedade civil. Esse conjunto de informações serviu como suporte para recomendações feitas à AVINA, de modo a contribuir para o processo de definição de seu foco estratégico para a atuação no continente. Por fim, foi constituído um banco de dados online sobre as organizações pesquisadas, que será disponibilizado para pesquisa no site do Observatório da Educação.

Balanco dos resultados e perspectivas

Em 2010, o Observatório consolidou a estratégia de acompanhamento dos conselhos de educação por meio de importante passo no período: a criação do blog De Olho nos Conselhos. Aliado à divulgação no boletim semanal e em seu twitter, o blog se constituiu como um espaço para o registro dos relatos das sessões – que a equipe passou a acompanhar semanalmente – a divulgação das pautas com antecedência e a reprodução das atas publicadas nos diários oficiais.

A atividade gerou repercussão na imprensa, que passou a tomar o Conselho como fonte de informação sobre política educacional em alguns dos casos – o que dialoga com o objetivo central do Observatório de pluralizar o debate público sobre educação e democratizar o acesso à informação pública. A perspectiva é que a estratégia possa ser ampliada para as comissões legislativas (De Olho nas Comissões), mas a atividade deve ser avaliada porque exige fôlego da equipe, e demanda projeto específico para realizá-la.

Contatou-se a duplicação das visitas à página do Observatório em razão da integração de novas ferramentas como o compartilhamento via Twitter e Facebook a todas as reportagens. No final de 2010, a média diária de acesso passou de 300 a 600 visitas. Juntamente com o crescente reconhecimento, por parte da imprensa, do Observatório como produtor independente de informação, verificou-se também a procura cada vez maior de gestores de pequenas cidades que tomam o Observatório como fonte de informação (demanda identificada nos crescentes pedidos de envio de publicação e cadastramento no boletim do Observatório).

Também se mostrou acertada a estratégia de focalizar a cobertura em temas invisíveis, seguindo o recorte temático proposto no Plano Trienal para o período de 2010 a 2013. O Observatório abordou temas como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); o trabalho docente; a valorização da participação docente no debate público sobre educação; o ensino médio; a educação de pessoas privadas de liberdade e ações e mobilização para o combate à desigualdade racial.

O reconhecimento das iniciativas de valorização do ofício docente por meio da ampliação de sua participação no debate público é outra importante realização do período. O estímulo à pluralização do debate foi adotado pela AVINA como estratégia latino-americana. A desqualificação da imagem docente é comum a diferentes países, conforme demonstrou diagnóstico feito em reunião realizada na Ação Educativa para discussão da iniciativa Valorização de profissionais da educação – uma perspectiva Latino Americana, que contou com a participação de representantes de organizações da Venezuela, Equador, Chile, Paraguai, Costa Rica, Nicarágua, Uruguai, Peru e Argentina.

Programa Ação na Justiça

OBJETIVO – Ampliar e qualificar a utilização de instrumentos jurídicos na defesa de direitos educacionais e da juventude, fortalecendo a justiciabilidade dos direitos humanos junto ao sistema de justiça estatal e à sociedade civil.

Atividades e produtos

A justiciabilidade é a possibilidade de se exigir no sistema de justiça o cumprimento dos direitos previstos nas normas nacionais e internacionais. No campo dos chamados direitos sociais - normalmente identificados como aqueles direitos cuja realização requer a intervenção do Estado para elaboração de políticas públicas - o debate em torno de sua justiciabilidade tem, como pano de fundo, diferentes concepções de Estado e de justiça social, além de requerer uma discussão sobre o papel e os limites do Poder Judiciário na realização dos direitos humanos.

A justiciabilidade, nessa concepção, deve ser compreendida como uma característica dos direitos humanos, requerendo do Estado a organização de instituições públicas capazes de prevenir e reparar violações a tais direitos, entre eles o direito à educação. Tais instituições, além de acessíveis a todos, devem ser eficazes, sob pena de não se efetivarem as conquistas sociais inscritas nos documentos jurídicos, constituindo-se o próprio Judiciário mais uma instância de violação estatal.

Para alcançar o objetivo previsto no planejamento trienal da Ação Educativa, o Programa Ação na Justiça se organiza em quatro linhas de ação estratégica, que são bastante interligadas. A seguir, são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pelo programa em 2010.

Com relação à produção e à difusão de informação, destacam-se três realizações no ano. A primeira foi a publicação e distribuição de três edições do Boletim OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso à Justiça, cujo objetivo é disponibilizar informações sobre o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, abordando o comportamento do Ministério Público e do Poder Judiciário frente às demandas por educação, além de análises dos instrumentos jurídicos, nacionais e internacionais, destinados à garantia e proteção deste direito universal.

Uma segunda ação de destaque foi a publicação e manutenção do Blog do Curso Cidadania e Direito à Educação, <http://direitoaeducacao.wordpress.com>, que constitui espaço de registro de todo o conteúdo abordado no referido curso. Também foi elaborado e publicado o artigo “Ações em defesa do direito à educação infantil em São Paulo: litigância estratégica para a promoção de políticas públicas”, que reflete sobre a nossa estratégia de defesa judicial do direito à educação infantil no município de São Paulo. O artigo foi publicado no livro “Justiça e Direitos Humanos” e apresentado no I Seminário sobre Democratização do Acesso à Justiça, organizado pelo Observatório da Justiça Brasileira.

Na linha de educação jurídica popular, no primeiro semestre de 2010, o programa Ação na Justiça ofereceu a segunda edição do Curso Cidadania e Direito à Educação, cujo objetivo em primeira linha foi o de potencializar a ação de atores sociais estratégicos e militantes do campo educacional, aumentando sua percepção de que a educação escolar democrática e de qualidade é um direito e que, por isso, é dotado de mecanismos de proteção contra

violações. A experiência do curso foi reconhecida com o 2º lugar no Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, na categoria "A Sociedade na Educação em Direitos Humanos".

Com relação a recursos ao sistema de justiça em ações paradigmáticas e/ou coletivas (litigância estratégica e assessoria jurídica), a atuação envolveu diferentes frentes temáticas. A partir do diagnóstico sobre os problemas da educação infantil no Município de São Paulo, sempre em articulação com outras organizações concentradas na Zona Sul do Município, em um coletivo que se autodenomina "Movimento Creche para Todos", o Programa atuou em 2010 nos desdobramentos de ações jurídicas propostas em anos anteriores, bem como na proposição de novas ações.

A Ação Civil Pública que visava a modificação da política pública de transferência de crianças de 3 anos para pré-escolas teve efeito: a Secretaria Municipal de Educação voltou atrás em sua decisão e decidiu manter as crianças desta faixa etária em creches. No entanto, o resultado propriamente jurídico tardou: a liminar foi concedida no final do ano, com pouco efeito prático para as crianças especificamente identificadas. A ação civil pública visando matrículas em educação infantil, proposta em 2008 no Fórum de Santo Amaro – a partir de mobilização daquele mesmo ano –, teve a sentença favorável mantida pelo acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. A partir dessa decisão, propôs-se uma Execução Provisória, que está em tramitação também no Fórum de Santo Amaro.

A partir das mobilizações do final de 2009 com relação à educação infantil, foram encaminhadas representações ao Ministério Público Estadual e propostas duas novas ações civis públicas, uma na Vara da Infância e Juventude do Fórum do Jabaquara e outra na mesma vara do Fórum de Santo Amaro. Tais ações reforçam estratégias mais amplas para incidência na política pública de EI – pois discutem e pedem inclusão de dotação orçamentária; plano de expansão e construção de novas unidades de educação infantil. Nelas, obtivemos resultados diametralmente opostos: uma vitória (no bairro de Jabaquara), com a concessão integral do pedido de antecipação de tutela, e uma derrota (no bairro de Santo Amaro), com o indeferimento da petição inicial; o que repõe a necessidade de continuar discutindo o tema do controle jurisdicional de políticas públicas e o papel do Judiciário na garantia de direitos sociais.

Em articulação com o Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo, foram encaminhadas representações aos Ministérios Públicos das onze maiores cidades do Estado de São Paulo, requerendo-se a abertura de investigações sobre a queda drástica do número de matrículas nesta modalidade educacional em toda a rede estadual e na maioria das redes de ensino municipais, além de apuração de denúncias sobre o estabelecimento de requisitos ilegais para a abertura de vagas. Como resultado desse empenho, cinco Inquéritos Civis Públicos foram instaurados (Osasco, Santo André, Santos, Diadema, e Mauá); quatro promotorias tomaram outras providências (Guarulhos, Campinas, S. José dos Campos, Ribeirão Preto); e houve duas representações arquivadas (Sorocaba e Piracicaba).

A Ação Civil Pública que o Ministério Público propôs em 2008, a partir de Representação do Fórum EJA e da Ação Educativa, requerendo a realização de um censo em que se levantasse a demanda por educação de jovens e adultos, e a suspensão do fechamento de salas e escolas na Capital, na qual fomos assistentes litisconsorciais, foi indeferida. Recorremos da decisão que também foi negativa no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Atualmente está em fase de recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em maio, o STJ indeferiu Recurso Especial (RE nº 1.101.015) proposto pela União contra decisão judicial que reconhece a dívida do Governo Federal em razão do descumprimento da Lei nº 9.424/96 (Lei que regulamentava o Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério). A União deveria complementar recursos em todos os Estados e Municípios que não alcançassem, com receitas próprias, o valor médio nacional calculado com base no critério estabelecido na referida lei. Ao descumprir a Lei, foi gerada uma dívida com o Fundo, que deve ser repassada para despesas educacionais.

Essa foi a opinião das organizações da sociedade civil levada ao conhecimento do STJ em petição de Amicus Curiae assinada por Ação Educativa, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA Ceará, Conectas Direitos Humanos e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com o apoio expresso da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, rede que vem batalhando nesta pauta praticamente desde sua criação, em 1999.

Também foi proposta, em parceria com o Fórum Hip Hop Municipal, uma Representação ao Ministério Público, que abriu Inquérito Civil Público oficiando a Prefeitura de São Paulo pela não-realização da semana comemorativa (Semana HipHop) nos últimos anos. O resultado da representação foi positivo, na medida em que a Prefeitura discutiu com o Fórum a realização da próxima semana a ser realizada em 2011, atendendo ainda à Recomendação do MP no sentido de incluir rubrica orçamentária específica para a realização da atividade, no valor de R\$ 100 mil.

Dando continuidade à campanha "Fala Educador, Fala Educadora!", que resultou na propositura, em 2009, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 173, foi provocada também a Procuradoria Geral da República para que realize controle concentrado de constitucionalidade - via ADIn ou ADPF, conforme o caso - em todas as legislações do país que mantenham normas cerceadoras da liberdade de expressão dos professores e outros funcionários públicos, a exemplo do que foi feito em São Paulo.

À Secretaria Estadual de Educação de São Paulo foram encaminhadas petições administrativas de enfrentamento da violação do Princípio da Gratuidade (cobrança por uniformes, cópias de provas), e de possíveis irregularidades no processo de compra de insumos para as escolas (caso Kalunga). Ambas estão em fase de apuração administrativa, e em avaliação da viabilidade de uma estratégia mais ampla.

Iniciou-se, ainda em 2010, a elaboração do Amicus Curiae na ADI que questiona o art. 11 do Acordo Brasil-Santa Sé, que institui "o ensino religioso, católico e de outras religiões" nas escolas públicas brasileiras. Também foi dado início à elaboração - e articulação política de organizações que serão signatárias do pedido - de uma petição à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão para solicitar o acompanhamento em todos os estados das medidas para a implementação da Resolução n. 2/2010 CEB/CNE, que regulamenta educação nas prisões. Além dessas, inúmeras assessorias pontuais sobre questões que envolviam o direito à educação de pessoas e comunidades foram realizadas.

Em 2010, houve mudanças na posição institucional em diversas redes. Entre elas, a saída da coordenação executiva da Plataforma Dhesca - rede à qual a Ação Educativa continua filiada; a constituição de uma rede de "Monitoramento e Participação Social no Judiciário" - grupo de organizações de direitos humanos, cujo objetivo é exigir maior participação e controle social no sistema judiciário e ampliar as possibilidades desse sistema como um espaço de garantia

dos direitos humanos. Além disso, o Programa representa a Ação Educativa no comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o que amplia a possibilidade de acompanhar e intervir em pautas legislativas nacionais.

Balanço dos resultados e perspectivas

Dos relatos acima podemos concluir que foi alcançado o objetivo traçado no Plano Trienal, que consistia em fortalecer a capacidade de litigância estratégica da Ação Educativa em defesa do direito à educação, fortalecendo a justiciabilidade desse direito na sociedade civil e a articulação desta com os órgãos oficiais do Sistema de Justiça estatal. Também foi consolidada nossa estratégia em defesa do direito à educação infantil: avançar nas demandas pelo direito dos jovens e adultos à educação e também diversificar a pauta de atuação a partir do diálogo com outras organizações e redes.

Como estratégia institucional, merece destaque a articulação das iniciativas do campo jurídico ao fortalecimento de redes e articulações da sociedade civil com as quais a Ação Educativa estabelece uma relação de colaboração e construção comum. Essa articulação possibilitou, ressalte-se, uma maior incidência da organização no município e no estado de São Paulo, ampliando assim a capacidade de incidência nas políticas públicas educacionais locais e regionais. Nesse sentido, mostrou-se acertada a articulação da estratégia do programa Ação na Justiça à atuação institucional junto ao Movimento Nossa São Paulo, ao Fórum EJA – São Paulo e ao Movimento Creche para Todos. Em âmbito nacional, merece destaque a articulação com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, sobretudo no acompanhamento das temáticas relacionadas ao financiamento das políticas educacionais enquanto parte do direito à educação.

Um aprendizado importante, na verdade, decorre dessa articulação de estratégias e campos de intervenção: as estratégias de litigância tiveram mais resultados políticos e jurídicos justamente nos temas e campos nos quais se apostou na construção coletiva de demandas, a partir do diálogo com redes, movimentos e articulações sociais. Na continuidade do trabalho, essa perspectiva deverá ser fortalecida.

Um desafio institucional diz respeito à incorporação do enfoque de exigibilidade jurídica (justiciabilidade) às demais áreas de atuação da Ação Educativa – Juventude e Cultura. Tal incorporação passa necessariamente por uma cuidadosa avaliação de possibilidades, oportunidades e limites. Uma primeira iniciativa nesse sentido foi a Representação ao MP encaminhada juntamente com o Fórum Hip Hop Municipal, com o qual há perspectiva de atuação em defesa da democratização da oferta de equipamentos e políticas culturais na cidade de São Paulo.

Inegável, no entanto, é o fenômeno de crescente judicialização, no qual de forma cada vez mais evidente os diversos campos sociais e políticos passam a reivindicar e exigir suas demandas enquanto direitos, colocando assim o Judiciário em um papel de destaque na luta por efetivação. Ligada a esse fenômeno vem a necessidade de ampliar a inserção da Ação Educativa nas reflexões da sociedade civil sobre o papel do Poder Judiciário na realização dos direitos humanos. Daí a importância de a recente criação de uma coalizão de organizações com o objetivo de incidir na política judiciária, razão pela qual decidimos compor a coordenação da iniciativa.

Há a perspectiva de construção de uma incidência mais articulada nos campos do financiamento da educação e do enfrentamento à mercantilização da educação pública, além de incidir de forma mais permanente nas decisões dos Tribunais Superiores – possibilidade que se fortalece com a abertura de novos canais de atuação como *Amicus Curiae*. Também já está planejada uma atuação específica, em colaboração com outros programas da organização, na defesa do direito à educação de pessoas privadas de liberdade.

No campo da educação jurídica popular e da produção e difusão de informações o grande destaque foi a realização da segunda edição do Curso Cidadania e Direito à Educação, com o desenvolvimento de uma metodologia específica e de um Blog, permitindo a um universo amplo de interessados o acesso a praticamente toda a reflexão desenvolvida no curso. O caráter inovador da iniciativa, assim como a qualidade do conteúdo do curso, foram reconhecidos com o 2º lugar no Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, na categoria “A Sociedade na Educação em Direitos Humanos”.

Esse fato nos estimula a dar continuidade às políticas de educação jurídica popular, em diálogo com a estratégia ampla de formação da Ação Educativa. A enorme quantidade de inscrições para o curso (847 inscrições válidas) e o potencial de difusão aberto pelas novas tecnologias (cerca de 25 mil acessos únicos no ano de 2010), demonstram o grande potencial de influir no debate público pelas iniciativas de formação.

Por fim, outro desafio diz respeito à necessidade de fortalecer os mecanismos de comunicação do programa Ação na Justiça, com a reforma do boletim OPA e o desenvolvimento de uma página eletrônica específica sobre direito à educação e acesso à justiça, identificada com a página eletrônica da Ação Educativa.

Programa Diversidade, Raça e Participação

OBJETIVO – Contribuir para a instalação e aprimoramento de processos e instâncias participativas e de controle social no campo da educação, de modo a possibilitar a expressão das agendas dos movimentos sociais e o enfrentamento das desigualdades, do racismo e de demais discriminações negativas por meio de políticas de Estado.

Atividades e produtos

Apesar das ações dos cinco programas de educação de Ação Educativa se relacionarem a mais de um dos objetivos declarados no projeto Trienal, pode-se afirmar que o objetivo acima está ligado mais diretamente às atividades do Programa Diversidade, Raça e Participação. Lembramos que, vinculada ao programa encontra-se a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, da Plataforma DHESCA Brasil, cujo mandato está sendo exercido atualmente pela coordenadora do programa, Denise Carreira, com assessoria de Suelaine Carneiro.

O ano de 2010 foi bastante intenso para o programa, principalmente no que se refere às atividades de mobilização e articulação política, das quais destacam-se cinco grandes processos. Como Relatoria e Ação Educativa, o ano teve início com articulações junto a entidades de defesa do direito humano à educação das pessoas encarceradas para afinar

estratégia destinada à aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões pelo Conselho Nacional de Educação. A partir do relatório nacional sobre educação nas prisões brasileiras, lançado ao final de 2009, a Relatoria Nacional foi convocada para apresentar o documento e as recomendações ao Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação. O Relatório foi assumido como insumo para o debate interno do Conselho Nacional e é citado no texto oficial de aprovação das Diretrizes, que ocorreu em março de 2010. A aprovação foi uma grande conquista do campo!

Outro processo que envolveu participação intensa, como Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação e Ação Educativa, foram as articulações preparatórias e pós realização da Audiência Pública no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre as ações afirmativas no ensino superior, realizada no período de 3 a 5 de março de 2010, na sede do STF, em Brasília. Foram articuladas reuniões com representantes do movimento negro e de outros movimentos do campo dos direitos humanos para construir uma estratégia de defesa das ações afirmativas, principalmente no que se refere ao reconhecimento do critério racial articulado ao de renda econômica. Fomos um dos 33 convocados pelo STF para apresentar exposição pública, que foi transmitida para todo o país. Até o final de 2010, o STF não havia ainda tomado decisão sobre a questão.

Ainda em março de 2010, foi realizado o encontro "O lugar da sociedade civil na implementação do Plano Nacional da Lei 10.639/2003: rumo a uma agenda de ação articulada", em parceria com a Unesco, Universidade Federal de São Carlos, Ceert e Ceafro. O Plano Nacional de Implementação da lei 10.639/2003 foi lançado pelo governo federal em maio de 2009, como resultado de um Grupo de Trabalho Interministerial, composto também por integrantes da sociedade civil, entre eles, Ação Educativa, Ceert e Ceafro. Juntamente com representantes da UFSCar e da Unesco, a Ação Educativa foi responsável pela elaboração da proposta de Plano que foi submetida ao GT para aprimoramento e a cinco encontros regionais com representantes do movimento negro, de universidades e gestores de diferentes lugares do país. A partir de tais encontros, realizados em 2009, o documento foi aprimorado. O Encontro de 2010, realizado na Universidade Federal de São Carlos, com a participação de 50 representantes de movimentos e instituições acadêmicas, visou construir estratégias de ação articulada em diferentes organizações da sociedade comprometidas com o monitoramento público da implementação do Plano. Entre os resultados do evento, foi tirada uma agenda comum que foi defendida pelas organizações na Conferência Nacional de Educação, ocorrida em abril de 2010. No evento de São Carlos foi lançado o hot site destinado a divulgar o conteúdo da publicação Consulta Educação e Relações Raciais, lançada por Ação Educativa, Ceert e Ceafro em 2007, com apoio de Save the Children e Instituto C&A.

A Ação Educativa integrou a delegação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na Conferência Nacional de Educação. O encontro reuniu em Brasília mais de 2.500 delegados e delegadas eleitos em conferências estaduais e municipais de todo o país. Fizemos uma palestra na Conferência sobre a Educação nas Prisões, a partir dos resultados do Relatório, e uma outra exposição em evento promovido pela Unesco (como parte da programação da Conferência) sobre os desafios do novo Plano Nacional de Educação. Durante a conferência participamos de várias reuniões de articulação vinculadas às questões de educação nas prisões; educação e relações raciais e dos movimentos articulados em torno do eixo 6 da conferência, destinado a deliberar sobre o tema "Diversidades e Desigualdades", atuando pela articulação de pautas de diferentes movimentos. Um dos momentos fortes e polêmicos da Conferência foi a aprovação das ações afirmativas no ensino superior e na educação

profissional, defendida publicamente por entidades do movimento negro, movimento dos sem universidade e Ação Educativa.

Por último, com relação aos destaques de articulação e mobilização social, abordamos nossa atuação no processo de construção participativa do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, iniciado em agosto de 2008, e que teve seu ápice em 2010. A Ação Educativa representa, na comissão organizadora, o GT Educação do Movimento Nossa São Paulo e integra o segmento Fóruns e Movimentos Sociais de Educação da Cidade, composto por sete representações de movimentos temáticos e regionais. A Comissão é integrada pelos segmentos poder público, sindicatos, universidades, setor privado, estudantes, familiares e fóruns e movimentos. Depois de um processo de negociação bastante complexo na comissão organizadora, conseguiu-se no primeiro semestre de 2010 colocar o processo na rua.

Apesar da falta de ações mais ousadas de comunicação pública, prevista em proposta elaborada pela comissão, o processo envolveu diretamente mais de 20 mil pessoas na cidade. Foram realizadas 2 mil atividades, entre plenárias escolares e plenárias livres organizadas por fóruns e movimentos sociais, em muitas das quais a Ação Educativa esteve presente, dialogando com diferentes movimentos e fóruns da cidade. Nesse processo houve uma aproximação com o movimento de Conselhos Escolares (que busca reconhecimento da gestão pública) e com o Fórum Municipal da Criança e Adolescência e Conselhos Tutelares.

Vale ressaltar que todos os programas de Ação Educativa (de educação, juventude e cultura) foram estimulados a participar do processo de construção de propostas para o Plano. A maioria deles enfrentou o desafio e esteve envolvida diretamente na realização das sete plenárias livres: financiamento educacional, políticas de avaliação, ensino médio, educação de imigrantes, educação e relações raciais, mídia e educação e educação e cultura.

Para apoiar o processo de mobilização social, foi lançado um site De Olho no Plano (www.deolhonoplano.org.br), com informações sobre a educação na cidade, subsídios para discussão e agenda das atividades. Nele foram divulgadas notícias elaboradas por diferentes participantes. As propostas levantadas nas 2 mil atividades foram sistematizadas por um grupo de pesquisadores da USP e discutidas na Conferência de Educação da Cidade de São Paulo, que reuniu cerca de 1500 delegados e delegadas de toda a cidade entre os dias 18 e 20 de junho de 2010. A realização da Conferência foi marcada por disputas acirradas e dificuldades políticas diversas. Os resultados da Conferência vão subsidiar a construção de proposta de plano de educação a ser apresentada pela Secretaria de Educação de São Paulo à Câmara Municipal de Educação em 2011, após discussão na Comissão Organizadora.

Além das atividades de mobilização e articulação política, foram desenvolvidos estudos, elaboradas publicações e realizadas atividades de formação.

Em 2010, foi elaborado o texto preliminar do informe Gênero e Educação no Brasil e submetido a quatro grupos de leitura crítica, composto por integrantes de universidades, ong's e movimentos sociais (três em São Paulo e um em Recife). O informe integra as atividades da Campanha Latino-americana por uma Educação Anti-Sexista e Não-Discriminatória, promovida pelo Comitê Latino-americano pelos Direitos da Mulher - Cladem/Brasil, em parceria com a Ecos, Ação Educativa e Themis.

Foi finalizado o texto preliminar da publicação Indicadores de Igualdade Racial na Escola e submetido a dois grupos de leitura crítica (um interno e outro externo à Ação Educativa). O material integra a coleção de materiais "Educação e Relações Raciais" e será divulgado

nacionalmente como parte da Campanha Nacional contra o Racismo na Infância e na Adolescência, lançada pelo Unicef em novembro de 2010. Houve colaboração com o Unicef para o aprimoramento do material da Campanha: mensagem, folhetos, vídeos, etc.

Foi lançado o informe preliminar sobre Intolerância Religiosa nas Escolas Brasileiras, produzido pela Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, na Marcha Nacional pela Liberdade Religiosa, realizada no final de setembro, no Rio de Janeiro. O informe foi divulgado amplamente na mídia e integra a missão nacional Educação e Racismo, em curso pela Relatoria.

Em julho, A Ação Educativa foi selecionada como entidade formadora do projeto A Cor da Cultura, metodologia e kit de materiais desenvolvidos pelo Canal Futura e Fundação Roberto Marinho. O projeto é comprometido com a promoção da diversidade étnico-racial nas escolas brasileiras. Como parte da parceria, foram formados trezentos educadores de escolas públicas em Manaus e mais 300 educadores de escolas de Cuiabá e interior do estado do Mato Grosso. A experiência foi bastante rica e se articula ao projeto Educação e Relações Raciais. Desse processo, resultou um grupo de formadores em educação e relações raciais que se transformou em um grupo permanente de estudos, articulado por Ação Educativa e Geledés, Instituto de Mulher Negra.

Balanco dos resultados e perspectivas

Conquistamos reconhecimento e maior legitimidade no campo da educação das relações raciais junto a entidades do movimento negro, a outros movimentos, a Unesco e Unicef, articulando uma ação consistente e coerente que busca incidir na escola e na política nacional por meio de parcerias e alianças estratégicas. Nossa fala no STF e atuação na Conferência Nacional de Educação sobre ações afirmativas também obtiveram repercussão positiva no campo.

Por meio do trabalho da Relatoria, em especial do relatório de Educação nas Prisões Brasileiras, contribuimos decisivamente para o aprimoramento e a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Educação nas Prisões, atuando de forma articulada com as entidades da Rede de educação nas Prisões, articulada por Ação Educativa. O Relatório ganhou repercussão nacional em diferentes espaços governamentais, acadêmicos e de sociedade civil e resultou em convites para apresentação.

Depois de inúmeras tentativas frustradas ao longo dos últimos dez anos, conseguimos (como representantes do movimento Nossa São Paulo e integrante da articulação de fóruns e movimentos sociais) viabilizar o processo participativo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. Apesar dos limites, o processo representa um passo fundamental para o fortalecimento da gestão democrática e de referências para a construção de processos participativos em outros municípios e estados brasileiros como base para a elaboração de planos decenais de educação, previstos no novo Plano Nacional de Educação. Vale destacar que em 2011, está prevista a sistematização do processo de construção participativa do plano de educação de São Paulo a ser divulgado nacionalmente. Todo esse rico processo também possibilitou a ampliação de relações e alianças de Ação Educativa com movimentos diversos da cidade.

A Ação Educativa voltou a atuar no campo da educação e relações sociais de gênero, por meio do estudo Gênero e Educação no Brasil e da participação na Campanha Latino-americana por uma educação não-sexista e antidiscriminatória e da Rede Gênero, Sexualida-

de e Educação, criada pela organização não-governamental Ecos. Trouxemos para a Campanha pautas referentes a articulação de gênero com questões raciais, de valorização dos/das profissionais de educação, educação infantil, meio ambiente etc, buscando ampliar o debate para além da agenda de sexualidade.

Vale também destacar a atuação no projeto A Cor da Cultura e as possibilidades que ele abre de articulação com nossas metodologias e materiais de Educação e Relações Raciais e de busca de melhores condições de sustentabilidade do programa por meio do investimento na formação de educadores e educadoras.

É importante lembrar que o trabalho na Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação também vem contribuindo bastante para ampliarmos relações no campo dos Direitos Humanos e de vários movimentos sociais e adensarmos nossas reflexões sobre as agendas abordadas a partir da indissociabilidade e integralidade dos DHESCA's (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais).

Por último, vale dizer que a aposta que Ação Educativa fez por meio do programa da articulação Diversidade, Raça e Participação tem se mostrado bastante positiva e promissora no campo. Em 2010, fomos instigados por vários movimentos a adensar a reflexão e contribuir para uma maior articulação das agendas de diversidade e identitárias visando o Plano Nacional de Educação (nesse marco, ministramos uma oficina sobre educação e diversidade para os comitês estaduais de Campanha Nacional de Educação). É uma agenda em ascensão no debate educacional, com impactos estruturais no que se refere à aprendizagem e a melhoria da qualidade na educação.

Programa Ação na Escola

OBJETIVO – Promover a participação de diretores, coordenadores pedagógicos, estudantes, pais e, especialmente, professores e professoras no desenvolvimento de projetos pedagógicos, na discussão e proposição de políticas que contribuam com a qualidade da educação oferecida nas redes públicas de ensino.

Atividades e Produtos

O programa Ação na Escola é constituído pelos projetos Indique (Indicadores de Qualidade Educacional) Ensino Fundamental, Indique Educação Infantil e Nossa Escola Pesquisa sua Opinião, iniciativas comprometidas com a disseminação e utilização de metodologias participativas destinadas a escolas – desenvolvidas por Ação Educativa e parceiros – e pelo projeto Minha Comunidade Sustentável, prêmio que reconhece nacionalmente iniciativas comprometidas com a promoção da sustentabilidade em comunidades escolares.

Indiques Ensino Fundamental e Educação Infantil

O Indicadores da Qualidade na Educação (indique) é um instrumento de avaliação que visa o envolvimento de toda a comunidade escolar em processos de melhoria da qualidade

educativa. O material consiste numa proposta metodológica participativa e num sistema de indicadores por meio dos quais a comunidade julga a situação de diferentes aspectos de sua realidade, identifica prioridades, estabelece um plano de ação, implementa e monitora seus resultados.

O primeiro instrumento, pensado para o Ensino Fundamental, foi elaborado em 2003 e desde então vem sendo disseminado e aperfeiçoado. O Indicadores da Qualidade na Educação Infantil foi elaborado em 2007, numa parceria entre MEC, Unicef, UNDIME, Fundação Orsa e Ação Educativa. Finalizado em 2009, foi lançado nesse mesmo ano, no Fórum da UNDIME, e sua distribuição nacional, realizada pelo MEC, aconteceu em 2010.

Sobre o trabalho de disseminação dos Indicadores do Ensino Fundamental, a equipe de assessores/as da Ação Educativa prestou, pelo quinto ano consecutivo, assessoria ao Instituto Embraer, que desenvolve nas regiões de São José dos Campos, Araraquara e Botucatu (SP) um programa de apoio a escolas públicas, por meio de atividades formativas e concurso de projetos.

Foram realizadas três oficinas de formação junto a 31 membros das comunidades escolares participantes do programa (professores/as, representantes das equipes técnicas, alunos/as, familiares e funcionários das escolas). Essas escolas utilizaram os Indicadores para fazer um diagnóstico participativo sobre a qualidade do ensino e elaboraram planos de ação tendo em vista as prioridades apontadas pelas comunidades escolares.

Além dos encontros que visaram acompanhar a implementação dos planos de ação das escolas, a equipe da Ação Educativa elaborou um relatório de balanço avaliativo dos quatro anos de realização do programa e analisou 17 projetos inscritos no concurso de seleção das escolas apoiadas financeiramente pelo Instituto Embraer.

Com o apoio da Fundação Telefônica, durante o ano de 2010, os Indicadores EF foram utilizados por vinte e oito escolas nos municípios de Ourinhos (SP), Bauru (SP) e Santos (SP). O principal objetivo nesses municípios foi assessorar as escolas nas avaliações participativas e na elaboração, implementação e monitoramento dos planos de ação. No total foram realizados, entre reuniões, oficinas e visitas nas escolas, 38 encontros com 148 profissionais das escolas, das Secretarias de Educação, das ONGs que atendem as crianças no contra-turno escolar e dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Participaram ainda das avaliações participativas 1.803 pessoas, entre elas alunos/as, familiares e funcionários das escolas. No total foram 1.951 membros das comunidades escolares envolvidos nas atividades do projeto nos três municípios.

A partir do interesse do Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP – DEMEC, em um diagnóstico da rede de ensino para refletir a política educacional do município foram realizadas 02 reuniões da equipe da Ação Educativa com as escolas e profissionais do DEMEC para discussão da metodologia de avaliação dos Indicadores. Participaram 67 profissionais das equipes técnicas das escolas e do Departamento.

Finalmente, para apoiar o trabalho das comunidades escolares e discutir os avanços e desafios da utilização do material houve investimento da equipe de assessores da Ação Educativa em um fórum de discussão hospedado no Portal Educarede, mantido pela Fundação Telefônica, sobre “dicas de melhoria da qualidade na educação” que envolveu 100 participantes em reflexões sobre práticas educativas desenvolvidas para a melhoria da qualidade do ensino.

No que diz respeito aos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, a distribuição do material, pelo MEC, no início de 2010, visou alcançar todas as secretarias municipais e estaduais de Educação, estabelecimentos educacionais de Educação Infantil do país, grupos de pesquisa da área, conselhos municipais e estaduais de educação e fóruns de Educação Infantil. Em agosto de 2010, iniciou-se o Projeto de Monitoramento e Avaliação com o propósito de mapear e analisar a distribuição e o uso dos Indicadores.

As atividades realizadas em 2010 foram: mapeamento da distribuição; elaboração de instrumentos para realização de Consulta aos potenciais respondentes (secretarias, estabelecimentos educacionais, entre outros); 02 seminários com a presença das instituições parceiras (Ação Educativa, Instituto Avisa Lá, Undime, Unicef e MEC) e de docentes de universidades representantes de grupos de pesquisa que são referência na área de Educação Infantil, bem como com consultores do projeto, para debate e socialização de informações e validação da metodologia de consulta aos usuários dos Indicadores; postagem de consulta no site da Undime, com questionários sobre o recebimento e o uso do material, de dezembro de 2010 a 25 de março de 2011; envio de 5.564 cartas para as secretarias municipais de educação, comunicando sobre a consulta e solicitando aviso aos estabelecimentos educacionais sobre a mesma e de envio de e-mails para fóruns, grupos de pesquisa e conselhos municipais de educação, comunicando a consulta; atendimento e orientação às Secretarias e Escolas que entraram em contato conosco solicitando informações sobre os Indicadores. A fase atual é de tratamento e análise do banco de dados para composição do relatório de monitoramento e avaliação do uso do material.

Nossa Escola Pesquisa sua Opinião (Nepso)

O ano de 2010 foi bastante intenso para o Projeto Nepso. Somado ao trabalho cotidiano de realização das oficinas de formação inicial e encontros de formação continuada, em todos os pólos nacionais e internacionais, também foram promovidas várias reuniões, oficinas e encontros entre as equipes dos pólos, para reflexão sobre os acúmulos obtidos na caminhada de 10 anos do projeto.

Cabe destaque ao esforço das equipes na reflexão sobre as potencialidades pedagógicas do Nepso, com o objetivo de aprimorar a metodologia de pesquisa educativa de opinião, identificando e explicitando possíveis impactos na qualidade das práticas docentes e das aprendizagens dos estudantes. As inúmeras oficinas, algumas conduzidas por um consultor, permitiram a identificação de potencialidades específicas do projeto Nepso e outras potencialidades, mais gerais, que devem ser consideradas no trabalho de intervenção em escolas realizado pelo conjunto do Programa Ação na Escola.

Com relação às potencialidades referentes ao projeto Nepso, no processo de reflexão coletivo de todos os que integram a rede Nepso, foram destacadas que a metodologia possibilita a discussão, o exercício e a aprendizagem do que é pesquisar para alunos e professores; a oportunidade de aprofundamento na abordagem de uma temática curricular e/ou assunto de interesse da comunidade escolar; a oportunidade de mobilizar jovens para uma determinada temática, por exemplo, meio ambiente, questão racial, educação escolarizada, mídia etc; e a inserção numa rede internacional de discussão da própria prática da pesquisa, que oportuniza interlocução e promove o sentido de pertencimento.

Sobre as potencialidades do projeto, que podem ser amplificadas por meio do Programa Ação na Escola, destacamos: o desenvolvimento de certas habilidades, competências e saberes curriculares e atitudinais; a promoção de atividades diferenciadas, inovadoras (multidisciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar), sustentadas no protagonismo de alunos e docentes, na exploração de outros espaços além da sala de aula e da própria escola e de outras dinâmicas; a promoção de novas relações com o conhecimento; a exploração de outras dimensões das disciplinas escolares; a oportunidade de ampliar as possibilidades e condições de leitura de mundo, numa nova relação com produtos da mídia e com a comunidade.

Todo esse trabalho de refletir sobre a trajetória de 10 anos resultou, ainda, em uma proposta de conteúdo e formato para o Manual II do Nepso que, submetida à avaliação dos coordenadores de todos os pólos do projeto, foi revista e se encontra em processo de produção.

Em 2010, o projeto Nepso também publicou um CD Rom com 199 pesquisas realizadas pelos pólos em 2009 e o Manual 1 do projeto revisado, incluindo as alterações propostas pelos pólos.

Prêmio Minha Comunidade Sustentável

Em 2009, ocorreu a 2ª edição do Prêmio Minha Comunidade Sustentável. O objetivo central da premiação continuou a ser fazer as escolas refletirem e se mobilizarem para a criação de experiências práticas na busca de novas soluções para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental com a participação da escola e comunidade. Em 2010, a Ação Educativa realizou o acompanhamento dos sete projetos vencedores em 2009. Seu objetivo foi auxiliar os premiados a direcionar os recursos de maneira adequada conforme o que foi estabelecido nos projetos. Além disso, assessorou os vencedores para viabilizar a proposta presente no projeto. Em 2010, contudo, não houve nova edição do Prêmio devido à falta de recursos da Carta Capital, instituição organizadora e financiadora do Prêmio ao lado da Ação Educativa.

Balanco dos resultados e perspectivas

O grande desafio para as equipes dos projetos Indique e Nepso continua sendo a constituição da identidade do Programa Ação na Escola. No entanto, os acúmulos alcançados e as reflexões realizadas nos projetos, com seus parceiros, e nos espaços de avaliação, monitoramento e planejamento de Ação Educativa em 2010 se constituem em passo importante para essa tarefa. Insumos que também contribuirão para a definição de indicadores mais precisos que avaliem os impactos que essas intervenções estão produzindo nas escolas. Em 2011, estão previstos seminários internos e externos para afinação estratégica do programa e debate com outros atores sobre a natureza das intervenções que são realizadas por organizações não governamentais junto às escolas.

Com relação aos Indicadores, parcerias com entidades privadas e públicas possibilitaram a disseminação dos materiais junto às redes de ensino no ano de 2010. As experiências geraram reflexões sobre a participação da comunidade escolar tanto nas discussões sobre

educação, como na realização de ações concretas que contribuem com mudanças nas escolas.

O estudo avaliativo encomendado pelo Instituto Embraer evidenciou o potencial dos Indicadores na articulação dos diferentes atores da comunidade escolar em torno de um projeto comum, apesar das resistências e dificuldades iniciais do processo avaliativo. Sua contribuição para uma gestão escolar mais democrática se evidenciou sobretudo no fortalecimento dos Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis. Houve incentivo à maior participação e ampliação do debate sobre as atribuições desses colegiados, além da deliberação de pautas do CE discutidas de maneira democrática.

Porém, em muitos casos a coordenação dos planos de ação está ainda bastante centrada na equipe técnica da escola e quando os gestores saem daquela unidade escolar, o plano acaba por ter uma vida efêmera. Para a sustentação do plano seria interessante enfatizar, junto aos profissionais, a importância da eleição de um grupo com diferentes representantes da comunidade escolar para coordenar os processos desencadeados pelo uso dos Indicadores na escola.

Uma estratégia é articular o uso dos Indicadores na atuação dos Conselhos Escolares. Na perspectiva da gestão democrática, ter os Conselhos como órgãos responsáveis pela coordenação dos Indicadores nas escolas pode ser mais interessante do que se trabalhar exclusivamente com o gestor escolar, consideração que está sendo comum a outros projetos de Ação Educativa em parceria com escolas. O colegiado já conta com uma representatividade da comunidade escolar e mesmo que alguns de seus representantes saiam, outros permanecem, garantindo a sustentação dos processos pedagógicos desencadeados pelo uso do material.

A articulação do plano ao projeto político-pedagógico da escola também contribui para sustentar suas ações e, como o estudo avaliativo demonstrou, é uma estratégia já utilizada por algumas escolas. Assim, a sustentação da participação da comunidade escolar na elaboração, implementação e monitoramento do plano de ação ainda é o grande desafio a ser enfrentado no próximo período.

Em relação aos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, os resultados alcançados até o momento pelo projeto de monitoramento e avaliação, apontam que, ao contrário do Ensino Fundamental, a Educação Infantil é uma etapa ainda muito carente de materiais e ações governamentais, seja em relação aos processos de ensino e aprendizagem, seja em relação à formação dos profissionais ou ainda, no entendimento dos processos de avaliação que podem contribuir para a promoção do debate em busca de uma maior qualidade educacional.

Além disso, o Projeto de Monitoramento e Avaliação tem induzido secretarias e escolas a buscarem conhecer os Indicadores em suas instituições, pois, ao que parece, a simples distribuição pelo MEC, sem a promoção de uma interlocução entre escolas e secretarias, não foi suficiente para que os profissionais da educação se interessassem pela leitura e aplicação do material.

Desse modo, a perspectiva que temos em relação a este projeto, é de que o mesmo possa contribuir para o desenvolvimento de ações por parte do Ministério da Educação, desde a elaboração de materiais complementares e de suporte aos Indicadores, passando pela articulação e promoção do uso, seja para seu propósito inicial – de auto-avaliação das instituições – seja para a formação dos profissionais das escolas e/ou das equipes das

secretarias de educação, além de oferecer aportes para as gestões municipais em relação à Educação Infantil.

Quanto ao Nepso, o quadro a seguir mostra os números do projeto nestes 10 anos, tal como são registrados no site do Instituto Paulo Montenegro – www.ipm.org.br, parceiro de Ação Educativa na iniciativa. Ainda que simplifiquem toda a riqueza desta rede, eles traduzem essa caminhada de êxito que o Programa vem realizando desde sua experiência piloto.

Números do Nepso em 2010

Evolução do Nepso desde 2000											
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alunos participantes	61	180	1545	1494	2504	3278	5561	10389	7185	5176	6300
Professores envolvidos	3	22	82	175	354	319	382	724	605	454	437
Escolas/Instituições	1	5	15	26	21	45	80	130	161	120	141
Pesquisas realizadas	1	9	39	55	97	90	187	313	261	219	238

Resultados de 2010													
	ARG	BA	CHI	COL	MEX	MG	PR	PE	RJ	RS	SP	DF	Total
Alunos	149	170	288	368	198	1480	460	353	20	1655	1012	147	6340
Professores	10	7	24	25	17	122	27	26	2	79	89	9	438
Instituições	3	4	11	5	14	34	5	7	1	29	23	5	141
Pesquisas	7	7	14	12	19	48	9	15	1	51	50	5	239

Em 2010 observa-se o crescimento de alunos, escolas e pesquisas realizadas e uma pequena diminuição no número de professores. Isso pode significar uma falha no registro desse item, ou o aumento de pesquisas coordenadas por um mesmo professor nas escolas. Ou seja, os

números exigem interpretação e, considerando a diversidade que caracteriza esta rede, as variáveis são inúmeras.

Cabem alguns destaques: o crescimento significativo do pólo Minas Gerais em função de parceria com dois projetos da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; a produção significativa do polo da Argentina resultante da nova parceria estabelecida com a Universidade de Quilmes. Observa-se também uma diminuição das pesquisas do pólo da Bahia que, em 2010, enfrentou mudanças nos quadros da Secretaria Municipal de Educação de Senhor do Bonfim e o encerramento do convênio com Save the Children – UK, no Brasil.

Um sinal importante da consolidação do projeto foi a continuidade na promoção de seminários estaduais, para divulgação das pesquisas educativas desenvolvidas ao longo do ano, na maioria dos polos: Rio Grande do Sul (10ª. edição), São Paulo (8ª. edição), Distrito Federal (7ª. edição), Minas Gerais (7ª. edição), Pernambuco (5ª. edição), Paraná (5ª. edição), Chile (4ª. edição), México (4ª. edição), Colômbia (3ª. edição) e Argentina que, mesmo inaugurando a parceria com a Universidade de Quilmes em 2010, logrou realizar o seu Primeiro Seminário.

Também foi realizado, por todos os polos e pela coordenação geral, um balanço dos 10 anos de uso da metodologia com a intenção de identificar novos caminhos e propor objetivos e metas que orientem o trabalho para os próximos anos.

Outra conquista importante do projeto Nepso em 2010 se refere à formalização da parceria com a Faculdade da Educação da USP, DRE São Miguel e DE Leste 2 para planejamento e construção de proposta de um curso de formação na metodologia NEPSO, reconhecido como iniciativa de extensão pela universidade. A formação visa contribuir para melhor qualificação e certificação dos professores e professoras participantes.

O trabalho de acompanhamento do Prêmio Minha Comunidade Sustentável foi realizado e seis dos sete projetos foram implementados. Em um dos casos, os ganhadores não conseguiram se organizar adequadamente para que o processo de implementação chegasse até o final. Com a não-renovação da proposta em 2010, encerraram-se as atividades relacionadas ao projeto, não havendo indicação de continuidade do Prêmio em um futuro imediato.

Entretanto, as duas edições do Prêmio conseguiram colocar em destaque a reflexão e o desafio de construir propostas sustentáveis que levem em conta tanto as questões econômicas, como ambientais e sociais. Ao longo desses dois anos, mais de 2 mil escolas fizeram contato com a Ação Educativa e demonstraram interesse em realizar projeto relacionado ao tema. Independente dos resultados alcançados, a mobilização de muitas escolas de todo o país para a construção de uma proposta foi um importante passo na direção de uma mudança de pressupostos e de atitudes.

Em um contexto acelerado de mudanças climáticas, a experiência com o prêmio Minha Comunidade Sustentável explicitou o desafio que Ação Educativa avance, em 2011, na reflexão interna sobre a agenda de sustentabilidade e seus impactos em nossa atuação de educação, juventude e cultura. Outro projeto da instituição, em parceria com a Fundação Avina, sobre a promoção do paradigma do Cuidado na América Latina, também coloca a importância de adensar a reflexão sobre a agenda da sustentabilidade na instituição e suas implicações nos diferentes projetos e em nossa atuação política junto a diversas redes, fóruns, parceiros e movimentos sociais.

Programa Educação de Jovens e Adultos

OBJETIVO - Desenvolver programas e materiais educativos para jovens e adultos, adequando os currículos de educação básica às suas expectativas e condições de estudantes trabalhadores e para o exercício da cidadania ativa.

Atividades e produtos

A elaboração de materiais didáticos para a modalidade EJA continuou sendo uma das estratégias de apoio à escolarização de jovens e adultos. Em 2010, além das obras de alfabetização (primeiro, segundo e terceiro segmentos), o Programa de Educação de Jovens e Adultos iniciou a produção de um livro didático de língua espanhola para atender as redes de ensino que fizeram opção pelo ensino dessa língua.

Além disso, foi criado um portal internet para a Coleção (www.viveraprender.org.br). No portal podem ser encontradas informações sobre todos os volumes da Coleção e outras informações e notícias sobre a educação de jovens e adultos no país. O ambiente oferece links para outros sites e calendário de eventos relacionados à educação de jovens e adultos. Uma seção do site disponibiliza uma versão online do Boletim Informação em Rede, trazendo reflexões sobre as políticas e práticas escolares relacionadas à educação de jovens e adultos. O portal permite ainda criar um canal direto de diálogo com os professores, que podem postar mensagens. Por fim, inclui um banco de atividades suplementares para professores utilizarem em sala de aula.

Outra iniciativa vinculada à educação de jovens e adultos é a criação de uma matriz de diagnóstico de competências de trabalhadores da indústria baiana em parceria com o SESI-BA. Além da matriz, foi criada uma avaliação que será consolidada com base na análise estatística da Teoria da Resposta ao Item. A matriz elaborada inspira-se nos instrumentos produzidos para a construção do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF). O objetivo central do trabalho é o desenvolvimento de instrumentos que possam ser utilizados para mapear o nível de competência de trabalhadores da indústria. Os dados coletados por meio desses instrumentos serão utilizados para o planejamento de ações de educação continuada.

Tal ação justifica-se pela necessidade de criar medidas fidedignas do nível de aprendizagem dos trabalhadores, uma vez que ter a certificação oficial não garante que este trabalhador seja letrado o suficiente para lidar com as tarefas exigidas em alguns setores da indústria. A falta de trabalhadores qualificados é uma das grandes dificuldades do setor industrial baiano, que identifica a necessidade de investimento na formação escolar de seus trabalhadores.

Em 2010, teve início também um grande projeto em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) para constituição de um núcleo de pesquisas na área de avaliação em Ação Educativa, intitulado Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos, resultados. A proposta, que mobiliza vários programas da Ação Educativa, inclui pesquisas sobre o ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências na Educação de Jovens e Adultos; sobre os impactos do FUNDEB na oferta de EJA por redes municipais no município de São Paulo; sobre os impactos do PROJOVEM na trajetória dos estudantes e das políticas públicas voltadas à juventude e finalmente, sobre os impactos psicossociais da escolarização, focalizando as clivagens relacionadas à raça. Em 2010 foi iniciada a primeira etapa da

pesquisa, relacionada ao balanço bibliográfico de cada uma das 4 metas propostas no projeto.

Outra pesquisa, financiada com recursos da Fundação Ford e do CNPq, iniciada em 2009 e com término previsto para 2012, vem identificando, através de associações e redes de entidades da sociedade civil e fundos de financiamento de projetos, práticas educativas no campo da Educação Não Escolar de Jovens e Adultos. Como apoio, um conjunto de entrevistas com responsáveis por práticas educativas não escolares e seus apoiadores está sendo realizado. O objetivo é o de atualizar, dentro do conceito de Educação Não Escolar, as principais motivações e orientações, os atores sociais envolvidos, seus campos de atuação, as formas de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil, métodos e práticas pedagógicas.

Balanço dos resultados e perspectivas

Em 2010, a coleção Viver, Aprender passou pelo processo de avaliação no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-EJA). Foi a única Coleção aprovada em todos os segmentos, desde a alfabetização até o 2º segmento. Com isso, abre-se a perspectiva de ser largamente adotada em todo o país, ampliando o número de jovens e adultos que têm acesso ao material didático. Coloca-se também a necessidade de maior investimento na assessoria e formação de professores para que o trabalho com a Coleção seja realizado com o maior aproveitamento possível pelas redes de ensino.

Quanto à matriz de avaliação realizada para medir o nível de letramento de trabalhadores da indústria baiana, surge a demanda pela criação de um índice aplicável a diversos setores da indústria de diferentes regiões. A possibilidade de aferir o nível de letramento tornaria possível planejar novas soluções no campo da educação não-formal para ampliar o nível de letramento de jovens e adultos.

O desenvolvimento das pesquisas em parceria com o INEP, não só amplia o campo de avaliação de políticas para a Ação Educativa, como traz novos elementos para discutir os caminhos da educação de jovens e adultos no país: em especial sobre o papel do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), do programa Projovem, do papel do Fundo Nacional da Educação Básica na educação de jovens e adultos e ainda os impactos psicossociais da escolarização, em especial, os aspectos relacionadas à questão racial.

A pesquisa sobre Educação Não Escolar, ao seu término, vai criar uma tipologia recente destas práticas, atualizando o conceito para os dias de hoje e identificando seus modos de fazer e suas motivações. Para tanto, uma base de dados vem sendo construída para melhor avaliação e socialização dos resultados.

Cultura e Mobilização Social

Objetivo - Fortalecer a produção e difusão de expressões culturais de grupos originários e/ou atuantes nas periferias urbanas, visando a afirmação de suas identidades, ampliação do acesso a circuitos de produção e consumo de bens culturais e reconhecimento do direito à cultura como dimensão essencial da cidadania.

Atividades e produtos

A primeira linha de ação do Programa Cultura e Mobilização Social agrupa as ações de difusão e experimentação artística, formação, participação política e apoio à viabilização de projetos. Essas ações foram desenvolvidas a partir do Ponto de Cultura Espaço Cultural Periferia no Centro, que é um espaço público de cultura instalado na sede da Ação Educativa e reconhecido pelo Ministério da Cultura e Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. Um dos principais desafios estabelecidos para esta linha de ação foi a própria estruturação deste Centro Cultural, cuja missão é se constituir em um espaço de referência no Centro da Cidade para os grupos culturais da Periferia. Este desafio foi superado plenamente com a realização de 11 programações mensais regulares, que mobilizaram um público de 7.700 pessoas. Além de apresentações artísticas como saraus, espetáculos de teatro, dança e música, foram realizados nove workshops de acesso a editais públicos de cultura, uma oficina de introdução à elaboração de projetos culturais e um curso com o mesmo tema. Foram apoiadas as produções de dois CDs de grupos musicais e foi viabilizado financiamento para a produção de oito livros do Selo Povo, um projeto editorial do escritor Ferréz, do qual a Ação Educativa se tornou parceira. A terceira edição do Encontro de DJs de Hip Hop aconteceu conforme planejado, porém sem o mesmo êxito de público que marcou as edições anteriores. Conforme planejado, foi realizada a última edição da Semana de Cultura Hip Hop, evento realizado ao longo de 10 anos, desde 2001 ininterruptamente. Dezenas de pequenos eventos receberam apoio para sua realização, seja em nosso Espaço Cultural, seja nas periferias.

Uma segunda linha de ação – Pontão de Cultura – concentra as atividades de âmbito nacional, com foco na produção e disseminação de informações, sistematização de conhecimento, produção de análises e debates.

Em 2010, foram desenvolvidas seis atividades. O destaque do ano foi a realização do Prêmio Cultura Hip Hop, realizado em parceria com o Ministério da Cultura. A Ação Educativa foi responsável pelas etapas de concepção, mobilização, comunicação e processo de seleção, em todo o território nacional. O processo envolveu a estruturação de cinco escritórios regionais, um site e a realização de centenas de oficinas de capacitação por todo o Brasil, além de todo o material gráfico. Foram 11 meses de intenso trabalho, que resultou em mais de mil inscrições e 135 premiados.

A terceira linha de ação do Programa consiste no Projeto Arte na Casa, que envolve a realização de oficinas de arte-educação para os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime de internação na Fundação Casa.

No ano de 2010, todas as modalidades artísticas propostas desde o primeiro ano de convênio foram desenvolvidas regularmente. Foram oferecidas 935 vagas para participação de

adolescentes nas oficinas artísticas, atendendo em média 1.100 internos, com ápice de 1.237 no mês de abril.

Como parte da proposta político-pedagógica do projeto, foram promovidas 424 atividades especiais (workshops, palestras, festivais e shows), sendo 149 com convidados e 275 promovidas pelos próprios arte-educadores. Um total de 5.731 adolescentes participou dessas atividades e 10.854 assistiram os eventos propostos. Como estabelecido nas metas de 2009, foi dada continuidade à realização de apresentações artísticas dos adolescentes, como resultado das oficinas, no ponto de cultura Espaço Cultural Periferia no Centro. Além disso, foram promovidas 13 saídas externas de adolescentes para apresentações em espaços públicos na região metropolitana de São Paulo, com destaque para o Teatro Municipal de Osasco e o CEU Vila Rubi, na periferia de São Paulo.

No período, o Estudo Monográfico sobre Relações de Gênero nos trabalhos de arte-educação na Fundação Casa foi entregue à Fundação Casa, como mais um produto das sistematizações propostas no plano de trabalho. Foi também promovido, por meio da FAART Educação de Pessoas Privadas de Liberdade, um encontro entre as organizações conveniadas com a Fundação Casa para a execução dos trabalhos de arte e cultura (CENPEC e CEDAP) e instituições que trabalham na garantia dos Direitos Humanos, como Ilanud, Conectas e Cedecas. O objetivo do encontro foi discutir as constantes denúncias de violações de direitos sofridas pelos adolescentes e definir formas de encaminhá-las sem atingir o convênio firmado.

Balanco dos Resultados e Perspectivas

Na primeira linha de ação, a estruturação do Ponto de Cultura favoreceu a organização da atuação do Programa no âmbito local. No ano de 2010 foi concluído um ciclo de atuação marcado pela ampla participação em eventos. A partir de 2011 as ações estarão concentradas no Ponto de Cultura, realizando exclusivamente nesse espaço as atividades culturais demandadas pelos grupos, bem como aquelas fruto de programação própria. As energias serão concentradas no fortalecimento do Espaço Cultural Periferia no Centro, ao invés de dispersar esforços em pequenos eventos nas comunidades. Por outro lado, serão reforçados os esforços voltados à ampliação do reconhecimento da produção cultural das periferias por parte do Poder Público. Assim como vários espaços culturais da Prefeitura de São Paulo abriram ou ampliaram seu espaço para os grupos de periferia, a Ação Educativa atuará com firmeza para que na Virada Cultural de 2011 a Prefeitura de São Paulo dedique um palco do evento à cultura periférica.

Desde sua criação, o Programa de Cultura apoiou a publicação de 16 livros de autores independentes: escritores e poetas da periferia, quase todos ligados a saraus que buscavam na Ação Educativa o suporte para realizar o sonho de editar um livro de sua autoria. A partir de 2010, a concentração de esforços na viabilização do Selo Povo – projeto editorial do escritor Ferréz – permitiu o desenvolvimento de um padrão editorial e de um processo de publicação profissionalizado, seguindo as normas oficiais existentes. Entretanto, apenas um dos oito livros planejados foi publicado em 2010, colocando assim a necessidade de mudanças no processo de trabalho. A perspectiva é que a Ação Educativa assuma algumas atribuições do Selo Povo, dando assim a agilidade que o escritor Ferréz, sozinho, não consegue.

O desenvolvimento da segunda linha de ação – de caráter mais amplo – tem uma estreita relação com o projeto do Pontão de Cultura – que é um reconhecimento dado pelo Ministério da Cultura a um Ponto de Cultura capaz de desenvolver ações voltadas a outros pontos de cultura de mesma temática. Uma vez que o Convênio com o Ministério da Cultura não se efetivou em 2010 (embora o projeto tenha sido aprovado ainda em 2009), nem todas as atividades planejadas puderam ser realizadas, em especial o Seminário Internacional “A Produção Cultural nas periferias da Metrópole”. Mesmo assim, foram registrados avanços no período. O grande esforço realizado garantiu a manutenção de importantes atividades de valorização da cultura de periferia no espaço público (como a publicação da Agenda Cultural da Periferia e a realização, em parceria com a Cooperifa, da Mostra Cultural da Cooperifa). E a realização do Prêmio Hip-Hop, uma ação inédita no País, ampliou enormemente a visibilidade da Ação Educativa, aumentando sua credibilidade junto ao movimento hip hop no plano nacional, reconhecimento este antes restrito a São Paulo.

Além disso, o Programa conseguiu ao longo do ano estabelecer uma série de parcerias que viabilizarão a realização do seminário em maio de 2011, mas com outro nome: Mostra e Seminário Estética da Periferia – Arte e Cultura nas Bordas da metrópole. Será um evento nacional, contando com parceiros de Universidades, órgãos públicos e do SESC.

A perspectiva é que em meados de 2011 o convênio com o Ministério da Cultura reforce a atuação do Programa no âmbito nacional, bem como permita o início de um diálogo no plano internacional, tendo em vista a realização, em 2012, de uma segunda edição do Seminário e Mostra Cultural Estética da Periferia com participação de convidados de outros países.

O Projeto Arte na Casa, por sua vez, mostrou-se satisfatório tanto no seu propósito de qualificar as atividades de arte e cultura como uma ação fundamental para o cumprimento das medidas socioeducativas em regime de internação, quanto para a formação dos arte-educadores que atuam neste contexto.

Mas, apesar dos avanços, muitas dificuldades ainda persistem no atendimento socioeducativo. As atividades de arte e cultura ainda não gozam da devida prioridade nas Unidades de Internação. Trocas constantes de adolescentes das turmas artísticas para outros cursos, de outras gerências, são práticas comuns e algumas unidades não dão o respaldo necessário para um bom desenvolvimento das atividades.

As saídas dos adolescentes para as atividades do Espaço Cultural Periferia no Centro não foram realizadas com a periodicidade mensal como havia sido planejado. Diversos motivos podem ser relatados: dificuldades dos juízes autorizarem as saídas dos adolescentes e falta de interesse das unidades em articular saídas como resultado das oficinas. Por fim, duas fugas de adolescentes, ocorridas durante essas saídas, foram divulgadas entre as unidades e esse foi um dos fatores cruciais para dificultar apresentações externas.

Em 2011, será dada uma especial atenção à retomada da articulação com as entidades parceiras CENPEC e CEDAP, uma vez que em 2013 as três instituições encerrarão seus convênios e será muito importante uma avaliação conjunta da experiência e a definição de estratégias comuns após o término do Convênio.

Em 2010, por meio da FAART Educação de Pessoas Privadas de Liberdade, foi realizado um encontro entre as organizações conveniadas com a Fundação Casa para a execução dos trabalhos de arte e cultura (CENPEC e CEDAP) e instituições que trabalham na garantia dos Direitos Humanos – como Ilanud, Conectas e CEDECA Sapopemba. O objetivo do encontro foi

discutir as constantes denúncias de violações de direitos sofridas pelos adolescentes e como encaminhá-las sem atingir o convênio firmado. Desse encontro resultou uma formação periódica de um ano que se estenderá até dezembro de 2011 com o CEDECA Sapopemba e uma articulação com o Conectas a fim de obter uma orientação no campo jurídico que amplie nosso entendimento sobre os casos de violação dos direitos humanos.

No ano de 2010 foi entregue à Fundação Casa mais um produto das sistematizações propostas no plano de trabalho. O Estudo Monográfico sobre "Relações de Gênero nos trabalhos de arte-educação na Fundação Casa" foi entregue em setembro de 2010. Uma das incidências dessa pesquisa foi uma ampla discussão promovida pela Superintendência Pedagógica e Gerências da Fundação Casa que utilizaram o estudo como propostas para reflexão junto às unidades no ano de 2011.

Focos de Ação Articulada

Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Objetivo - Promoção do acesso de pessoas privadas de liberdade à educação formal e não formal e do reconhecimento, por parte da sociedade e dos gestores públicos, dos direitos educativos desses adolescentes, jovens e adultos.

Atividades e Produtos

Durante o ano de 2010, deve-se dar destaque à aprovação das Diretrizes Nacionais sobre Educação nas Prisões, em maio de 2010, pelo Conselho Nacional de Educação. Uma conquista importante, para a qual Ação Educativa contribuiu de forma decisiva em conjunto com as organizações da Rede de Educação nas Prisões. As Diretrizes representam um marco normativo que serve de parâmetro a todas as políticas educacionais desenvolvidas em âmbitos estadual e federal.

Sob liderança da organização Alfasol, Ação Educativa, Ilanud e Instituto Paulo Freire lançaram o livro "Educação em Prisões", como parte das edições CEREJA da Alfasol. A publicação contém artigos de pesquisadores(as), gestores(as) e representantes de organizações da sociedade civil, entre eles, três de autoria de assessores de Ação Educativa.

Em maio, realizamos uma plenária livre para elaboração de propostas ao processo participativo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo.

De maio até o final de 2010, aguardamos a autorização para a realização de uma pesquisa sobre perfil da escolarização e demanda por educação nas unidades prisionais da Comarca de São Paulo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária. Não somente a nossa solicitação, mas de outras organizações e pesquisadores acadêmicos aguardavam a autorização pelo Comitê.

Em 2010, participamos das atividades e visitas às unidades do Conselho da Comunidade de São Paulo. Acompanhamos as reuniões do Conselho Estadual de Educação e solicitamos reunião para apresentação do Relatório da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. Levamos a temática da educação nas prisões para fóruns e encontros – nacionais e internacionais.

A partir da Rede de Educação nas Prisões (AE, IPF, AlfaSol e Ilanud) solicitamos pedido de informação ao INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais) sobre a realização do levantamento e do registro de demanda por educação nas unidades prisionais do país e à Secretaria Estadual de Educação de São Paulo sobre acesso e realização do Encceja (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) nas unidades prisionais de São Paulo. Recebemos denúncias de educadores de unidades prisionais de que o Exame de Certificação não estava sendo realizado em unidades do Estado de São Paulo.

No dia 7 de outubro, realizamos um encontro com entidades de São Paulo que atuam com adolescentes privados de liberdade. Além de Ação Educativa, participaram da reunião as

organizações Ilanud, Cenpec, Cedap, Conectas, Cedeca Sapopemba e Cedeca Interlagos. Durante a reunião foram discutidas ações conjuntas de longo, médio e curto prazo visando fortalecer o controle social no campo das medidas socioeducativas.

No segundo semestre, foram discutidas na FAART duas propostas de projeto para o governo do Acre: a primeira referente ao desenvolvimento de uma proposta pedagógica para educação nas prisões e a segunda, de arte e cultura para unidades de internação de adolescentes em conflitos com a lei. Ambas as propostas se alimentam dos acúmulos da Ação Educativa em Educação de Jovens e Adultos, Educação nas Prisões e o Projeto Arte na Casa, este último implementado junto à Fundação Casa. Os projetos foram apresentados em processo de edital público.

Balanco dos resultados e perspectivas

A partir da aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões, em 2010, proliferaram iniciativas governamentais e da sociedade civil em todo o território nacional, comprometidas em impulsionar a sua implementação. No estado de São Paulo, a aprovação das Diretrizes ensejou a constituição de um grupo de trabalho intersetorial no governo estadual para a elaboração de propostas que permitam que o estado cumpra o previsto nas Diretrizes.

De todos os estados brasileiros, São Paulo representa a situação mais desafiante para a implementação em decorrência do tamanho de sua população prisional (a maior do país) e da complexidade institucional presente no estado, já que o limitado atendimento educacional atualmente existente nas unidades não envolve a Secretaria Estadual de Educação e seus profissionais, sendo ofertado por meio de estagiários de pedagogia e monitores presos administrados pela Funap, fundação vinculada diretamente ao sistema prisional.

O contexto pós-aprovação das Diretrizes também é marcado pela busca de vários estados brasileiros por propostas, referências e modelos pedagógicos para a implementação das Diretrizes, articulando-as ora mais, ora menos com as políticas estaduais e municipais de educação de jovens e adultos.

Nesse quadro, surgem organizações privadas oferecendo aos governos estaduais “pacotes de educação à distância” como solução para a implementação das Diretrizes nas prisões. Muitos deles caracterizados pela fragilidade das propostas e pela precarização do atendimento educacional. Ação Educativa e o conjunto das organizações da rede de educação nas prisões entendem que a educação à distância é um importante recurso que pode ser complementar ao atendimento educacional garantido por meio de professores e professoras habilitados pelas Secretarias de Educação, mas nunca algo que substitua o atendimento educacional presencial.

É fundamental destacar que este é um momento bastante desafiante para a implementação das Diretrizes, pós-pressão social exercida ao longo de quatro anos pela sua aprovação. Estamos em um novo estágio que exige ainda mais o fortalecimento da capacidade de proposição e monitoramento da sociedade civil e a formulação de propostas e o levantamento de informações estratégicas que subsidiem a construção das políticas educacionais nas prisões. Em jogo está o “como” implementar as Diretrizes.

Em 2010, avançamos com relação à articulação das organizações da sociedade civil que atuam junto à Fundação Casa, visando o fortalecimento de controle social e do monitoramento da situação de violação dos direitos humanos nas unidades. Na reunião de outubro,

levantou-se a possibilidade de cobrar dos municípios o cumprimento de medida de liberdade assistida; de pressionar para que a escolha dos diretores das unidades seja feita por critérios objetivos, via concurso público e não por cargos comissionados; e de discutir as condições de trabalho dos(das) professores(as), a maior parte com vínculo precário com a Fundação Casa, entre outras questões.

No curto prazo, foram definidos os seguintes encaminhamentos a serem implementados pelas entidades: estabelecer uma forma de encaminhamento de denúncias e violações ocorridas nas unidades da Fundação Casa, garantindo a segurança dos educadores; propor procedimentos comuns sobre o que fazer em casos de situações de emergência; desenvolver formação em direitos humanos para os educadores das organizações da sociedade civil; promover um encontro no início de 2011 com todos os arte-educadores; compartilhar as informações que as organizações possuem sobre educação formal na Fundação Casa, entre outras propostas que serão implementadas em 2011.

Ensino Médio Democrático

Objetivo - No campo do Ensino Médio, articular ações dos diversos programas, de modo a ampliar o poder de influência da Ação Educativa na convocação de diferentes atores para o debate público e para propor alternativas políticas e pedagógicas informadas por nossos princípios e experiências.

Neste primeiro ano de funcionamento, as atividades do Foco de Ação Articulada Ensino Médio Democrático voltaram-se de um lado para a Cidade de São Paulo e, de outro, para o plano nacional.

Como integrante da Comissão do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, a Ação Educativa trabalhou para que o processo de sua construção não se restringisse à discussão dos níveis de ensino sob responsabilidade do município (educação infantil e ensino fundamental), mas envolvesse o conjunto das demandas educacionais da cidade, relativas a todos os níveis e modalidades de ensino. Assim, a Conferência de Educação da Cidade de São Paulo abarcou também as questões relativas ao Ensino Médio na cidade.

Para incidir nesse processo, a Ação Educativa buscou construir uma articulação junto a outras ONGs. Assim, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec, a ONG Comunidade Cidadã, o Instituto Paulista de Juventude e a Revista Viração, foi realizado o Encontro Temático sobre o Ensino Médio, que reuniu 40 pessoas na sede da Ação Educativa, entre jovens e educadores, elaborou propostas e elegeu uma jovem como delegada para a Conferência de Educação da Cidade.

No plano nacional, a Ação Educativa contribuiu para a estruturação e o funcionamento do Grupo de Articulação pelo Ensino Médio. Formado por iniciativa da Avina, o grupo elegeu a incidência no Plano Nacional de Educação como meta principal. Para tanto, organizou a *Oficina Ensino Médio no PNE 2011-2020*, que reuniu 40 pessoas, representantes de 30 organizações – ONGs, fundações e institutos empresariais, redes e representações de gestores educacionais – de todo o País.

Sob liderança do Observatório da Educação, foi realizado o estudo “Caracterização dos recursos públicos destinados ao Ensino Médio: investigação em escolas estaduais paulistas”

que mapeia o fluxo dos recursos do ensino médio público paulista, desde a composição do orçamento até as verbas descentralizadas para as escolas. Foi também organizado um debate, com transmissão pela Internet, no qual as pesquisadoras Theresa Adrião e Cassia Alessandra Domiciano, da Unicamp, puderam apresentar os resultados identificados.

Balanco dos resultados e perspectivas

Embora amplamente reconhecido como um nível de ensino com inúmeros problemas – muitas vezes apontado como um nível de ensino em crise – o Ensino Médio pouco tem mobilizado atores a construir uma agenda específica, especialmente no âmbito da cidade.

Assim, a realização do Encontro Temático sobre Ensino Médio constituiu-se como um processo importante – por ter reunido diferentes organizações, por ter construído uma pauta de reivindicações e por ter eleito uma jovem como delegada para a Conferência de Educação da Cidade de São Paulo. No entanto, o tema não encontrou eco entre o conjunto dos delegados da conferência. Em 2011, será dada atenção ao processo de tramitação do Plano de Educação da Cidade para identificar outras possibilidades de intervenção.

O Grupo de Articulação pelo Ensino Médio, por sua vez, conseguiu reunir representantes de importantes segmentos sociais envolvidos com a questão e produzir uma agenda de consenso, definindo temas prioritários para incidência no processo de tramitação do PNE. Esses temas referem-se à questão da identidade e do currículo desse nível de ensino, à organização do sistema nacional de educação, à gestão participativa, à formação e valorização dos profissionais da educação – especialmente os professores –, ao financiamento e à distribuição territorial das escolas desse nível de ensino. Importante também foi a definição de uma estratégia de atuação conjunta para 2011. No entanto, a implementação dessa estratégia será um desafio, uma vez que a maioria absoluta das organizações participantes tem outras agendas prioritárias.

Formação para a Cidadania Ativa

Objetivo - Desenvolver programa de formação com vistas a ampliar e fortalecer a participação de jovens, educadores, agentes culturais e o público em geral no debate sobre políticas públicas e sustentabilidade socioambiental.

A Ação Educativa é instituição que, ao longo de seus 16 anos de história já desenvolveu inúmeras ações de formação, com diferentes públicos, estratégias e objetivos. Apesar das inúmeras diferenças, há uma sensação difusa de que há algo em comum em todas as ações desenvolvidas pela instituição com o objetivo de formar. Em resumo, pode-se dizer que são referenciais institucionais os princípios da educação popular, em que o conhecimento que o formando traz de bagagem junto consigo é legitimado e valorizado: parte-se dele para construir novos conhecimentos. Além desse, há outros pontos comuns.

Passo anterior à organização de uma formação transversal para a cidadania, verificou-se a necessidade de sistematizar o acúmulo e os pontos em comum entre as formações que já foram realizadas na história da Ação Educativa.

O ano de 2010, assim, foi dedicado a essa sistematização. O primeiro passo foi discutir com toda a equipe o que exatamente seria sistematizado. Chegou-se, então, ao seguinte objetivo:

"Sistematizar a experiência formativa realizada pela ONG Ação Educativa. A partir de diálogos, grupos focais – com as equipes técnicas e outros atores envolvidos nos processos de formação – e da análise documental da instituição, busca-se compreender os sentidos, as estratégias, as práticas e as metodologias empregadas pelas equipes nos seus 15 anos de existência. Ao final, pretende-se construir tanto conhecimentos que explicitem os potenciais desta estratégia de ação na promoção dos direitos educativos e da juventude como parâmetros e referências que orientem o trabalho futuro da organização."

Com a contribuição de uma consultoria externa, os assessores envolvidos com processos de formação na instituição discutiram as categorias a serem sistematizadas e os projetos que a elas se referenciavam. Em seguida, construíram o questionário que orientou as entrevistas e grupos focais que foram realizados com seis projetos da instituição, selecionados entre muitas outras práticas formativas por sua representatividade temporal ou estratégica. Os seis projetos selecionados como exemplares da sistematização foram: (i) Jovens Agentes pelo Direito à Educação - JADE; (ii) Arte na Casa; (iii) Educação de Jovens e Adultos; (iv) Nossa Escola Pesquisa sua Opinião; (v) Vídeo: Cultura e Trabalho – VCT; (vi) Curso Cidadania e Direito à Educação.

Foram feitas reuniões para discutir os resultados parciais e para identificar pontos em comum nas respostas recebidas. A perspectiva é que um produto final deste processo de sistematização esteja pronto, em forma de publicação interna para a instituição inicialmente, no primeiro semestre de 2011.

Balanco dos resultados e perspectivas

Embora ainda inconcluso, o processo de sistematização mostrou-se bastante rico e promissor para o estabelecimento de uma identidade para as ações de formação implementadas pela Ação Educativa. A partir daí terá início a implementação de uma programação experimental de seminários ou cursos sobre DHESCA, promoção dos direitos e da diversidade étnico-racial e cultural e sociedades sustentáveis no plano local e internacional, tal como previsto no Plano Trienal 2010-2012.

O resultado esperado de todo esse processo, por fim, é que a Ação Educativa se estruture como um pólo irradiador de trabalhos de formação para a cidadania, de modo a oferecer atividades para movimentos sociais identificados com a missão institucional. Tal resultado insere-se, por sua vez, na missão institucional da Ação Educativa, em que a formação aparece como uma das principais estratégias para a construção de um país mais justo. Na formulação da sua missão a Ação Educativa afirma aliar "a formação e a assessoria a grupos nos bairros, escolas e comunidades com a atuação em articulações amplas, a pesquisa e a produção de conhecimento com a intervenção nas políticas públicas". Transformar tal atividade em uma estratégia que parta e volte para uma reflexão institucional unificada, e não apenas pulverizada em seus diversos programas, é um dos objetivos que já foi realizado em parte pela FAART Formação para a Cidadania Ativa em 2010.

Financiamento da Educação e Controle Social do Fundo Público

Objetivo - Monitorar o financiamento da educação em escala nacional e local, com enfoque no fundo público que baseia a sistemática dos recursos vinculados, quanto à execução orçamentária propriamente dita.

Este Foco de Atuação Articulada tem como objetivo monitorar o financiamento da educação em escala nacional e local, integrando as iniciativas em curso na Ação Educativa e fortalecendo a capacidade da sociedade civil organizada de realizar o efetivo controle social dos recursos públicos constitucionalmente destinados ao ensino.

Internamente, foi realizado um levantamento sobre todas as iniciativas em curso relacionadas à temática. Além das iniciativas desenvolvidas pelos programas Ação na Justiça e Observatório da Educação – relacionadas ao descumprimento da Lei do Fundef, à cobrança de taxas e ao financiamento das escolas públicas -, duas linhas de ação foram desenvolvidas em 2010.

A primeira diz respeito ao início de desenvolvimento de uma proposta de formação em financiamento do direito à educação, tomando como base o material educativo já produzido pelo programa Diversidade, Raça e Participação de Ação Educativa – publicação “Bicho de Sete Cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira” e algumas edições temáticas do Boletim OPA.

Nesse sentido, o programa Ação na Justiça realizou um curso para conselheiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do município de Guarulhos (SP). O evento teve como objetivos estimular um olhar crítico em relação à estrutura do financiamento da educação no Brasil e aprofundar as possibilidades de atuação dos conselheiros no controle social dos recursos da educação. O Curso contou com a importante colaboração do Prof. Dr. Juca Gil, da Faculdade de Educação da USP, que aprofundou as discussões sobre atribuições, poderes e competências do Conselho do Fundeb e suas relações com o sistema municipal de ensino.

A segunda linha de atuação prioritária foi a incidência nos processos participativos que levariam à formulação do Plano de Educação da Cidade de São Paulo (Conferência de Educação do Município de São Paulo) e do novo Plano Nacional de Educação (Conferência Nacional de Educação – CONAE), com o objetivo de assegurar a ampliação do gasto educacional através do Custo-Aluno-Qualidade e de outros mecanismos e também de fortalecer os mecanismos participativos e de controle social.

Através da articulação com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, participamos ativamente do processo da CONAE, sendo que ao final do ano foi proposto o PL nº 8.035/2010, que dispõe sobre o novo Plano Nacional de Educação. Em relação especificamente ao financiamento educacional na cidade, foi organizada a oficina “O Financiamento da Educação em São Paulo”, que discutiu e aprovou um conjunto de emendas sobre financiamento que foram levadas para apreciação no processo participativo.

Resultados e Perspectivas

Avançamos na constituição do FAA como um espaço de integração dos diferentes programas com incidência no campo do financiamento. A principal dificuldade, por outro lado, foi manter uma rotina permanente de trabalho na ausência de um projeto específico que lhe desse suporte. Por esse motivo, o objetivo de acompanhar de forma mais sistemática o cumprimento das vinculações constitucionais não foi inteiramente alcançado.

Por outro lado, incidimos positivamente nos processo de Conferência, sobretudo no município de São Paulo. Com esse objetivo, produzimos um conjunto de estudos sobre o financiamento da educação na Capital, que serão publicados através no "Em Questão: Educação e Desigualdades em São Paulo", coordenado pelo programa Diversidade, Raça e Participação.

Há perspectiva de avanços no desenvolvimento e aplicação de uma proposta de formação em financiamento do direito à educação, a ser replicada nos anos subsequentes em articulações com outras organizações e redes. Outra perspectiva importante é a continuidade da incidência na discussão do Plano Nacional de Educação e do Plano de Educação da Cidade de São Paulo, em articulação, respectivamente, com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Movimento Nossa São Paulo.

Mídia e Participação

Objetivo - Desenvolver e implementar plano estratégico institucional de potencialização do uso de tecnologias de comunicação e informação e outras mídias como ferramenta de formação e ação política.

Atividades e produtos

O Foco de Ação Articulada Mídia e Participação foi criado numa aposta da Ação Educativa em uma articulação das ações que vinham sendo desenvolvidas pelo projeto Nepso e pela área de Juventude, de forma não sistemática ou organizada numa linha política, e que envolviam o exercício e produção de mídia com a reflexão sobre o cenário da comunicação.

O marco seria a comunicação como agenda e questão política, a produção de mídia e a leitura crítica junto aos jovens, jovens estudantes e professores.

A atividade prevista para o ano de 2010 era a definição do escopo de trabalho do Foco de Ação Articulada Mídia e Participação. Os debates aconteceram ao longo do ano, a partir da experimentação de ações, que apontaram – ao final do período – desafios e perspectivas para o ano de 2011.

A primeira atividade experimental neste sentido foi a realização da Plenária Comunicação e educação na Cidade de São Paulo. O encontro, realizado na Ação Educativa, aconteceu sob a forma de roda de conversa. De nome "Comunicação e educação na cidade de São Paulo", o evento foi uma plenária livre do processo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo e aconteceu em articulação com cerca de 20 entidades dos movimentos de educação e comunicação da cidade. Internamente, foi uma articulação entre Setor de Comunicação, Ação na Escola e CMJ / áreas de Cultura e Juventude. Esta ação objetivou estudar a possibilidade de atuação nesta área em termos de mobilização e ação política. O

encontro reuniu mais de 40 pessoas e mostrou o potencial da organização em atuar neste campo. No Seminário de qualificação do Nepso, realizado na USP Leste, a ação foi de assessoria em relação aos projetos que tinham como pano de fundo uma análise da mídia, dos valores que nela circulam, em especial em relação aos efeitos que causa na auto-estima dos jovens. Os temas eram: consumismo, tribos urbanas, depressão, anorexia, eleições. A ação contribuiu para o debate do FAART sobre a formação de jovens sobre os temas e questões da mídia e sua relação com a escola.

Nos dias 20 e 22 de julho, foi realizado o Curso de férias de produção de Mídia voltado para estudantes do ensino médio. Foram 89 inscritos e 20 participantes. O encontro teve duração de 16 horas, com entrega de certificado e produção de jornal-mural e publicação de blogs produzidos pelos jovens. O encontro demonstrou a capacidade de convocação da Ação Educativa para iniciativas com jovens sobre o tema; e também as possibilidades de atuação neste campo, a partir da reflexão crítica sobre a mídia, aliada à produção de meios próprios pelos jovens.

O curso com jovens também foi uma experimentação metodológica, no sentido de gerar acúmulo para um debate posterior com docentes. A Oficina de mídia para professores/as foi realizada com professores/as efetivos/as de escolas públicas de São Paulo. O processo de seleção teve 115 inscritos e 10 participantes fizeram a oficina.

Balanco dos resultados e perspectivas

As experimentações demonstraram capacidade de execução e iniciativas bem sucedidas ao trabalhar a relação entre mídia / tecnologia / comunicação e educação / escola.

As iniciativas contribuíram para a busca pela definição do escopo deste Foco de Ação Articulada, mas – ao mesmo tempo – lançaram desafios, pois complexificaram a busca por uma definição conceitual que a sustente; além disso, lançaram desafios relativos à inserção da organização no campo, onde existem outras organizações atuando.

Assim, planeja-se a realização de um seminário interno de discussão acerca da mídia e da educação e para definição do(s) o(s) público(s) prioritários de trabalho. A partir daí serão realizadas novas experimentações e elaborados projetos para busca de financiamento.

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Objetivo - Fortalecer o campo de organizações de cidadania ativa, no âmbito local, nacional e internacional

Atividades e produtos

Com relação a esse objetivo, o fato mais relevante no ano foi a eleição da Coordenadora Geral da Ação Educativa para compor a diretoria executiva nacional da **ABONG** – Associação Brasileira de ONGs. O exercício desse mandato vem consumindo um tempo significativo, mas resulta também em experiências e aprendizados que podem reverter a favor dos trabalhos da Ação Educativa e do campo das organizações de cidadania ativa de forma geral. Nossa diretoria e o colegiado de coordenação avaliaram que esse empenho é fundamental num momento em que muitas organizações da sociedade civil brasileira estão sofrendo uma crise de sustentação financeira, causada pela retração da cooperação internacional enquanto ainda não estão dadas condições satisfatórias de acesso a recursos nacionais públicos ou privados. A situação se agrava num contexto em que as ONGs e movimentos sociais sofrem uma onda de deslegitimação. A imprensa vem noticiando situações em que gestores públicos utilizam de forma ilegal organizações para desviar recursos públicos de seus fins ou critérios de aplicação acabou por alimentar a desconfiança de parte da opinião pública pelas ONGs em geral. Evidentemente, tal campanha difamatória também responde aos interesses de grupos que tem seus interesses ameaçados pela atuação de ONGs que defendem os direitos humanos e o meio ambiente (os grandes grupos econômicos do setor das comunicações ou do agronegócio, por exemplo). Além disso, alguns setores sociais e do governo, com uma visão restrita de democracia, também questionam o papel de organizações autônomas da sociedade civil, não partidárias, que desejam incidir nas políticas públicas. Avaliou-se que, num contexto como esse, o fortalecimento de uma entidade de representação como a ABONG, que articula o campo das organizações de defesa de direitos e do meio ambiente seria crucial para fazer frente a esses ataques e recuperar a credibilidade das ONGs em relação ao governo e à sociedade em geral, e principalmente reforçar uma visão de democracia baseada na participação e no forte engajamento dos cidadãos e cidadãs.

A reflexão sobre o papel político das organizações de cidadania ativa brasileira e a construção de alternativas republicanas e democráticas para sua sustentação com recursos nacionais foi também objeto de reflexão e iniciativas empreendidas pelo **Grupo Pedras Negras**. Formado por nove organizações associadas à ABONG, entre as quais a Ação Educativa, o grupo manteve negociações com o governo federal para a constituição de um fundo autônomo que pudesse ser acessado por ONGs para fins de desenvolvimento institucional. Além disso, realizou encontros em que foram aprofundados temas relacionados à renovação de nossa missão no cenário nacional e internacional.

O **PAD**, Processo de Articulação e Diálogo, é outro espaço em que Ação Educativa participa e que tem contribuído para a busca coletiva de alternativas para as organizações de cidadania no país. Nesse caso, tem-se uma perspectiva também internacional, uma vez que as organizações brasileiras se colocam lado a lado com agências ecumênicas europeias, com que têm relações históricas, para buscar alternativas e atualizar seus compromissos com a

solidariedade internacional e com os movimentos de cidadania planetária em prol da justiça social, defesa dos direitos e dos bens comuns.

Outra importante contribuição ao fortalecimento do campo de organizações de defesa de direitos se deu por meio da participação na **Plataforma DhESCA** Brasil. Em agosto, Ação Educativa encerrou seu mandato de quatro anos na coordenação colegiada da Plataforma, mas continuou ativa, cuidando da transição de alguns processos que ajudou a coordenar, como é o caso do Projeto de Monitoramento Conjunto do PIDESC – Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

No campo dos Direitos Humanos, destacou-se também nossa participação no **Grupo de Trabalho de Justiabilidade dos Direitos Humanos no Brasil**, iniciativa da organização Terra de Direitos, com apoio da Fundação Ford. O grupo realizou um diagnóstico da atuação das organizações da sociedade civil nessa pauta e em outubro constituiu o Comitê de Monitoramento e Participação Social no Judiciário, que reúne ONGs brasileiras que litigam no Judiciário. Ação Educativa integra o Comitê Executivo, juntamente com Terra de Direitos, Conectas, Geledés, Dignitatis, SPDH e Cinep.

Outro espaço relevante de incidência na agenda política e social do país foi o **CDES - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**, no qual tivemos acento durante dois mandatos do governo Lula. É um órgão de aconselhamento da presidência e nomeado pelo presidente em exercício. A participação neste conselho permitiu acompanhar as políticas federais de forma próxima, com muitos dados e informações, bem como os diversos momentos políticos vividos pelo governo Lula, suas crises, erros e acertos, seus momentos de alta e de baixa. Houve presença constante dos diferentes ministros nas reuniões ordinárias e extraordinárias para apresentar e debater seus programas, assim como a do próprio presidente que compareceu em mais de 90% das reuniões. Permitiu ainda a convivência e o diálogo franco entre diversos setores da sociedade, em particular com lideranças dos setores produtivo ou financeiro pouco afeito a este tipo de debate público. Construiu-se uma visão de desenvolvimento e uma agenda estratégica a partir dos principais problemas a serem superados. Foram discutidos os temas de momento e formularam-se propostas: reforma da previdência, tributária, política, pré-sal, etc. Participamos também do Observatório da Equidade onde o tema da educação foi tomado como prioridade de acompanhamento e onde pudemos manter contatos permanentes com os principais órgãos produtores de dados: IBGE, Inep, Dieese, IPEA.

Finalmente, demos continuidade à nossa participação no Conselho Editorial do **Programa Imprensa Social** – do governo do Estado de São Paulo, que apoia a edição de livros produzidos por ONGs e movimentos sociais. Também participamos do Colegiado de Coordenação da **Rede Nossa São Paulo**, que visa incidir nas políticas da cidade em prol da equidade e da sustentabilidade socioambiental. O movimento vem trabalhando na integração de movimentos das diversas regiões da cidade e na interlocução com o executivo e legislativo em torno do Plano de Metas apresentado pela gestão municipal.

No âmbito internacional, a Ação Educativa teve atuação destacada por meio de sua participação no **GRAP – Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial**. Trata-se de um grupo de ativistas que vêm promovendo, por meio de publicações *on line* e encontros presenciais, o aprofundamento das temáticas levantadas pelos fóruns sociais ao redor do planeta, apontando alternativas para consolidação desse movimento planetário de busca de alternativas aos modelos de sociedade que provocam destruição ambiental,

injustiças e desrespeito aos direitos humanos. A Ação Educativa abrigou a secretaria do grupo, que promoveu em janeiro um seminário de balanço em Porto Alegre: “10 anos depois: desafios e propostas para um outro mundo possível”. Manteve também um site com artigos de fundo sobre diversos temas relacionados às agendas prioritárias dos fóruns e preparou um seminário internacional que ocorreu em janeiro de 2011 durante o FSM de Dakar, no Senegal, com foco na crise civilizatória e suas alternativas.

Balanço dos resultados e perspectivas

A expressiva atuação da Ação Educativa em espaços inter-setoriais de incidência em políticas públicas e defesa de direitos é indicador tanto da relevância dos nossos recortes temáticos – Educação, Cultura e Juventude – quanto do reconhecimento público e capacidade de articulação da instituição. A presença na esfera nacional é predominante, mas as ações no âmbito da cidade e no estado de São Paulo revelam o interesse em incidir também nas esferas estadual e municipal, tanto no que diz respeito às agendas inter-setoriais como nas de nossas áreas temáticas. A desarticulação entre as esferas administrativas no regime federativo brasileiro é um entrave importante na implementação e monitoramento das políticas públicas, desafiando as organizações de cidadania a articular as três esferas de governo em atividades de monitoramento e incidência.

No plano internacional, nossa incidência se deu principalmente por meio do GRAP e do processo do Fórum Social Mundial, do PAD e da ABONG. Além disso, nas nossas áreas temáticas, em especial a de Educação, já construímos vínculos e experiências importantes com atores internacionais, como a Campanha Mundial por Educação e o ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos. No próximo ano, planejamos desenhar um plano mais orgânico e sustentado de incidência internacional, pois avaliamos ser necessária uma ação mais qualificada e orgânica nessa instância. A coordenação executiva assumiu essa responsabilidade por meio da recém-criada assessoria de Inovação e Desenvolvimento Institucional.

Objetivo - Garantir a sustentabilidade político-financeira da instituição, provendo suporte administrativo, operacional e tecnológico para as ações programáticas, promovendo a comunicação e o debate interno, a visibilidade pública da instituição, a coerência com os princípios institucionais de gestão democrática, transparência e interesse público.

Atividades e Produtos

Coordenação Geral

O ano foi marcado pela implantação da estrutura de gestão proposta no Plano Trienal 2010-2012. Na assembleia geral, realizada em 18 de junho, foi empossada a nova Coordenação Geral, assumida por Vera Masagão Ribeiro, que passa integrar uma Coordenação Executiva formada por mais quatro membros: Denise Carreira (área de Educação), Eleilson Leite (área de Cultura), Maria Virgínia de Freitas (área de Juventude) e Marcos José Pereira (setor

Administrativo e Financeiro). Sergio Haddad, que ocupava o cargo de coordenador geral desde a fundação da organização, assumiu o papel de assessor de inovação e desenvolvimento institucional. Nessa função, deverá concentrar seus esforços no desenvolvimento de novos projetos e áreas de ação estratégicas, com destaque para a organização de um programa de incidência no âmbito internacional, articulação e qualificação da Ação Educativa como entidade de pesquisa e implantação da biblioteca digital.

Durante a assembleia, foi eleita também uma nova diretoria, formada de três membros – Maria Malta Campos (presidente), Fernanda Papa (tesoureira) e Orlando Joia (Secretário). A diretoria também passou a contar com três assessores de área: Adriana Barbosa (Cultura), Marília Pontes Sposito (Juventude) e Maria Clara Di Pierro (Educação). Esse novo formato visou adequar nossa instituição à legislação brasileira que veda, para o acesso a algumas certificações, a participação de funcionários públicos na direção da entidade. Essa normativa visa garantir a necessária separação entre a gestão pública e as organizações não governamentais. O quadro associativo da Ação Educativa conta com um número importante de professores de instituições de educação pública nos níveis superior e básico que não poderão mais fazer parte de nosso corpo diretivo até que essa regra seja reconsiderada.

Essa mesma assembleia aprovou algumas pequenas modificações no nosso estatuto, visando sua adequação para o pleito do certificado de Organização Civil de Interesse Público. As modificações foram propostas por advogados contratados para esse fim. Entretanto, depois de aprovado o novo estatuto e encaminhado o pedido de certificação, tomamos ciência de que a orientação que deles recebemos estava equivocada e que, justamente por causa da nova formulação que o estatuto adotou – omitindo o fato de que nossa diretoria não é remunerada – nosso pleito acabou sendo indeferido. A situação terá que ser revista no próximo ano.

Ao longo desse ano, implantamos também uma nova sistemática de monitoramento do Plano Trienal. Por três ocasiões, em maio, setembro e dezembro, a coordenação executiva se reuniu com as equipes de cada área e setor para discutir os avanços e dificuldades no cumprimento dos objetivos estabelecidos. Os resultados obtidos até aquele estágio e as recomendações foram registrados em relatórios. A sistemática foi bem avaliada, principalmente por viabilizar um contato mais direto das equipes com a coordenação geral e um debate mais aprofundado, tanto sobre os problemas mais cotidianos como sobre as questões mais estratégicas e cada área e setor. Considerou-se, entretanto, que a sistemática de registro precisa ser aperfeiçoada para viabilizar um melhor aproveitamento das informações produzidas.

Estabelecemos uma dinâmica de reuniões que procurou preservar o papel do colegiado ampliado (formado por todos os coordenadores de programas, setores e FAARTS) como instância de debate e construção de posicionamentos coletivos sobre questões políticas internas e externas. Esse grupo passou a se reunir com uma periodicidade mais ou menos quinzenal: ao longo do ano, foram 14 encontros. A coordenação executiva, por sua vez, realizou 15 reuniões, tratando de encaminhamentos e preparando as informações e propostas para o colegiado de coordenação.

Durante o ano operou também um Grupo de Trabalho de Recursos Humanos e Sustentabilidade, que desenvolveu um conjunto de propostas para melhorar o ambiente de trabalho e economizar recursos sociais e ambientais. O grupo organizou a eleição de um ouvidor,

responsável por facilitar o diálogo dos diversos segmentos de colaboradores com a coordenação.

Além das reuniões gerais de planejamento e avaliação, realizaram-se quatro colegiados ampliados, em que todos os colaboradores são convidados para discutir temas estratégicos e que representam oportunidades de formação. Os temas tratados foram: Projeto do Grupo de Trabalho de Recursos Humanos, para melhorar as condições de trabalho e convivência na organização; Juventude e Trabalho, a partir de exposição sobre a Agenda de Trabalho Decente para a Juventude; Análise de Conjuntura, sobre o cenário pós-eleitoral no Brasil; e Litigância em Direitos Humanos, a partir da experiência do programa Ação na Justiça.

A coordenação executiva também participou de duas reuniões com a Diretoria, uma delas preparatória à Assembléia e outra, no final do ano, onde se fez um balanço do ano e da situação financeira da instituição.

Setor de Comunicação

O principal avanço do setor de comunicação no ano de 2010 foi a incorporação de novas ferramentas: apesar de inviabilizada – por questões financeiras – a reforma do portal, houve um esforço no sentido de criar perfis em redes sociais (como o Twitter, que hoje conta com 1.965 seguidores/as) e de inovar nos canais de comunicação e nas possibilidades de interação com os públicos da organização, via criação de *hotsites* e *blogs* conectados ao site, mas com gestões autônomas.

Tabela 1 – Blogs e hotsites hospedados no servidor da Ação Educativa

Site	Endereço
Prêmio Cultura Hip Hop	www.premiohiphop.org.br/
Indicadores da Qualidade da educação	www.acaoeducativa.org.br/indicadores
Agenda Cultural da Periferia	www.acaoeducativa.org.br/agendadaperiferia
Curso Cidadania e Direito à Educação	http://direitoaeducacao.wordpress.com
Portal do Observatório da Educação	www.observatoriodaeducacao.org.br
HotSite Relações Raciais na Escola	www.relacoesraciaisnaescola.org.br
Prêmio Minha Comunidade Sustentável	www.acaoeducativa.org.br/premio
Portal da coleção Viver, Aprender	www.viveraprender.org.br
Blog do Seminário Juventude em Pauta	http://www.acaoeducativa.org.br/juventudeempauta/
Blog De Olho no Plano	http://www.acaoeducativa.org.br/deolhonoplano/
Blog do projeto To no rumo	http://www.tonorumo.org.br

Também pode ser citado como avanço de modernização das ferramentas de comunicação - em parceria com o setor de TI -, o desenvolvimento de sistemas de inscrição e seleção para cursos, oficinas e projetos, com a ferramenta Limesurvey. E, em parceria com o setor de TI, o CMJ, o espaço de eventos e o Observatório da Educação – no âmbito da Comissão de Comunicação -, avançou-se também nos procedimentos de transmissões de som e imagem ao vivo, via *Internet*.

A reforma do portal foi amplamente discutida na comissão de comunicação e uma proposta de estrutura está construída, pronta para ser executada em 2011. O atual site chegou a um ponto de esgotamento técnico, estético e de conteúdo e precisa urgentemente de revisão.

O setor cresceu também em volume de demandas relacionadas às mídias digitais e à tendência de comunicação mais direta com seus públicos, desenvolvendo mais ações de criação, diagramação e interação, bem como no planejamento estratégico de ações programáticas. Na área de cultura, especialmente, a demanda fixa ao setor cresceu com a criação e manutenção do hot site do Prêmio Cultura Hip Hop e com a criação do Ponto de Cultura Periferia no Centro, que demanda produção mensal de programação, cartazes, *flyers* e *folders*.

O site institucional manteve, ao longo do ano, uma boa média de visitas, ainda que um pouco mais baixa que no ano anterior, conforme podemos acompanhar na Tabela 2. Cabe destacar que, por limitações técnicas, que serão corrigidas no próximo ano, não estão contabilizadas nessa listagem as visitas aos *blogs*.

Tabela 2 – Acessos ao site da Ação Educativa (2009-2010)

	2009		2010	
	Média diária	Total	Média diária	Total
Janeiro	472	14.638	375	11.633
Fevereiro	637	17.863	487	13.640
Março	849	26.344	716	22.201
Abril	393	11.807	612	18.387
Maiο	663	20.556	598	18.545
Junho	679	20.380	588	17.667
Julho	652	20.219	496	15.398
Agosto	714	22.148	606	18.793
Setembro	898	26.941	664	19.948
Outubro	786	24.391	552	17.113
Novembro	687	20.612	673	20.202
Dezembro	379	11.777	329	10.199
TOTAL	651	237.676	575	200.982

Os boletins enviados pela organização (23 ao longo do ano) para diversos públicos seguiram sendo canais importantes de comunicação. Além disso, ajudam a alimentar um mailing de contatos institucional usado também para divulgação de ações pontuais (16 ao longo do ano, entre avisos de pauta e convites de eventos). A edição do boletim Informação em Rede foi extinta e ele passou a ser incorporado pela edição do portal Viver, Aprender, como seção de

notícias do mesmo. A programação do Ponto de Cultura é enviada para o conjunto total de e-mails integrantes do mailing institucional.

Tabela 3 – Assinantes dos boletins

Boletim Eletrônico	Edições no ano		Assinantes em dez/09 – dez/ 10		Responsáveis pela editoria
	2009	2010	2009	2010	
Em Ação!	12	12	3614	3834	Setor de Comunicação
Informação em Rede	2	0	3351	3351	Programa Observatório da Educação
OPA	5	3	2771	2910	Programa Ação na Justiça
Juventude na Cena	4	1	921	2520	Área de Juventude
Programa Ponto de Cultura	0	7	-	-	Área de Cultura
TOTAL	23	23		5.147	

Na mídia, foram 182 inserções institucionais.

Setor de Tecnologias da Informação (STI)

Em 2010, o STI, além de atualizar e manter em operação os equipamentos da instituição – a saber, 8 servidores, 102 computadores e 16 impressoras –, atuou na implantação de um novo sistema de gestão da informação descentralizado e colaborativo (Wiki) e na implantação de novos recursos: questionários de pesquisa via WEB (LimeSurvey), Windows 7, Office 2010, Servidor Wordpress (Blogs). Avançou, também, na virtualização dos servidores de arquivos e páginas web fortalecendo seu compromisso com políticas de TI verde, ou seja, o uso sustentável dos recursos de tecnologia da informação. Na mesma linha vai o compromisso do setor com o descarte dos equipamentos substituídos que são sempre enviados para reciclagem.

Não foram realizadas as oficinas de capacitação dirigidas aos usuários internos para melhor utilização dos recursos existentes, tal como fora planejado, por falta de agenda e priorização.

Setor de Administração e Finanças (SAF)

Em 2010 foram desenvolvidas novas práticas de gestão administrativa e financeira, otimizando recursos para assegurar o bom funcionamento dos programas e projetos. Na área financeira o sistema de controle de fluxo de recursos facilitou a integração do orçamento, execução orçamentária e monitoramento dos saldos dos projetos. Em termos administrativos as medidas tomadas com a terceirização do estacionamento e limpeza melhoraram as condições de trabalho na portaria e a segurança do prédio.

Balanço dos resultados e perspectivas

A transição na gestão institucional ocorrida durante o ano evidenciou a maturidade da organização, a disponibilidade e qualificação de seus quadros para assumir responsabilidades de gestão, representação e formulação estratégica. Abrem-se espaços para novos quadros assumirem responsabilidades de gestão, enquanto as lideranças mais experientes ampliam sua disponibilidade para desenvolver novos projetos necessários à atualização de nossa missão e construção de nossas visões de futuro.

Com relação à nossa metodologia de monitoramento e avaliação, consideramos que houve avanço, as reuniões da Coordenação Executiva com as equipes dos programas permitiu a análise dos projetos sob diversos pontos de vista. Um aspecto a ser aperfeiçoado, entretanto, é a sistemática de registros e de uso de indicadores de resultados, que poderão nos auxiliar a objetivar melhor nossa efetividade e comunicá-la para diversos públicos.

A ampliação da Coordenação Executiva melhorou a qualidade da supervisão das áreas e setores, em especial no que se refere à área da Educação, onde os desafios de integração de várias equipes são maiores. Outros desafios que deverão ser enfrentados no ano próximo, por meio da assessoria de desenvolvimento e inovação, são o planejamento estratégico de nossa incidência internacional e de nossas atividades de pesquisa, com vistas a ampliar a consistência e eficácia de nossas contribuições nesses campos.

Com relação ao Setor de Comunicação, a grande dificuldade enfrentada foi a falta de recursos para executar a reforma do portal, o que estendeu a discussão sobre a iniciativa para o ano de 2011. Por outro lado, o atraso proporcionou vasto debate na comissão de comunicação, e uma proposta aperfeiçoada pronta para ser implantada em 2011. A modernização das ferramentas e a compra de equipamentos para gravação e transmissão de áudio e vídeo podem potencializar a capacidade de o setor captar recursos, via prestação de serviços em parceria com o espaço de eventos. Uma melhor utilização dessas ferramentas de comunicação pelas próprias equipes dos programas também é uma meta para os próximos períodos.

Em relação ao Setor de Tecnologias da Informação, pretende-se avançar na virtualização de máquinas (TI verde), além de propor novas ferramentas de TI que possam otimizar as rotinas de trabalho da Ação. O setor deverá fazer um estudo da rotina dos programas e setores para identificar as ferramentas e programas de capacitação que possam otimizar seu trabalho.

Finalmente, o Setor de Administração e Finanças conseguiu assegurar a informação sobre execução orçamentária e fluxo de caixa para monitoramento da sustentabilidade político-financeira. Também vem tendo sucesso nas iniciativas de otimização dos recursos, reciclagem, reuso e redução em 10% em média dos plásticos, papéis e energia elétrica consumida em relação ao ano anterior. Para 2011 o desafio será monitorar via fluxo de caixa todos os projetos e programas da instituição.

Resultado Financeiro de 2010

Ao longo do ano, foi necessário realizar um controle bastante minucioso da situação orçamentária da instituição, uma vez que vários projetos aprovados em editais públicos sofreram consideráveis atrasos, contrariando nossas previsões em termos do tamanho das equipes e equilíbrio orçamentário. No final do ano, para garantir a segurança de nossa posição, alguns sócios fizeram doações ou empréstimos para a instituição que totalizaram R\$ 59.382,90 reais. Finalmente, a Ação Educativa conseguiu fechar o exercício de 2010 com um resultado superavitário de R\$ 288.723,99, como demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2010

Valores em R\$	
Receitas em 2010	7.317.207,37
Despesas em 2010	7.028.483,38
Resultado Financeiro de 2010	288.723,99

No ano de 2010, a Ação Educativa realizou uma despesa 22,53% maior do que em 2009, conforme demonstrado no Quadro 2. Este crescimento representa um maior volume de atividades realizadas, possível porque contamos com elevação no volume de recursos dos parceiros internacionais e nacionais, principalmente desses últimos.

Quadro 2: Evolução de Despesas 1994 - 2010

Valores em R\$		
	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.458,08	Fundação
1995	440.453,28	-
1996	728.705,02	65,44%
1997	903.803,26	24,03%
1998	1.139.514,81	26,08%
1999	1.401.359,35	22,98%
2000*	2.048.483,61	46,18%
2001	2.105.114,88	2,81%
2002	3.358.751,71	59,48%
2003	4.985.322,40	48,46%
2004	5.167.433,75	3,63%
2005	4.275.927,31	-17,25%
2006	4.029.360,15	-5,77%
2007	4.515.535,09	12,07%
2008	5.451.756,47	20,73%
2009	5.735.068,58	5,22%
2010	7.028.483,38	22,53%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.942,86. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426,47.

O Comparativo de Despesas 2010 x 2009 (Quadro 3) mostra que houve um aumento nas despesas em três rubricas. As duas rubricas com maior aumento percentual foram reflexo do maior volume de atividades realizadas pela instituição. O aumento de 139,16% em móveis e equipamentos refere-se à compra de novos equipamentos de escritório para uso de novos assessores contratados e doações de equipamentos e móveis fora de uso. O aumento de

60,51% em impostos sobre notas fiscais emitidas reflete dois aumentos na receita. A receita de direitos autorais aumentou R\$ 161.559,56 em relação a 2009 e os serviços prestados, por sua vez, aportaram R\$ 134.670,46 a mais. Em termos absolutos, a maior elevação da despesa foi de R\$ 916.439,72, na rubrica "atividades programáticas", influenciada pelo maior volume de atividades na área da Cultura e Juventude. O projeto Arte na Casa, da área de Cultura, e o projeto especial Seminário 10 Anos de Fórum Social Mundial foram os principais responsáveis por esse aumento no volume de atividades programáticas.

Quadro 3: Comparativo de Despesas - 2010 x 2009

Despesas por Rubrica	Valores em R\$			
	2009 (A)	2010 (B)	Varição (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Recursos Humanos	2.487.806,66	2.849.549,29	361.742,63	14,54%
Atividades Programáticas	2.542.284,57	3.458.724,29	916.439,72	36,05%
Edifícios e Instalações	161.110,80	192.014,74	30.903,94	19,18%
Despesas de Escritório	221.262,45	161.695,81	-59.566,64	-26,92%
Despesas de Gestão	132.140,81	124.658,16	-7.482,65	-5,66%
Dep. Financeiras e Taxas	27.242,32	56.136,42	28.894,10	106,06%
Impostos sobre Receltas	71.114,72	114.148,11	43.033,39	60,51%
Acevo	80.902,75	7.257,00	-73.645,75	-91,03%
Móveis e Equipamentos	26.328,02	62.965,67	36.637,65	139,16%
Despesas não operacionais	(14.124,52)	1.333,89	15.458,41	-109,44%
Total de Despesas	5.736.068,58	7.028.483,38	1.292.414,80	22,53%

O Quadro 4, cujo objetivo é evidenciar a distribuição das despesas nas diversas áreas de atuação da Ação Educativa e projetos especiais, apresenta valores totais diferentes dos apresentados no Quadro 3 porque nele não são consideradas despesas com variação do imobilizado, despesas financeiras, taxas e despesas não operacionais. O que é mais relevante observar neste quadro é que houve variações percentuais positivas em cinco setores. A maior variação, 115,17%, ocorreu nos projetos especiais, que congregaram diversas ações expressivas: Seminário 10 anos do Fórum Social Mundial, Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, Seminário El Cuidado, Feira Preta e Rede Nossa São Paulo. A segunda maior variação, 100% se deu nas FAART – Focos de Ação Articulada, novidade apresentada no trienal 2010 – 2012, cujo objetivo é articular esforços das diversas áreas e programas em torno de temas estratégicos. O terceiro maior aumento percentual, 33,19% foi na área da Cultura, ocorrido principalmente por conta do prêmio Hip Hop e Projeto Arte na Casa. O quarto maior aumento, 29,21%, se deu na administração e infra-estrutura, pois realizaram-se obras para transformar o auditório em teatro e porque foi necessário arcar com os custos de demissão de alguns funcionários. A quinta maior elevação, 24,77% se deu na área da juventude, com a realização de novos projetos de pesquisa. Os custos da coordenação geral diminuíram 28,72%, uma vez que foi reduzido o tempo remunerado da equipe. Educação foi a única área em que houve diminuição em relação ao período anterior, correspondendo a 5,26%, reflexo de projetos que finalizaram em 2010 e perda cambial nas entradas de fontes internacionais.

Quadro 4: Comparativo de Despesas por área - 2010 x 2009

Área Programática, setores	Valores em R\$			
	2009 (A)	2010 (B)	Varição (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Área Educação	2.062.535,26	1.954.092,17	-108.443,09	-5,26%
Área Juventude	566.938,69	707.391,65	140.452,96	24,77%
Área Cultura	1.511.423,41	2.013.053,81	501.630,40	33,19%
Focos de Ação Articulada	-	77.474,68	77.474,68	100,00%
Coordenação Geral, PMA	436.144,30	310.886,94	-125.257,36	-28,72%
Administração, Infra-estrutura e Manutenção	481.028,76	621.546,31	140.517,55	29,21%
Projetos Especiais (*)	578.137,70	1.243.955,76	665.818,06	115,17%
Total de Despesas	5.636.208,12	6.928.401,32	1.292.193,20	22,93%

(*) **Projetos especiais: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Seminário 10 anos de FSM, Fórum Social São Paulo, Felra Preta, Seminário El Culdado, Fórum em Defesa da Vida**

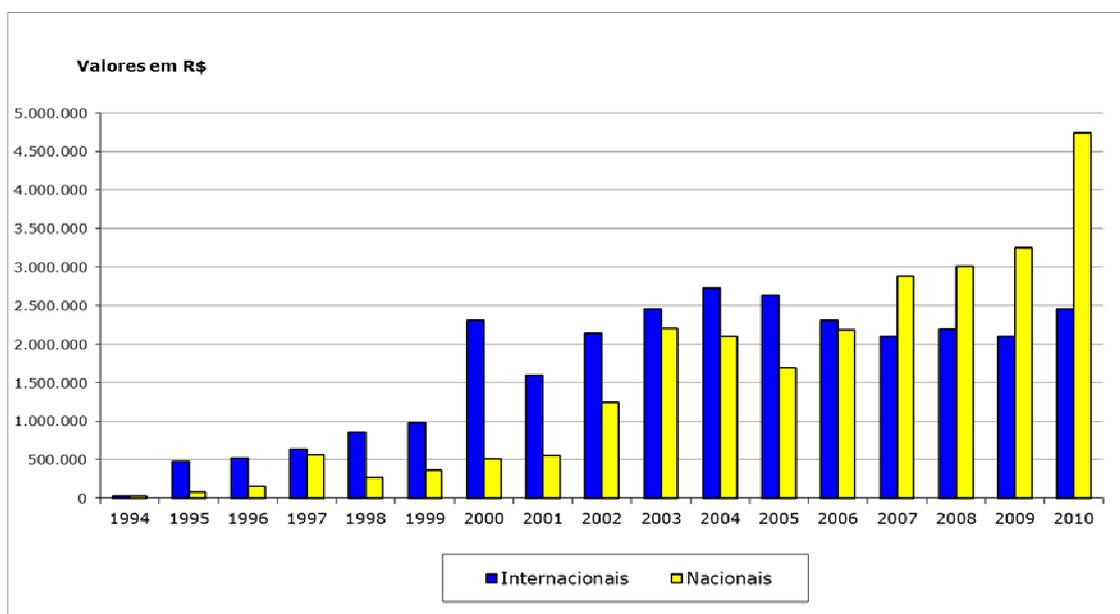
Com relação às receitas, em 2010 houve um aumento significativo de 34,71% ou R\$ 1.885.508,88. A maior elevação foi a dos recursos governamentais, que correspondeu a incremento de 61,09% ou R\$ 712.486,29. Houve aumento também importante, de 43%, nas receitas advindas de parcerias com institutos empresariais, conforme descrito no Quadro 5.

Quadro 5: Comparativo de Entradas - 2010 x 2009

Receitas por Rubrica	Valores em R\$			
	2009 (A)	2010 (B)	Varição (C) = (B) - (A)	Var. (%) (C) / (A)
Receitas Internacionais	2.101.553,77	2.457.836,72	356.282,95	16,95%
Órgãos de Cooperação	1.479.774,06	1.612.254,89	132.480,83	8,95%
Fundações	386.545,89	485.616,58	99.070,69	25,63%
Organismos Internacionais	195.890,04	359.965,25	164.075,21	83,76%
Outros	39.343,78	-	-39.343,78	-100,00%
Receitas Nacionais	3.243.022,09	4.740.579,08	1.497.556,99	46,18%
Recursos Governamentais	1.166.211,94	1.878.698,23	712.486,29	61,09%
Institutos Empresariais	950.889,81	1.369.074,71	418.184,90	43,98%
Parcerias c/ ONGs e Associações	24.043,96	33.251,86	9.207,90	38,30%
Prestação de Serviços (*)	521.215,85	655.886,31	134.670,46	25,84%
Direitos Autorais (*)	426.818,71	588.378,27	161.559,56	37,85%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	89.852,97	134.828,05	44.975,08	50,05%
Locações	62.852,60	81.159,16	18.306,56	29,13%
Venda de Publicações (*)	1.136,25	-697,51	-1.833,76	-161,39%
Receitas Financeiras	87.122,63	118.791,57	31.668,94	36,35%
Total de Receitas	5.431.698,49	7.317.207,37	1.885.508,88	34,71%

No Gráfico 1 é possível acompanhar a evolução das fontes de financiamento ao longo dos 17 anos da Ação Educativa. Em 2010, manteve-se a tendência iniciada em 2007 de predomínio da participação das receitas nacionais na composição geral das fontes. A receita nacional atingiu pela primeira vez o patamar de R\$ 4.740.579,08, representando 65,86% do total de recursos da instituição. A receita internacional ficou em R\$ 2.457.836,72, representando 34,14%. Cabe destacar que o pequeno aumento do montante de recursos internacionais deve ser avaliado como conquista significativa, uma vez que se deu apesar do aprofunda-

mento da tendência de desvalorização das moedas estrangeiras em relação ao real. O movimento ilustrado no gráfico indica a importância da manutenção de uma base de financiamento internacional para alavancar a captação dos recursos nacionais.



Em síntese, podemos afirmar que os esforços de contenção de gastos realizados ao longo desse ano não comprometeram a capacidade institucional de captar recursos e realizar atividades. Cabe reconhecer, entretanto, que a sobrecarga de responsabilidades nas equipes internas, cada vez mais enxuta, pode gerar no médio prazo o comprometimento da capacidade de operação da instituição. A busca de ampliação das fontes próprias, além da manutenção de financiamentos nacionais e internacionais diversificados deve ser uma constante, de modo a garantir que a Ação Educativa possa investir numa equipe básica com forte dedicação à instituição, capaz de articular as parcerias necessárias para ampliar o alcance de suas ações, garantindo a autonomia e coerência em relação à sua missão e opções estratégicas.

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Fernanda Papa
Orlando Jóia

Assessoria da Diretoria

Adriana Barbosa
Maria Clara Di Pierro
Marilia Sposito

Conselho Fiscal

Elizabeth Vieira Santana
Tomás Carmona
Waldemir Bargieiri

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral
Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude
Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura
Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação
Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro

Sócios Estatuários

Adriana Barbosa
Adriano Jose Lima de Jesus
Ana Lúcia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Aparecida Neri de Souza
Atiely Santos
Camila Croso Silva
Cláudia Lemos Vóvio
Celso de Rui Beisiegel
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Denise Careira
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda de Carvalho Papa
Helena Wendel Abramo
Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino de Rezende Pinto

Luiz Eduardo Wanderley
Marcos José Pereira da Silva
Mariângela Graciano
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Marilse Terezinha de Araujo
Milton Alves Santos
Orlando Joia
Pedro de Carvalho Pontual
Petronilha Gonçalves e Silva
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Souza de Almeida
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waltermir Jango Belli Nalles
Waldemir Bargieri

Sócios Honorários

Aloísio Mercadante
Beatriz Bebiano Costa
Benedito Rodrigues dos Santos
Carlos Alberto Abicalil
Carlos Alberto Alves de Souza (Kall)
Carlos Rodrigues Brandão
Francisco de Assis Ferreira
Gilberto Bento do Nascimento
Jether Pereira de Ramalho
Luiz Percival Leme de Britto
Magda Becker Soares
Míriam Jorge Warde
Nilde Ferreira Balcão
Nilton Bueno Fischer * **In Memória**
Osmar Fávero
Ricardo Young Silva
Sílvia Maria Manfredi
Waldemar de Oliveira Neto
Waldimas Nogueira Galvão * **In Memória**

Secretaria

Maria Candelária de Freitas
Regina Costa

Setor de Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo e Financeiro
Marilene Oliveira - Supervisora administrativo-financeiro
Márcia Lima - Analista de recursos humanos
Regina Reis - Assistente Administrativo Financeiro
Renata Tavares Fernandes – Assistente administrativo financeiro
Maria Lucia Costa – Assistente Administrativo Financeiro
Cirto Lino – Assistente administrativo
Pedro de Castro Nunes - Zelador
Deusira Cremaschi - Recepcionista
Francisco Moreira de Souza - Porteiro
Maria de Lourdes Alves Pinto - Serviços gerais
Natalia Serapião - Serviços gerais

Setor de Comunicação

Michelle Prazeres - coordenadora
Gledson Bellei – estagiário Webdesign
Roberto Camargo Furuya – estagiário de Jornalismo

Programa Educação de Jovens e Adultos

Roberto Catelli – coordenador
Cilene Fernandes – assessora
Bruna Gisi Martins de Almeida – assistente de pesquisas
Agnes K. de F. Castro – estagiária
Carolina Farias de Moraes – assistente

Pesquisa Educação não Escolar de Adultos

Sergio Haddad – coordenador
Taisa de Souza Santos - assistente de pesquisa
Melissa Farias – assistente de pesquisa
Marina Santos Ghirotto – estagiária

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

Maria Virgínia de Freitas - coordenadora
Luiz Barata - assessor
Fábio Franco Moraes - assistente

Programa Juventude e Trabalho

Maria Carla Corrochano – coordenadora
Natalia Lago – assistente de pesquisa

Programa Jovens e Ensino Médio

Ana Paula Corti – coordenadora
Raquel de Souza – coordenadora
Elias Chagas da Silva – estagiário

Programa Ação na Escola

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Araújo – coordenadora

Thais Bernardes Nogueira – assessora

Renato Nascimento – assessor

Adelmo dos Santos Camilo – estagiário

Ivana Gonçalves de Oliveira – estagiária

Kiron Marcely de S. Gomes – estagiária

Teresa Cardoso Ourivio – estagiária

Projeto Indicadores Qualidade da Educação

Cláudia Bandeira – coordenadora

Paulo Neves – assessor

Luis Felipe Serrao – assessor

Projeto Indicadores Qualidade da Educação – Infantil

Valeria Lopes – coordenadora

Claudia Pimenta – assessora

Maria Helena de Aguiar Bravo – estagiária

Programa Observatório da Educação

Mariângela Graciano – coordenadora

Fernanda Campagnucci – assessora

Fernanda Fernandes – assessora

Carlos A. F. Arantes dos Santos - estagiário

Programa Diversidade, Raça e Participação

Denise Carreira – coordenadora

Tânia Portela - assistente

Ana Lúcia Silva Souza – consultora

Suelaine Carneiro – assessora da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação

Marinilzes Moradilho Mello – assistente

Programa Ação na Justiça

Salomão Ximenes – coordenador

Ester Gammardella Rizzi – assessora

Jeanne Freitas Gibson – estagiária

Paulo Ricardo B. de Lima – estagiário

Serviço de Documentação e Informação

Mario Sérgio de Thomaz – supervisor de informática

Waldirey Junior – assistente

Ana Maysa de Souza Santos – estagiária

Luiz Fernando de Oliveira – estagiário

Marcela A. Rodrigues de Moraes – estagiária

Programa Cultura e Mobilização Social

Antônio Eleílson Leite - coordenador
Adriano José – assessor
Carolina Faria Morais – assistente
Rogério Pereira dos Santos – assistente administrativo e financeiro
Edson Aparecido de Lima – assistente de produção
Elizandra Sousa – estagiária
André Simões da Silva - estagiário

Projeto Arte na Casa

Rodrigo Medeiros – coordenador técnico
Gildean Silva Pereira – coordenador de área
Janaina Aparecida Santana – coordenadora de área
Fernanda Ribeiro do Nascimento – coordenadora de área
Luiz Barata – coordenador de área interino
Marcelo Amaro de Souza – analista administrativo e financeiro
Karoline Raquel de Aquino Matos - analista administrativo financeiro
Leandro Pereira – estagiário
Marcel Rei Coronato – estagiário

Educadores

Adilson Magno de Faria
Alexandre Silva Gonçalves
Ana Maria da Silva
Ana Paula Dos S. Carlos
André Calixto Gonçalves
André Coletto Pedro
André Firmiano Virgino
Antonio José de Lira
Camila Carolina da Conceição
Carla Tatiana Bispo de Oliveira
Carlos Augusto Matos
Cintia Regina dos Santos
Cláudio Guimarães de Lima
Débora C. Guilherme Adão
Djalma Lopes Góes
Edilson Andreoli Mesquita
Elaine Cristina da Silva
Elisa de Oliveira
Fabrício Cruz
Fagner Eric da Silva
Flávio Mendes David
Igor Renee Abe Lagos
Israel Ramos da Silva Neto
Jairo Rodrigues Barbosa
Jefferson dos Santos

Jonathan de Sousa da Silva
Leanderson Alves Gregório
Letícia Larin Platzeck Senra
Luciano Cavalcanti Mendonça
Manuel Carlos Lopes
Marciano Ventura Fourny
Marcos Uelb R. de Araujo
Marcos Rodolfo S. Gamba
Michel da S.Ceriacó Almeida
Pedro Asche Cintra Ferreira
Pedro Miguel
Renata Adriana de Sousa
Renato Sette
Vagner Sampaio de Souza
Vando Ribeiro Gildo da Silva
Vaneri de Oliveira
Wagner Menezes
Wender Fernandes B. Moura

Apoios

Apoio Institucional (abrangendo todos os projetos)

- Serviços das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento – EED (Alemanha)

Programa Políticas Públicas de Juventude e Participação

- Ajuda da Igreja da Noruega – AIN/NCA
- Fundação Avina

Programa Juventude e Trabalho

- Instituto Unibanco
- Fundação Telefônica

Programa Jovens e Ensino Médio

- Ajuda da Igreja da Noruega – AIN/NCA
- Instituto IBI
- Kindernothilfe – Alemanha

Programa Observatório da Educação

- Avina Brasil
- Fundação Ford
- Unesco Brasília

Programa Ação na Justiça

- Fundação Ford

Programa Ação na Escola

Projeto Indicadores da Qualidade na Educação

- Instituto Embraer
- Fundação Telefônica
- Unicef – Brasília
- Secretaria de Educação de Bebedouro

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

- Instituto Paulo Montenegro/Grupo Ibope
- Unicef – Brasília

Programa Diversidade, Raça e Participação

- Avina Brasil
- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes - Funcad
- Fundação Roberto Marinho
- Instituto C&A
- Unicef – Brasília

Programa Educação de Jovens e Adultos

- Editora Global
- INEP – Instituto Nacional de Pesquisa Educacionais
- Sesi Bahia
- Secretaria de Educação de Ipatinga/MG

Projeto de Pesquisa Educação não Escolar de Adultos

- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp

Cultura e Mobilização Social

- Centro Cultural de Espanha/Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- Fundação Itaú Social
- Fundação Casa
- Instituto Empreender
- Global Editora
- Ministério da Cultura
- Oxfam Reino Unido
- Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo

Projetos Especiais

Seminário 10 Anos de Fórum Social Mundial e Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo FSM

- Caixa Econômica Federal
- Itaipu Binacional
- Instituto Rosa Luxemburgo

Empresas Sócias Mantenedoras

- Copy Center Ltda

- Editora 34 Ltda
- KI KILOS Restaurante Ltda
- GEM SOM – Aluguel de Equipamento de Imagen e Som Ltda
- Equipe Serviços Especializados S/C Ltda
- Summus Editorial Ltda
- Editora Fundação Perseu Abramo Ltda
- CRITERIUM - Avaliação de Políticas Públicas SC Ltda

ANEXOS

I ASSESSORIAS

A grupos de jovens

Grupo	Resultados no ano
NCA, Dos Tambores aos Toca Discos, Hip Hop Mulher, Cine Teia, Forum de Hip Hop, Hip Hop Educando, Nossa Tela, Soul Brasil, Microlhar, Filmagens Periféricas, Felco, Sarau Elo da Corrente, CineCachoeira, Cinescadão, Sarau da Brasa	Esses grupos foram apoiados na elaboração e aperfeiçoamento de projetos, que foram encaminhados a editais públicos – especialmente o do Programa Valorização de Iniciativas Culturais-VAI, da Prefeitura do Município de São Paulo, e o do Programa de Ação Cultural – PROAC, da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo. Com relação aos projetos de audiovisual, a assessoria contribuiu para a elaboração de roteiros de captação de imagens e no trabalho de edição final dos vídeos produzidos. Alguns desses grupos também foram assessorados com questões técnicas no desenvolvimento de seus produtos.
Fórum HipHop	Uma representação proposta ao Ministério Público; garantia de orçamento e apoio público para a realização da Semana Hip Hop em 2011.
Jovens comunicadores do Nepso	Produção de Jornal Mural em 5 escolas da Zona Leste de São Paulo; Realização da pesquisa "Juventudes e Culturas Iberoamericanas nos polos Nepso", envolvendo estudantes de São Paulo e Colômbia.

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
Treze escolas públicas de ensino fundamental do município de Ourinhos/SP: EMEF Dr. Salem Abujamra; EMEF Georgina Amaral Santos Lopes – CAIC; EMEF Jornalista Miguel Farah; EMEF Pedagogo Paulo Freire; EMEF Prof. Francisco Dias Negrão; EMEF Prof. Jorge Herkrath; EMEF Profª. Adelaide Pedroso Racanello; EMEF Profª. Amélia Abujamra Maron; EMEF Profª. Dorotheildes Bononi Gonçalves; EMEF Profª. Evani Maioral Ribeiro Carneiro EMEF Profª. Jandira Lacerda Zanoni; EMEF Profª. Josefa Navarro Lemos; EMEF Profª. Nilse de Freitas	Realização de treze diagnósticos participativos junto a 1.483 membros da comunidade escolar e elaboração de treze planos de ação coletivos
Sete escolas públicas do município de Santos/SP: UME Martins Fontes; UME Mário de Almeida Alcântara; UME Prof. Pedro Crescenti; UME Prof. Avelino da Paz Vieira; UME Ayrton Senna da Silva; UME Olavo Bilac; UME José Bonifácio	Elaboração de quatro planos de ação coletivos e implementação de suas ações

Oito escolas públicas de ensino fundamental do município de Bauru/SP: EMEF Prof. José Romão; EMEF Profª. Dirce B. G. de Azevedo; EMEF Prof. Geraldo Arone; EMEF Thereza Tarzia; EMEF Ivan Engler; EMEF Lourdes de Oliveira Colnaghi; EMEF Maria Chaparro da Costa; EMEF Waldomiro Fantini	Realização de quatro diagnósticos participativos junto a 387 membros da comunidade escolar. Elaboração de oito planos de ação coletivos e implementação de suas ações
Trinta e duas escolas da região de Bebedouro/SP, sendo 12 CEMEIs (creche), 06 EMEIs (educação infantil) e 14 EMEFs (ensino fundamental)	Realização de trinta e dois diagnósticos participativos junto a 1.720 membros da comunidade escolar e elaboração de trinta e dois planos de ação coletivos
Vinte e duas escolas da região de São José dos Campos/SP, sendo 09 escolas estaduais (fundamental e ensino médio), 12 EMEFs (ensino fundamental) e 01 EMEIF (educação infantil e ciclo I do ensino fundamental)	Realização de dezessete diagnósticos participativos e elaboração de vinte e dois planos de ação coletivos. Implementação de oito planos de ação coletivos
23 escolas públicas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio de São Paulo, Mauá e Biritiba Mirim	Realizadas 50 pesquisas educativas de opinião
Pólos SP, PE e RS do Nepso	Produzido o planejamento dos Pólos

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
Ministério da Cultura – Secretaria da Identidade e Diversidade	Assessoria para a realização do Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Ghóes. Organização da comunicação, incluindo site, assessoria de imprensa e produção do manual do candidato, além de outras peças gráficas como folders, cartazes e banners. Estruturação da mobilização, por meio da organização de comitês regionais de divulgação, organização da mobilização local, criação de metodologia para oficinas de capacitação e realização de workshops e plantões. Participação no processo de seleção das propostas vencedoras do Edital.
Departamento Municipal de Educação de Bebedouro/SP	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento da implementação dos planos de ação nas escolas e discussão de seus resultados por 13 técnicos da secretaria de educação.
Secretaria Municipal de Educação de Santos/SP	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento da implementação dos planos de ação nas escolas e discussão de seus resultados por 04 técnicos da secretaria de educação.
Secretaria Municipal de Educação de Bauru/SP	Apropriação da metodologia Indique, acompanhamento da implementação dos planos de ação nas escolas e discussão de seus resultados por 03 técnicas da secretaria de educação.

A ONGs, OSCs, instituições de ensino superior

Organização	Resultados no ano
Movimento Creche para Todos	3 petições administrativas à Secretaria Municipal de Educação e seus órgãos (Diretorias Regionais), reiterando pedidos de informação e providências; 2 representações encaminhadas ao Ministério Público; 2 Ações Cíveis Públicas e 1 Execução propostas (referente à ACP proposta em 2008); 1 liminar concedida, que avança na percepção do Judiciário sobre seu papel de garantidor do direito à educação infantil (a decisão liminar determina inclusão de rubrica orçamentária para possibilitar execução de política pública); reversão da política municipal de encaminhamento de crianças de 3 anos para pré-escolas, em período parcial (4 ou 6 horas); continuidade da reflexão sobre mobilização em prol do direito à educação infantil, bem como estratégias de exigibilidade e justiciabilidade.
Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo	10 representações encaminhadas aos Ministérios Públicos das 10 maiores cidades do Estado de São Paulo. Continuidade da reflexão sobre mobilização em prol do direito à educação de jovens e adultos, bem como estratégias de exigibilidade e justiciabilidade para essa modalidade.

A empresas e institutos empresariais

Organização	Resultados no ano
Fundação Telefônica	Elaborado e iniciado projeto de avaliação dos egressos do Programa Pró Menino
Instituto Desiderata	Apoiada a construção do Projeto "Megafone na escola"
Instituto Sadia	Oferecidos subsídios pelo projeto Nepso sobre a educação escolarizada no Brasil e orientação para articulação das comunidades a 12 funcionários de 3 unidades da empresa- Chapecó (SC)
H. Mellillo - Vila Guacuri	Apoiada a realização de cinco pesquisas educativas desenvolvidas pelas Casas de Cultura: Barra Bonita, Caconde, São José do Rio Pardo, Lins e Osasco.

A articulações intersetoriais

Organização	Resultados no ano
Subcomitê de Trabalho Decente para a Juventude (Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Juventude, Representações das confederações empresariais e dos sindicatos dos trabalhadores)	Elaboração do texto-base para o trabalho do Subcomitê, sistematização das reuniões e consolidação da versão final da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil, aprovada em dezembro 2010.

II ATIVIDADES DE FORMAÇÃO***Dirigidas a jovens***

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa	01	11	290	Jan - Dez	Encontros de formação de Jovens Agentes pelo Direito à Educação. Conteúdos: Acesso à educação, ensino médio, direito humano à educação, orientação profissional e espaços de participação política. Resultados: Oficinas de orientação profissional em escolas públicas realizadas pelos JADEs, participação de JADEs na Conferência de Educação da Cidade de São Paulo
Ação Educativa	95	13.324	4.560	Jan - Dez	Oficinas de arte e cultura para adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação e internação provisória em 21 unidades da Fundação Casa. Áreas e modalidades trabalhadas: Artes Visuais: Desenho e Pintura, Graffiti, Escultura, Fotografia, Moda e Estética e Cinema e Vídeo. Artes Cênicas: Teatro do Oprimido, Jogos Teatrais e Circo. Artes do Corpo: Dança, Capoeira e Dança de Rua. Artes da Palavra: Literatura, Rap, Fanzine e Rádio.
Ação Educativa	01	12	32	Abr - Nov	Oficinas do projeto Nepso para formação nos temas: Jornal Mural, Blog, Pesquisa Educativa de Opinião, leitura crítica dos meios de comunicação e cultura.
Ação Educativa e E.E. Milton Cruzeiro	4	100	24	2º Semestre	Oficinas Tô no Rumo – Orientação Profissional
Ação Educativa e E.E. Aroldo de Azevedo	5	130	24	2º Semestre	Oficinas Tô no Rumo – Orientação Profissional
Ação Educativa e E.E. Moacir Campos	10	320	24	2º Semestre	Oficinas Tô no Rumo – Orientação Profissional
IPJ – Instituto Paulista de Juventude	01	20	06	Junho	Abordagem do tema Ensino Médio e Juventude como parte do Curso para lideranças Juvenis “Borandá”
Ação Educativa	01	20	16	Julho	Curso de Produção de Mídia

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa	01	33	133	Jan - Dez	Formações dirigidas aos arte-educadores contratados para ministrarem oficinas de arte e cultura. Principais temas: Sistema de Garantia de Direitos, ECA, SINASE, Direitos Humanos, Proteção Integral, discussão sobre relações de gênero e práticas artísticas dialogadas com as modalidades destacadas no plano de trabalho.

Fundação Telefônica	5	170	236	Mar - Dez	Formação para o uso da metodologia Indique e acompanhamento dos planos de ação das escolas
Instituto Embraer	2	82	20	Mai - Nov	Acompanhamento dos planos de ação das escolas elaborados por meio do Indique
Ação Educativa	01	31	20	Fev - Mar	Formação de professores da rede pública e de educadores de ONGs na metodologia de Orientação Profissional para jovens de escolas públicas de ensino médio
Conselho do Fundeb Guarulhos	1	20	8	Janeiro	Formação dos conselheiros com o objetivo foi desenvolver olhar crítico em relação à estrutura do financiamento da educação no Brasil e aprofundar as possibilidades de atuação dos conselheiros no controle social dos recursos da educação.
Universidad de Quilmes (Argentina)	01	15	20	Fevereiro	Capacitação de professores para utilizar a metodologia Nepso de pesquisa educativa em Quilmes
Ação Educativa	01	26	16	Março	Capacitação de professores de 15 escolas de educação básica para utilizar a metodologia Nepso de pesquisa educativa
Secretaria de Educação do Ceará	4	100	32	Abril	Formação para professores do ensino médio de EJA para utilização de material didático Viver, Aprender e discussão de fundamentos das áreas de conhecimento.
Pólos RS, PR, PE, MG e SP do Nepso	01	18	20	Mai	Oficina de formação avançada com professores com produção de conteúdo para o Manual II do Nepso
E.E. Ruth Cabral	01	05	12	Julho	Capacitação para utilizar a metodologia "Tô no Rumor" na realização de oficinas de orientação profissional com jovens do 3º ano do ensino médio
Secretaria Municipal de Educação de Manaus e Secretaria Estadual de Educação do Amazonas	06	230	24	Agosto	Primeira etapa de formação de educadores das redes de ensino para o uso da metodologia e dos materiais do kit A Cor da Cultura
Secretarias Municipais de Educação de Cuiabá e de Várzea Grande e Secretária Estadual de Mato Grosso	07	260	24	Setembro	Primeira etapa de formação de educadores das redes de ensino para o uso da metodologia e dos materiais do kit A Cor da Cultura.
Departamento Municipal de Educação de Bebedouro	3	57	20	Setembro	Formação para o uso da metodologia Indique
Universidade Federal de Minas Gerais	02	60	8	Outubro	Capacitação de educadores do Programa Segundo Tempo na temática da Juventude
Faculdade de Educação da Universidade São Paulo	01	45	4	Outubro	Aula sobre a Pesquisa "Que Ensino Médio Queremos?" e a experiência do Projeto JADE para a turma de licenciatura da disciplina de "Política e Organização da Educação Básica no Brasil - EDA 463 da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP
Ação Educativa	01	11	4	Novembro	Oficina de Mídia com professores da rede pública

Racional Engenharia	1	12	16	Novembro	Formação para professores de alfabetização de EJA acerca dos temas letramento e numeramento.
---------------------	---	----	----	----------	--

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Participantes	Total horas	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
Ação Educativa / Ministério da Cultura	130	1600	390	Abr - Ago	Oficinas de capacitação para envio de propostas ao Prêmio Cultura Hip Hop. Encontros de três horas com ativistas do movimento hip hop, produtores e agentes de ONGs nos quais foram esclarecidos ponto a ponto o processo de inscrição no Edital. Os 130 encontros aconteceram em todos os estados da federação.
Ação Educativa	01	70	80	1º Semestre	Curso Cidadania e Direito à Educação – Formação acerca da educação como um direito – protegido por uma série de normas nacionais e internacionais - e que, por isso, é dotado de mecanismos de proteção contra violações.
Ação Educativa	01	14	30	Out - Dez	Curso de Elaboração de Projetos Culturais - conceito, prática e financiamento.
Casas de Cultura e Cidadania de São José do Rio Pardo, Lins, Caconde, São Paulo, Osasco e Barra Bonita	01	28	16	Março	Formação na metodologia Nepso de uso da pesquisa educativa
Ação Educativa	01	26	12	Mai - Jun	Oficina de Elaboração de Projetos com enfoque em projetos culturais.
Ação Educativa	02	20	6	Julho	Workshop de acesso ao Edital do Proac – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, voltado para a cultura hip hop.
Ação Educativa	01	4	3	Setembro	Exposição detalhada do Edital de Gravação de Disco Inédito (PROAC 17) para candidatos
Instituto Integra	01	100	4	Outubro	Formação de lideranças comunitárias para a organização de iniciativas de desenvolvimento humano envolvendo familiares e egressos do sistema prisional. São Paulo (SP)
SESC – São Carlos	01	25	6	Novembro	Oficina introdutória que abordou aspectos básicos de um projeto cultural e noções de captação de recursos via editais públicos.

III PROMOÇÃO DE EVENTOS

Nome do evento	Parceiros	No de participantes	Local	Data	Descrição, resultados
Reuniões de preparação da Missão Educação Quilombola no Brasil, pela Relatoria Nacional de Educação.	Comissão Nacional de Comunidades Quilombolas (Conaq), Relatoria Nacional de Terra, Território e Alimentação e Centro de Cultura Luiz Freire	10	São Paulo/SP e Brasília/DF	Jan - Mar	Foram realizadas reuniões presenciais e telefônicas com representantes da Conaq, Centro de Cultura Luiz Freire, Incra, Seppir e Relatoria Nacional de Terra, Território e Alimentação para preparação da missão educação quilombola no Brasil. A partir das reuniões, decidimos priorizar a missão intolerância religiosa nas escolas públicas e realizar a missão da educação quilombola em 2011.
Programação do Espaço Cultural Periferia no Centro	Ministério da Cultura e Secretaria do estado da Cultura de SP	7.700	São Paulo/SP	Fev - Dez	Programação mensal com apresentações artísticas e atividades de formação que incluem sarau literário, teatro, dança, mostra de filme, rodas de samba, entre outras atividades. Uma programação que acolhe artistas da periferia e promove o intercâmbio entre artistas de diferentes regiões periféricas da região Metropolitana de São Paulo.
Reunião da Relatoria Nacional de Educação com a Rede de Educação nas Prisões para preparar ação junto ao Conselho Nacional de Educação para aprovação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões	Ação Educativa, Ilanud, Alfamol, Pastoral Carcerária, Grupo Mulheres Encarceradas, Instituto Paulo Freire.	10	São Paulo/SP	02 de fevereiro	Foram definidas estratégias e propostas coletivas para a intervenção na Audiência Pública sobre Educação nas Prisões Brasileiras, convocada pelo Conselho Nacional de Educação, por recomendação da Relatoria Nacional de Educação. Como desdobramento desse processo, as Diretrizes foram aprovadas em março de 2010.
Oficina "Direitos Autorais na Escola: o que isso tem a ver comigo?" no Fórum Mundial de Educação	IPF/ Idec/ FGV	25	Osasco/SP	27 de fevereiro	Atividade auto-gestionada no FME sobre o impacto da lei de direitos autorais na educação e a revisão da lei
Plenária Livre: Direito à Educação da População Imigrante na Cidade de São Paulo	Movimento Nossa São Paulo e Centro de Apoio ao Migrante	42	São Paulo/SP	28 de fevereiro e 18 de abril	Debate acerca das demandas educacionais da população imigrante na cidade de São Paulo e elaboração de propostas para a Conferência de Educação da Cidade de São Paulo
Seminário A Reforma da Lei de Direitos Autorais e a Educação	IPF/ Idec/ FGV	100	São Paulo/SP	13 de março	Seminário sobre o impacto da lei de direitos autorais na educação e a revisão da lei

Encontro "O papel da sociedade civil na implementação do Plano Nacional da lei 10.639/2003: rumo a uma agenda de ação articulada"	Unesco, Neab/UFSCar, Ceert e Ceafro	50	São Carlos/SP	17 e 18 de março	Foi discutida uma agenda de ação entre os participantes de diferentes movimentos, organizações e instituições acadêmicas que resultou em ação articulada na Conferência Nacional de Educação, realizada entre 28 de março e 1 de abril, em Brasília
27 de Março – Dia do Graffiti	Centro Cultural da Espanha e coletivos de Graffiti	300	São Paulo/SP	26 de março	O evento consistiu numa série de intervenções no edifício-sede da Ação Educativa; realização de uma exposição com trabalhos em tela e outros suportes e intervenções de rua
Seminário e lançamento do livro "Educação em prisões"	IPF AlfaSol Ilanud	70	São Paulo/SP	26 de março	O evento reuniu ativistas de direitos humanos, educadoras/es, gestoras/es e egressas/os do sistema prisional. O foco do encontro foi o debate em torno das Diretrizes Nacionais para a Educação em Prisões.
Plenária Comunicação e Educação - Processo de Construção do Plano de Educação de São Paulo		50	São Paulo/SP	15 de abril	Debate e elaboração de propostas de comunicação para o Plano de Educação da Cidade de São Paulo
Missão Intolerância Religiosa nas Escolas Públicas no Rio de Janeiro (pela Relatoria Nacional de Educação) –	Unesco e Comissão Estadual de Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro.	50	Rio de Janeiro	04 a 06 de maio	Realização de visitas a terreiros da cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense, uma audiência pública com a Comissão Estadual de Intolerância Religiosa, e entrevistas com profissionais de educação, estudantes, familiares, promotores do Ministério Público e lideranças religiosas. A Relatoria foi recebida em audiência pela Secretária Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O informe preliminar da missão foi lançado na Marcha Nacional pela Liberdade Religiosa, ocorrida no dia 19 de setembro, no Rio de Janeiro.
Oficina "O Financiamento da Educação em São Paulo"	Movimento Nossa São Paulo – GT de Educação	20	São Paulo/SP	15 de maio	A atividade teve como propósito discutir a incidência nas organizações no processo de Conferência de Educação na Cidade de São Paulo. Para isso, discutiu e aprovou um conjunto de emendas que foram levadas para apreciação no processo participativo.
Encontro Temático sobre o Ensino Médio	Cenpec, Comunidade Cidadã, IPJ e Viração	40	São Paulo/SP	21 de maio	Elaboração de propostas e eleição de uma delegada para a Conferência de Educação da Cidade de São Paulo

Seminários Regionais de qualificação dos temas das pesquisas de opinião (Mauá e SP)	IPM	250	São Paulo/SP	28 de maio e 12 de junho	Apresentadas e debatidas as etapas de qualificação de tema das 50 pesquisas educativas de opinião realizadas no polo SP (Nepso)
Desafios da Conjuntura sobre Financiamento do Ensino Médio	Avina	50	São Paulo/SP	17de junho	Transmissão online e debate qualificado no chat, com pesquisadores da área
10ª Semana de Cultura Hip Hop	Biblioteca Monteiro Lobato e Centro Cultural da Espanha	500	São Paulo/SP	25 a 30 de julho	O evento foi anunciado como última edição e pretendia ser uma grande confraternização entre os grupos que organizaram, junto com a Ação Educativa, as nove edições anteriores. Mas a expectativa não se confirmou e o evento teve um público menor que o esperado. Apenas a noite do Sarau Rap e o show de encerramento com a participação das meninas do Hip Hop Mulher atraíram público.
II Hip Hop Mulher	Rede Hip Hop Mulher e Centro Cultural da Espanha	80	São Paulo/SP	30 a 31 de julho	Evento organizado pela Rede Hip Hop Mulher, reuniu delegadas de 10 estados, promovendo debates, palestras, oficinas e atividades artísticas. Esta edição fortaleceu o Evento iniciado em 2009 e que tende a ficar mais forte ainda nos próximos anos.
Missão de Intolerância Religiosa em Salvador (pela Relatoria Nacional de Educação)	Unesco, Conselho Municipal dos Direitos da População Negra e Ceafro	50	Salvador	09 a 11 de agosto	Realização de visitas a terreiros da cidade de Salvador, uma audiência pública com o Conselho Municipal da População Negra e entrevistas com profissionais de educação, estudantes, familiares, promotores do Ministério Público e lideranças religiosas. A Relatoria foi recebida em audiência pelo Secretário Municipal de Educação de Salvador, o Secretário Municipal de Igualdade Racial de Salvador e pela Secretaria Estadual de Educação. O informe preliminar da missão foi lançado na Marcha Nacional pela Liberdade Religiosa, ocorrida no dia 19 de setembro, no Rio de Janeiro.
II Simpósio Internacional do Nepso	IBOPE e UNESCO	42	Caxias do Sul/RS	10 a 13 de setembro	Com a participação dos coordenadores de todos os pólos Nepso, avaliação do trabalho realizado em 2010 e da proposta de conteúdo do Manual II Nepso.
Desafios da Conjuntura: O parlamento e a educação		65	São Paulo/SP	21de setembro	Cerca de 25 pessoas presentes (houve problema no metrô de SP), mas 40 pela internet, com intenso debate virtual; repercussão na mídia sobre o tema, às vésperas das eleições

Desafios da Conjuntura: Os planos de governo avaliados por professores	Avina	120	São Paulo/SP	15 de outubro	Mais de 100 pessoas inscritas, cerca de 60 participaram presencialmente e outras 60 pela internet, com Chat
VIII Seminário Paulista do Nepso	IPM	350	São Paulo/SP	27 de novembro	Apresentadas 50 pesquisas educativas de opinião, realizadas por 89 profs. e 1.012 alunos, durante o ano de 2010 (Nepso).
3º Encontro de DJs de Hip Hop	Centro Cultural da Espanha	200	São Paulo/SP	27 e 28 de novembro	Terceira edição do evento teve como novidade o local de sua realização: Tendal da Lapa, espaço da Prefeitura que é cedido para os movimentos culturais. Contou com oficinas, shows e debates. Apenas 200 pessoas estiveram nas atividades, que ficaram todas esvaziadas. A queda de público foi muito significativa, uma vez que nas edições anteriores houve a presença de mais de 600 pessoas.
Missão de Intolerância Religiosa em São Paulo (pela Relatoria Nacional de Educação)	Unesco	50	São Paulo	29 de abril, 11,12 e 26 de novembro	Realização de visitas a terreiros da cidade de São Paulo, uma audiência pública em parceria com a Relatora da ONU para diversidade cultural, Farida Shaheed (em visita ao Brasil) e entrevistas com profissionais de educação, estudantes, familiares, promotores do Ministério Público e lideranças religiosas. A versão final do relatório será lançada no segundo semestre de 2011.
Encontro de Jovens que participaram de projetos da Ação Educativa		16	São Paulo/SP	27 de novembro	Encontro de jovens que participaram de projetos da Ação Educativa ao longo de seus 16 anos de existência, com o objetivo de debater o significado tanto das ações de formação de jovens, quanto das de assessoria e fomento à organização e participação juvenil, realizadas nesse período.
3ª Mostra Cultural da Cooperifa	Cooperifa, Centro Cultural da Espanha, SESC	2.000	São Paulo/SP	29 de novembro a 05 de dezembro	Esta edição da Mostra foi toda dedicada às crianças e adolescentes, com o objetivo de formar público para literatura. Houve apenas atividades artísticas e um grande encerramento com uma festa para mais de mil crianças numa escola pública municipal.

Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010	Fundação Friedrich Ebert, Ibase, Instituto Paulista de Juventude, Instituto Pólis, Núcleo de Análises em Políticas Públicas/UFRRJ, Observatório de Juventude/UFMG, Observatório Jovem/ UFF	200	São Paulo/SP	01 de dezembro a 03 de dezembro	Com a presença de representantes de organizações e movimentos juvenis, poder público, ONGs e universidades, foram debatidos os avanços e os principais desafios das políticas públicas de juventude.
---	--	-----	--------------	---------------------------------	--

IV PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Internacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Seminário Internacional La Creatividad Redistribuida	Centro Cultural da Espanha do México	Cidade do México	25 a 28 de janeiro	Participação como ouvinte convidado nas Mesas e realização de uma série de visitas a espaços culturais e reuniões bi-laterais
Fórum Social Mundial	FSM	Porto Alegre/RS	26 a 30 de janeiro	Co-organização e Palestrante
Encontro Internacional de Educação	Secretaria Municipal de Educação de Osasco e Fórum Mundial de Educação	Osasco/SP	24 de fevereiro	Palestra "Diversidade e participação nas políticas educacionais"
Assembleia Mundial da Juventude Urbana / Fórum Mundial Urbano	ONU-HABITAT	Rio de Janeiro/RJ	19 e 20 de março	Participação
Reunião Continental da AVINA sobre Juventude	Avina	São Paulo/SP	16 de abril	Participação como especialista em juventude e políticas públicas
Jornada MVD: Colóquio Post CONFINTEA VI	MEC Brasil e ICAE	Uruguai	16 a 21 de abril	Palestrante - Temas: Escenario Global, Regional, MERCOSUREÑO com especial mirada hacia Brasil y Uruguay de la post CONFINTEA VI
Reunião do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo	Secretaria da Presidência e MRE	Brasília/DF	25 de abril	Participação
Roda de conversa "A educação é um direito: pela não discriminação na América Latina e Caribe", na Assembleia da CLADE	CLADE	São Paulo/SP	03 de maio	Mesa redonda "A educação é um direito: pela não discriminação na América Latina e Caribe"

Seminario Internacional Cultura y Desarrollo	Ministerio de Assuntos Exteriores Y de Cooperacion de Espanha/Agencia Espanhola de Cooperación e Desarrollo	Girona, Espanha	03 a 05 de maio	Participação como ouvinte convidado e visita a instituições culturais de Barcelona e Madrid
Seminário Internacional de Políticas Públicas Integradas	Cátedra Gestão Cidade - Universidade Metodista	São Bernardo do Campo/SP	20 de maio	Participação na mesa de abertura do evento: apresentação das atividades da Ação Educativa relacionadas ao ECA e os direitos das crianças e adolescentes.
International Seminar ICAE e Executive Council Meeting	ICAE	Bonn/Alemanha	28 de maio a 08 de junho	Co-Organização e Palestrante
Acampamento de defensores dos direitos humanos da África Lusófona	Open Society	Benguela - Angola	07 a 10 de junho	Palestra: "Os direitos humanos e a educação nas prisões"
Seminário Internacional "Educação em Prisões: Convergências e Perspectivas"	Ministério da Justiça, Ministério da Educação e OEI	Brasília/DF	08 e 09 de junho	Palestrante: Eixo Temático: Ações afirmativas: o papel da sociedade civil
Seminário Internacional ABONG	Consejo Tecnico Consultivo e Comisión de Fomento de las Actividades de las Organizaciones de la Sociedad Civil	Cidade do México	21 a 23 de junho	Debatedora - Taller com expertos Internacionales em matéria de Sociedad Civil
I Seminário Internacional da Cátedra Unesco de EJA	UNESCO	João Pessoa /PB	21 e 22 de junho	Palestrante
I Congresso Internacional da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos	UNESCO	João Pessoa/PB	20 a 23 de julho	Palestra "Pressupostos para a criação de materiais didáticos para a EJA"
Curso na Academia Internacional de Incidência em políticas de educación a lo largo de la vida - I.A.L.L.A	ICAE e IALLA	Montevideo, Uruguai	09 a 20 de agosto	Co-Organização, participação e Palestrante
3ª Reunião da Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil - União Européia	CDES/SRI - Presidência da Republica	Bruxelas,	07 a 10 de setembro	Participante - Primeira sessão de trabalho: A participação da sociedade civil como fator de coesão social
Conferência Iberoamericana de Direito Penal	Ministério da Justiça e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	Salvador/BA	17 de setembro	Palestra de Abertura do evento sobre Educação nas Prisões
Open Forum for CSO Development Effectiveness	Abong e Cordenacion SUD	Istanbul, Turquia	26 a 30 de setembro	Participante

I Jornada de Encontro Interescolas	Universidad de Quilmes e Ibope Argentina	Quilmes, Argentina	24 e 25 de novembro	Coordenação da avaliação das 07 pesquisas educativas realizadas por 10 professores e 149 alunos de 03 escolas públicas de Quilmes (Nepso).
Seminário Nepso na Colômbia	Ibope Colômbia	Subachoque, Colômbia	02 e 03 de dezembro	Coordenação da avaliação das 12 pesquisas educativas realizadas por 25 professores e 368 alunos de 05 escolas públicas de Rosal, El Madrid e Subachoque, na Colômbia (Nepso).

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Fórum Social Mundial	FSM/GRAP	Canoas/Porto Alegre	24 a 28 de janeiro	Participação e Organização de oficina de divulgação do Prêmio Hip Hop
1º Educação em Pauta – Todos pela Educação sobre a CONAE	Todos pela Educação	São Paulo/SP	02 de março	Participação
Audiência pública sobre Ações Afirmativas no Ensino Superior	Supremo Tribunal Federal	Brasília/DF	03 a 05 de março	Exposição sobre os resultados preliminares da missão Educação e Racismo no Brasil.
Seminário e lançamento do livro Educação nas Prisões	Alfasol e Rede de Educação nas Prisões	São Paulo/SP	26 de março	Palestra “Educação nas prisões”
Oficina “Desafios do ensino médio”	Avina	Recife/PE	08 e 09 de março	Participação
Encontro sobre Ensino Médio no Brasil: qualificação, desafios, prioridades e Plano de Ação	Avina Brasil	Recife	08 e 09 de março	Palestrante
Conferência Nacional de Cultura	Ministério da Cultura	Brasília	12 a 15 de março	Participação e realização de atividades de divulgação do Prêmio Hip Hop
Seminário: ONG’S e movimentos sociais: o desafio da sustentabilidade	ABONG e PAD (Processo de Articulação e Dialogo)	São Paulo	17 e 18 de março	Palestrante: legitimidade no acesso a fundos privados
Encontro CLADE sobre Educação Infantil: El Derecho a la Educacion em la Primera Infancia	CLADE – Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educacion	São Paulo/SP	23 de março	Apresentacion de experiências: Calidad y No discriminación em la educacion infantil
TEIA – Encontro Nacional dos Pontos de Cultura	Ministério da Cultura	Fortaleza	25 a 27 de março	Participação como delegado e realização de duas oficinas de divulgação do Prêmio Hip Hop
Fórum Social Urbano	Forum Nacional de Reforma Urbana	Rio de Janeiro	24 a 27 de março	Participação como delegado e realização de atividades de divulgação do Prêmio Hip Hop
Conferencia Nacional de Educação – CONAE 2010	Ministério da Educação	Brasília	29 de março	Palestrante: Eixo II – Colóquio: Padrões de Qualidade para Educação Básica e Superior: definindo os referenciais e garantindo a efetivação de Principio Constitucional

Conferencia Nacional de Educação – CONAE 2010	Ministério da Educação	Brasília	30 de março	Palestrante – Eixo III- Colóquio: Educação de Jovens e Adultos: desafios e Perspectivas
6º Congresso GIFE sobre investimentos Privados	GIFE	Rio de Janeiro	07 a 09 de abril	Participante
6º Congresso GIFE sobre investimentos Privados	GIFE	Rio de Janeiro	07 a 08 de abril	Palestrante: Tema: Bye Bye Brazil: as ong's diante da saída dos recursos internacionais
XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino	UFMG	Belo Horizonte	22 e 23 de abril	Palestrante
Caros Amigos – 13 anos de Jornalismo Democrático e Solidário	Revista Caros Amigos	São Paulo	22 de abril	Debatedor – Que desenvolvimento queremos para o Brasil?
V Seminário Estadual do Fórum Paulista de EJA	Fórum EJA do Estado de São Paulo	São Bernardo do Campo/SP	23 e 24 de abril	Mediação da mesa Formação de educadores de EJA
Seminário: mapeamento das iniciativas de educação de educação na América Latina	Ação Educativa e Avina Brasil	São Paulo	04 a 06 de maio	Co-organização e Palestrante
IV Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (JUBRA)	PUC-MG	Belo Horizonte/MG	16 a 18 de junho	Participação em mesa redonda: Juventude e mundo do trabalho
2º Educação em Pauta - "A Crise na Audiência no Ensino Médio – Abandono e Evasão"	Todos pela Educação/ANDI	São Paulo/SP	16 de junho	Participação
Seminário A Mídia e os movimentos sociais	Apeoesp	São Paulo/SP	01 de julho	Palestra "Análise da cobertura da greve dos professores paulistas"
Seminário "Direitos Autorais: um debate com toda a sociedade"	Rede pela reforma da LDA	São Paulo/SP	19 de julho	Participação
VI Reunião do Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo	Secretaria Geral da Presidência da República	Brasília	23 de julho	Participante
Audiência Pública sobre Diversidade e Violência nas Escolas	Senado Federal	Brasília/DF	04 de agosto	Palestra: Violência escolar e o projeto de lei do Senador Paulo Paim
II Colóquio – A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais.	Universidade Federal de Pernambuco	Recife/ PE	10 a 13 de agosto	Apresentação de trabalho: A especificidade das políticas públicas de qualificação profissional voltadas para juventude
Mostra, Jovem!	Projovem / Secretaria Nacional de Juventude	Brasília/DF	09 a 12 de agosto	Participação e realização de pesquisa junto aos participantes
Seminário ABONG sobre fundos privados	ABONG	São Paulo/SP	24 de agosto	Mediação de Mesa 1 - Sustentabilidade das organizações da sociedade civil e a iniciativa privada
3º Seminário Juventude, Cultura e Desenvolvimento – Diversidades e identidades lugares e caminhos.	CEPP – centro de Estudos de Políticas Públicas	Rio de Janeiro	24 de agosto	Debatedor na Mesa Diversidade e Transformação Social
Assembleia da Plataforma DhESCA Brasil	Plataforma DhESCA Brasil	Brasília/DF	26 a 28 de agosto	Participação

Grupo de Trabalho da Campanha sobre Racismo na Infância e na Adolescência	Unicef	Brasília/DF	13 de setembro	Apresentação de considerações e sugestões para o aprimoramento do material de Campanha.
IV Encontro Nacional da ANDHEP (Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-graduação)	ANDHEP	Brasília/DF	16 e 17 de setembro	Apresentação de trabalho: “A participação da sociedade civil na educação em prisões”
Marcha Nacional pela Liberdade Religiosa	Comissão Estadual de combate à Intolerância Religiosa do RJ	Rio de Janeiro/RJ	19 de setembro	Lançamento do informe preliminar sobre Intolerância Religiosas nas Escolas Públicas na coletiva de imprensa da Marcha Nacional.
Seminário do Grupo de Monitoramento e Controle Social do Poder Judiciário	Terra de Direitos	São Paulo/SP	20 e 21 de setembro	Participação e co-organização
Seminário do Observatório da Equidade: As políticas de educação e tributária como fundamentos para um novo ciclo de desenvolvimento	CEDES	Brasília/DF	18 de outubro	Participação
Seminário - Brasil e políticas de direitos humanos: implementação e monitoramento dos compromissos internacionais.	Projeto Conjunto de Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil: PDhESCA, PAD, MNDH e Parceiros de Misereor.	Brasília/DF	28 e 29 de outubro	Participação
Estratégia Brasil 2010-2014 – PPM e EED - Seminário de Construção de Indicadores	EED, Brot fur die welt (Alemanha) e Elo (Brasil)	Salvador/BA	03 a 05 de novembro	Participação
Seminário sobre o PNE na Unicamp	Unicamp	Campinas/SP	05 de novembro	Participação
Seminário Diálogos Nacionais Rumo à RIO +20	Green Economy Coalition/Vitae Civilis/IIED/UMEP	São Paulo/SP	11 e 12 de novembro	Participação
Cerimônia de Premiação do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos	SDH / MEC / OEI	Brasília/DF	18 de novembro	Participação
Encontro Nacional de Dinamizadores do Projeto Aulas Fundação Telefônica	Fundação Telefônica	Amparo/SP	24 a 26 de novembro	Mediação de mesa e Coordenação de oficina sobre qualidade educativa
I Conferência do Desenvolvimento (CODE/ IPEA)	IPEA	Brasília/DF	24 a 26 de novembro	Participação em mesa redonda: Juventude e macroeconomia
Seminário do Observatório da Justiça Brasileira	Universidade Federal de Minas Gerais / Observatório da Justiça Brasileira	Belo Horizonte/MG	29 de novembro a 03 de dezembro	Apresentação de Trabalho “Ações em defesa do direito à educação infantil em São Paulo: litigância estratégica para a promoção de políticas públicas”
Encontro sobre Estudos de Alfabetização e EJA da SECAD	SECAD/MEC	Brasília	02 de dezembro	Debatedora - Tema – Nível de alfabetização no Brasil: Indicador de Alfabetismo Funcional

Seminário ABONG – sobre Concepção de desenvolvimento	ABONG	Salvador/BA	06 a 10 de dezembro	Coordenação de Mesa
Roda de conversa com o Relator da ONU para o Direito à Educação - Kishore Sing	Cátedra UNESCO de Direito à Educação / Faculdade de Direito da USP / UNESCO	São Paulo/SP	09 de dezembro	Participação
Projeto a Cor da Cultura	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP	Jul – Out	Participação nas reuniões de planejamento e coordenação pedagógica do projeto A Cor da Cultura.

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
Oficina sobre Direitos Autorais na Escola – Fórum Mundial de Educação	Ação Educativa (OBS) e IPF	Osasco/SP	26 de fevereiro	Participação
Mesa de Debates sobre o Plano de Educação da Cidade de São Paulo:..	Diretoria Regional de Ensino de Pirituba	São Paulo/SP	06 de março	Mesa Redonda: "O Financiamento da Educação Básica: desafios ao financiamento da educação no município de São Paulo".
Roda de Conversa sobre REA (Recursos Educacionais Abertos) na Casa da Cultura Digital	Casa da Cultura Digital/ Comunidade REA	São Paulo/SP	27 de março	Palestra "A experiência do Observatório da Educação"
Ato público pela ampliação de vagas em creches e pré-escolas de São Paulo	Movimento Nossa São Paulo	São Paulo/SP	08 de abril	Participação
Encontro do Grupo de Afinidade em Juventude do GIFE	GIFE	São Paulo/SP	20 de abril	Palestra "As Políticas Públicas de Juventude"
V Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos.	Fórum EJA São Paulo	São Bernardo do Campo/SP	24 de abril	Palestra "Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos"..
Seminário Financiando a Educação de Qualidade: quanto custa esse direito?. 2010.	Campanha Nacional pelo Direito à Educação – Comitê CE / Comissão de Defesa do Direito à Educação / CEDECA – Ceará / FE-UFC	Fortaleza/CE	29 de abril	Palestra "Financiamento da Educação no governo Lula: cenários e desafios pós-CONAE".
Semana de Ação Mundial pela Educação	Secretaria Municipal de Educação de Extrema – MG	Extrema/MG	06 de maio	Palestra "A Educação como um Direito Humano: significado político e consequências jurídicas".
Que Ensino Médio Queremos?	Unifesp	Guarulhos/SP	07 de maio	Palestra sobre a pesquisa Que Ensino Médio Queremos
Curso Direito Humano à Educação	Ação Educativa	São Paulo/SP	08 de maio	Palestra "Educação nas Prisões"

Disciplina EDM 5102 – Preparação Pedagógica – PAE/FE-USP.	Faculdade de Educação da USP / Programa de Aperfeiçoamento do Ensino	São Paulo/SP	12 de maio	Palestra “Financiamento da Educação”.
Encontro do GT para reestruturação do Conselho Estadual de Juventude de São Paulo	Unidade de Programas para a Juventude / Secretaria de Relações Institucionais do Estado de São Paulo	São Paulo/SP	18 de maio	Apresentação de propostas para o processo da reestruturação do Conselho Estadual de Juventude de São Paulo
Plenária Preparatória da Conferência do Plano de Educação do Município de São Paulo, de Fóruns e Movimentos	Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	São Paulo/SP	07 de junho	Participação
Conferência do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	São Paulo/SP	19 e 20 de junho	Participação, com direito a voto, e Coordenação da Mesa da Plenária Geral
Conferência de Educação da Cidade de São Paulo	Prefeitura Municipal de São Paulo / Secretaria Municipal de Educação	São Paulo/SP	18 a 20 de junho	Participação
I Curso de Defensores Populares da Infância e Juventude	Escola de Formação da Defensoria Pública de SP	São Paulo/SP	02 de julho	Palestra “O Sistema Público de Ensino”
Formação sobre Direito à Educação Infantil para Marcha Mundial das Mulheres	Marcha Mundial de Mulheres / Movimento Creche para Todos	São Paulo/SP	15 de julho	Conferência “O direito à educação infantil”
Projeto Debate Político e Formação em Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	CEDECA - Ceará	Fortaleza/CE	30 de julho	Palestra: “Justiciabilidade do Direito à Educação”
O Estado de São Paulo e a Educação	GT de Educação da campanha de Mercadante ao governo do Estado de São Paulo	São Paulo/SP	07 de agosto	Palestra sobre Ensino Médio
Seminário: Juventude e Mundo do Trabalho	Prefeitura Municipal de Diadema	Diadema/SP	11 de agosto	Participação em mesa redonda: apresentação da Agenda de Trabalho Decente para a Juventude
V Seminário Regional Nepso no PR	Centro de Treinamento Zilda Arns -	Araucária/PR	27 de agosto	Coordenação da avaliação das 09 pesquisas educativas realizadas por 27 profs, 460 alunos de cinco escolas públicas do pólo PR (Nepso)

X Seminário "Escola e Pesquisa – um encontro possível" (RS)	Universidade de Caxias do Sul	Caxias do Sul/RS	10 e 11 de setembro	Coordenação da avaliação das 51 pesquisas educativas realizadas por 79 profs, 1.655 alunos de 29 instituições educativas de Porto Alegre, Caxias do Sul, Farroupilha, São Marcos (Nepso).
Reunião do Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo	Conselho da Comunidade	São Paulo/SP	14 de setembro	Apresentação do Relatório de Educação nas Prisões Brasileiras
Encontro dos Fóruns EJA do Nordeste	ICAE, Unesco e Secad	Recife/PE	13 de outubro	Palestra "O Direito Humano à Educação"
Seminário: Juventude e Mundo do Trabalho	Prefeitura da Estância Turística de Embu / UNIFESP	Embu/SP	23 de outubro	Participação em mesa redonda: Juventude e Políticas Públicas
Oficina Corpo-Imagens dos Terreiros	Cultura e Pensamento	São Paulo/SP	28 de outubro	Apoio na organização e apresentação da missão Intolerância Religiosa.
Seminário Nepso em MG	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	10 e 11 de novembro	Coordenação da avaliação das 48 pesquisas educativas realizadas por 122 profs, 1480 alunos de 34 escolas públicas do pólo MG (Nepso)
Seminário Nepso de PE	Universidade Federal Rural de PE – Garanhuns	Garanhuns/PE	12 e 13 de novembro	Coordenação da avaliação das 15 pesquisas educativas realizadas por 26 profs. e 353 alunos de 07 escolas públicas de Recife, Camaragibe, Vicência, Lagoa do Ouro, São João, Iguaracy, Miracica, Terezinha Garanhuns e Olinda (Nepso).
Seminário: Juventude e Mundo do Trabalho	Prefeitura da Estância Turística de Embu / UNIFESP	Embu/SP	27 de novembro	Participação em mesa redonda: Juventude e Mundo do Trabalho

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de intervenção
O profissional da educação em organizações sociais (ONGs) e de educação não-escolar	Faculdade Sumaré	São Paulo/ SP	07 abril	Apresentação e debate das iniciativas desenvolvidas pela Ação Educativa e do trabalho de profissionais da área de educação nela.
Curso Cidadania e Direito à Educação: formando defensores populares do direito à educação	Ação Educativa	São Paulo/SP	15 de maio	Coordenação de oficina sobre qualidade educativa
Plenária da subprefeitura da Mooca – processo de construção do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	São Paulo/SP	20 de maio	Participação

"O debate atual sobre qualidade do ensino, avaliação e indicadores educacionais"	Ação Educativa/ Curso Cidadania e Direito à Educação	São Paulo	22 de maio	Palestrante – Conferência 11 – Qualidade na Educação
A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho – debate de lançamento da pesquisa	Instituto Votorantim	São Paulo/SP	26 de maio	Debatedora
Conferência do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	São Paulo/SP	19 e 20 de junho	Participação
Jovens Feministas, Presente! – lançamento do livro	Curso Pré-vestibular Popular IFHEP	Rio de Janeiro/RJ	26 de junho	Apresentação e debate dos conteúdos do livro Jovens Feministas, Presente!
Oficina sobre arte-educação para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas	ISE (Instituto Socioeducativo)	Rio Branco/AC	10 a 15 de agosto	Apresentação das metodologias e resultados dos trabalhos de arte e cultura desenvolvidos pelo Projeto Arte na Casa Oficinas Culturais nas unidades de Internação e Internação Provisória da Fundação Casa para os servidores recém contratados pelo ISE (Instituto Socioeducativo).
Seminário FES	FES	São Paulo	01 de set. e 26 de out	Participante
Fórum Hip Hop: Movimento Certo	SESC São Carlos	São Carlos/SP	26 de novembro	Exposição em mesa de debate sobre o processo de realização do Prêmio Hip Hop.
Seminário Indique Infantil	Ação Educativa, MEB/SEB e UNICEF	São Paulo	03 de dezembro	Co-Organização e Participante

V PARTICIPAÇÃO EM REDES, FÓRUMS, ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS E CONSELHOS DE REPRESENTANTES

Nome	Resultados no período
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	Participação nas reuniões regulares, como conselheiro da Presidência da República, discutindo as políticas federais. Participação no Observatório da Equidade do próprio CDES, monitorando as políticas educacionais e nos grupos de trabalho sobre temas diversos.
ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos	Participação no conselho diretor, com reuniões regulares presenciais e por meios eletrônicos, monitorando e fazendo lobby com vistas à implementação do direito humano à educação de adultos no plano internacional, junto aos organismos internacionais, particularmente a UNESCO.
Conselho Técnico e Científico de Educação Básica da CAPES	Participação regular como conselheiro para subsidiar o Ministério da Educação nas suas políticas e no apoio à formação de profissionais do magistério para a educação básica
ABONG	A coordenadora Geral da Ação Educativa assumiu a direção executiva da associação. Vem atuando diretamente no tema do Marco Legal para as organizações da sociedade civil e parâmetros para a cooperação internacional ao desenvolvimento. Tem assento no Conselho Nacional da Transparência e

	Combate à Corrupção e na comissão organizadora da 1ª Consocial - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social
Comissão de Avaliação e Propostas do Programa VAI – Secretaria Municipal de Cultura	Avaliação dos 679 projetos apresentados e acompanhamento dos 127 selecionados
Conselho Nacional de Juventude - Conjuve	Elaboração de recomendações aos programas de juventude do Governo Federal, em comissão coordenada pela Ação Educativa. Aprovado pelo Conjuve, o texto deve se constituir como um subsídio para a 2ª Conferência Nacional de Juventude, a ser realizada em 2011.
Articulação Juventude na Cidade de São Paulo	Elaboração de estratégias para controle social das políticas de juventude na cidade de São Paulo
Grupo de Articulação pelo Ensino Médio	Definição de uma pauta mínima de consenso e elaboração de estratégias para incidência no Plano Nacional de Educação
Conselho da Comunidade da Comarca de São Paulo	Visitas a unidades prisionais, produção de relatórios.
Conferência Nacional de Educação (29, 30, 31/03 e 01/04)	Delegados de todos os Estados brasileiros votaram as deliberações produzidas nas Conferências Municipais e Estaduais de Educação, com o objetivo de produzir o Plano Nacional de Educação.
Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA/MEC	Concentrou-se em construir junto à SECAD as estratégias para o desenvolvimento da política pública de EJA, em especial a Agenda Territorial de EJA e a construção de políticas intersetoriais para a modalidade.
Comissão da Agenda Territorial de Alfabetização e EJA do estado de São Paulo.	Construção da Agenda Territorial no estado de São Paulo com a finalidade de estabelecer os marcos da construção de uma política de EJA para o estado com a participação dos vários atores da sociedade civil e governo. Culminou na realização de um seminário de discussão e criação de diretrizes para a EJA no estado.
Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos	Participação da equipe de coordenação do Fórum Estadual de EJA que atua pelo fortalecimento do direito à educação de Jovens e Adultos no estado.
GT Educação do Movimento Nossa São Paulo	Realização de eventos abordando o processo de construção participativa do Plano de Educação da Cidade de São Paulo. A Ação Educativa representa o GT na Comissão Executiva do Plano.
Comissão Executiva do Plano de Educação da Cidade de São Paulo	O processo participativo de construção do plano envolveu diretamente 20 mil pessoas em cerca de 2 mil atividades realizadas em escolas e comunidades para discutir propostas destinadas a melhorar a educação no município. Para dar conta do desafio organizativo, a Comissão Executiva se reuniu quase semanalmente e esteve presente em diversas atividades realizadas nas várias regiões da cidade.
Campanha latino-americana por uma Educação não-sexista e antidiscriminatória	Foram realizadas reuniões com quatro grupos de leitura crítica para aprimoramento do texto do informe Gênero e Educação no Brasil, coordenado por Ação Educativa. O primeiro grupo foi com professoras da USP, o segundo grupo com representantes de redes e movimentos de educação e do movimento de mulheres; o terceiro grupo, com outros programas de Ação Educativa e o último grupo com movimentos, redes e instituições acadêmicas de Recife. O informe preliminar será apresentado em audiência pública articulada pela Campanha Nacional de Educação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em 2011.
Plataforma DHESCA Brasil	Reunião dos Relatores Nacionais (Direito à Saúde, Direito à Educação, Direito à Terra, Território e Alimentação, Direito à Cidade, Direito ao Meio Ambiente) para planejamento do Projeto Relatores no primeiro e no segundo semestre.

VI INSERÇÕES NA MÍDIA

Tema: Educação e Direitos Humanos /Justiciabilidade

Internet

1. Plano de direitos humanos prevê a criação de um sistema de registro de violência escolar - <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br> - 24/02/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório da Educação.
2. Plano de direitos humanos prevê a criação de um sistema de registro de violência escolar - www.diaadiaeducacao.pr.gov.br - 24/02/2010 - PR - Reportagem reproduzida do site do Observatório da Educação.
3. Novo programa de direitos humanos traz agendas "periféricas" da educação - <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br> - 01/03/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.
4. Novo programa de direitos humanos traz agendas "periféricas" da educação - <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br> - 01/03/2010 - CE - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.
5. Plano de direitos humanos prevê a criação de um sistema de registro de violência escolar - www.simpro-ba.org.br - 02/03/2010 - BA - Reportagem reproduzida do site do Observatório de tema: Ações afirmativas, educação nos presídios e outros grupos excluídos estão presentes no plano.
6. Professor de SP já pode denunciar problema em escola - www.aprendiz.uol.com.br - 05/03/2010 - SP - Repercussão do projeto de lei enviado por Kassab para a Câmara Municipal para revogar inciso da lei da mordada, conforme publicado no boletim de 25/02/2010.
7. Professores do ensino público brasileiro defendem direito de falar com a imprensa - <http://knightcenter.utexas.edu/> - 23/03/2010 - Internacional - Notícia de que uma desembargadora "derrubou" portaria da Secretaria de Educação motivou esta reportagem; a matéria contextualizou o tema com informações do Observatório, indicando links para outras notícias.
8. Comissão do Senado aprova projeto que reduz pena de preso estudante - <http://www.portalinclusivo.ce.gov.br> - *Inclusão e Cidadania* - 16/08/2010 - Nacional - Reportagem reproduzida do site do Observatório.

Tema: Analfabetismo/Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

Internet

1. "Pesquisa inédita revela grau de alfabetismo funcional de jovens metropolitanos." - www.ipm.org.br - 27/10/2010 - matéria sobre a pesquisa INAF.
2. Por que analfabeto? O Analfabeto é individual, mas o analfabetismo é coletivo é social. Letrar não é alfabetizar. Quando começa e quando termina a alfabetização? Quando começa e quando termina o letramento? - <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/por-que-analfabeto/44588/> -01/05/2010 - matéria sobre analfabetismo, cita INAF.

Tema: Educação de Jovens e Adultos

Internet

1. Tempo médio de estudo do brasileiro não chega aos 8 anos do ensino fundamental - 13/09/2010. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/kewreclire.mmp> - Análise de dados da PNAD acerca do perfil educacional do brasileiro com base em entrevista realizada com Roberto Catelli.
2. SP não adere à agenda de desenvolvimento de EJA; sociedade civil se articula para fortalecer modalidade - 03/09/2010. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/jouovekesh.mmp> - Informações sobre a Agenda Territorial em SP com base em entrevista realizada com Roberto Catelli.
3. Falta de currículo trava EJA no Enem, diz especialista - 03/09/2010. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/chuuiwrecl.mmp> - Análise do ENEM e do desempenho da EJA com base em entrevista realizada com Roberto Catelli.

4. Matrículas de EJA caem 19% no estado de SP - 18/05/2010. Disponível em: <http://aprendiz.uol.com.br/content/lucrutithe.mmp> - Análise do comportamento das matrículas de EJA no estado de São Paulo com base em entrevista realizada com Roberto Catelli.
5. "Falta divulgação para ampliar", diz coordenador da Ação Educativa na Conae – Políticas Públicas - WWW.portalaprendiz.uol.com.br - 30/03/2010 - Brasília - entrevista Sérgio Haddad sobre EJA (Educação de Jovens e Adultos).
6. Resolução sobre educação nas prisões deve sair até o fim de março - www.inclusive.org.br - 19/02/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório de tema: A expectativa do relator no CNE é que o texto seja votado a tempo de ser apresentado na Conferência Nacional de Educação.
7. CNE aprova diretrizes curriculares para educação nas prisões - www.adital.com.br - 12/03/2010 - CE - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre as diretrizes para educação nas prisões.
8. CNE aprova diretrizes curriculares para educação nas prisões - www.focandoanoticia.com.br - 14/03/2010 - PB - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre as diretrizes para educação nas prisões.
9. CNE aprova diretrizes curriculares para educação nas prisões - www.cereja.org.br - 15/03/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre as diretrizes para educação nas prisões.
10. MEC homologa diretrizes nacionais para a educação nas prisões - *Portal Inclusive* - Inclusão e Cidadania - www.inclusive.org.br - 19/05/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório.
11. MEC homologa diretrizes nacionais para a educação nas prisões - www.cee.mt.gov.br - 19/05/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório.
12. População carcerária é invisível quando o tema é educação - www.aprendiz.uol.com.br - 22/05/2010 - SP - Reportagem sobre a implementação das Diretrizes.
13. Plano de educação em presídios propõe aula no período noturno e cursos profissionalizantes - www.aprendiz.uol.com.br - 22/03/2010 - SP - Entrevista com Mariângela Graciano sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação nos Presídios.

Tema: Outras Políticas Educacionais

Rádio e TV

1. Plano de Educação de São Paulo - **Rádio Globo** - 27/05/2010 - entrevistada com Denise Carreira.
2. Temas que devem ser destaque na educação em 2010 - **Região Online/BA** - 19/01/2010 - Reportagem reproduzida do site do Observatório, com pautas para 2010 de temas como Conae, PNE, Educação Inclusiva, Ensino Médio, etc.
3. Jornal da CBN - **Rádio CBN** - 19/11/2010 - 8h45 - Nacional - Esperanto, xadrez e educação financeira no currículo escolar - Charge eletrônica produzida por Heródoto Barbeiro que comenta levantamento do Observatório sobre projetos de lei que criam novas disciplinas.
4. Liberdade de Expressão - **Rádio CBN** - 19/11/2010 - 8h50 - Nacional - Esperanto pode ser nova disciplina obrigatória no ensino regular? - Comentário de Cony, Xexéo & Viviane Mosé sobre levantamento do Observatório sobre projetos de lei que criam novas disciplinas, inclusive esperanto.
5. Jornal da CBN - **Rádio CBN** - 01/12/2010 - Nacional - Entrevista motivada por levantamento do Observatório sobre projetos de lei que criam novas disciplinas, particularmente esperanto; após entrevista o apresentador Heródoto Barbeiro leu e-mail enviado pelo Observatório sobre a necessidade de se problematizar a atuação dos parlamentares na educação.
6. CBN SP - **Rádio CBN** - 2/12 - manhã - SP - Entrevista de Carlos Giannazzi (PSOL) com Milton Jung motivada por levantamento do Observatório que mostra que SP é um dos estados que ainda não possuem plano estadual de educação.
7. Jornal da CBN - **Rádio CBN** - 2/12 - manhã - Nacional - Entrevista de 6 minutos feita por Heródoto Barbeiro com César Callegari, do Conselho Nacional de Educação, a respeito do levantamento do Observatório que mostrou que tramitam, no Congresso, cerca de 250 projetos de lei que incluem disciplinas no currículo escolar.
8. CBN SP - **Rádio CBN** - 3/12 - manhã - SP - Entrevista com Paulo Renato Souza, secretário estadual da Educação com Milton Jung, motivada por levantamento do Observatório que mostra que SP é um dos estados que ainda não possuem plano estadual de educação.
9. CBN SP - **Rádio CBN** - 3/12 - manhã - SP - Entrevista com João Cardoso Palma Filho, membro do Conselho Estadual de Educação, com Milton Jung, motivada por levantamento do Obser-

- vatório que mostra que SP é um dos estados que ainda não possuem plano estadual de educação; Milton sugeriu no ar e em seu site o blog De Olho nos Conselhos, do Observatório.
10. Notícias - **Rádio Agência NP** - 6/12 - Nacional - Reportagem em áudio baseada em levantamento do Observatório sobre planos estaduais de educação.
 11. Jornal - Rádio Nacional - 7/12 - DF - Entrevista com Denise Carreira, relatora pelo direito humano à educação a respeito do levantamento do Observatório sobre planos estaduais de educação.
 12. Jornal Hoje - **Rede Globo** - 10/11 - tarde - Nacional - A Reportagem de 5 minutos repercutiu levantamento do Observatório que mostrou que tramitam, no Congresso, cerca de 250 projetos de lei que incluem disciplinas no currículo escolar.
 13. Jornal Nacional - **Rede Globo** - 15/11 - noite - Nacional - Vídeo de 2 minutos - Reportagem repercutiu levantamento do Observatório que mostrou que tramitam, no Congresso, cerca de 250 projetos de lei que incluem disciplinas no currículo escolar. Entrevista com Sérgio Haddad.

Jornais e revistas

1. Gol contra a educação - **Jornal da Tarde** - 14/09/2010 - SP - Clubes ignoram a formação de atletas mirins; existem irregularidades na fiscalização; A sugestão de pauta foi produzida e enviada pelo *Observatório* em julho.
2. Clube de futebol ignora educação de jogador - **O Estado de S. Paulo** - 14/09/2010 - SP - Clubes ignoram a formação de atletas mirins; existem irregularidades na fiscalização; A sugestão de pauta foi produzida e enviada pelo *Observatório* em julho.
3. Plano Nacional de Educação será lançado na segunda-feira - **Jornal da Ciência SBPC** - 26/11/2010 - matéria contém fala de Denise Carreira
4. Apenas dez Estados adotam plano de educação - **Jornal Valor Econômico** - 1/12 - SP - Reportagem baseada em sugestão de pauta do *Observatório* sobre a ausência de planos estaduais de educação em 16 Estados.
5. Fala, professor - **Revista Educação** - Novembro de 2010 - Nacional - Nota sobre debate "os planos de governo avaliados por professores", realizado pelo *Observatório* em outubro.
6. O caso dos livros didáticos - **Revista Educação** - Dezembro de 2010 - Nacional - Cita dados do levantamento do *Observatório* sobre a adesão dos municípios ao PNLD.
7. A peso de Ouro - **Revista Educação** - Dezembro de 2010 - Nacional - Reportagem sobre mercado de sistemas apostilados baseada em levantamento do *Observatório* sobre o tema.
8. As reivindicações dos professores e a qualidade da educação - **Revista Pátio Ensino Médio** - Jun/Ago 2010 - RS - A opinião dos professores sobre qualquer tema é desconsiderada e a formulação das políticas educacionais ocorre à sua revelia. Entrevistas com Mariângela Graciano e Sérgio Haddad.

Internet

1. Desenvolvimento Local: Educação Deve Se Articular Com Outras Políticas Públicas, Afirma Especialista - <http://www3.sp.senac.br/hotsites/gd4/dlamericalatina> - 04/02/2010 - Nacional - Entrevista reproduzida do site do *Observatório* sobre Projeto Itaim-Curuçá, de Desenvolvimento Local.
2. Organizações pedem agilidade na reforma da lei de direitos autorais - <http://www.goiaseducacao.com/> - 12/02/2010 - GO - Reportagem reproduzida do site do *Observatório* sobre reunião com o Minc em que o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor apresentou uma carta ao Ministro Juca Ferreira, cobrando uma posição do Ministério sobre a abertura do projeto de reforma da Lei de Direitos Autorais.
3. Lei de direitos autorais brasileira é uma das mais restritivas do mundo, diz pesquisadora - <http://www.inclusive.org.br/> - 12/03/2010 - SP - Reprodução de entrevista do *Observatório* com Carolina Rossini.
4. Lei de direitos autorais brasileira é uma das mais restritivas do mundo, diz pesquisadora www.observatoriodaempresa.com.br - 16/03/2010 - Nacional - Reprodução de entrevista do *Observatório* com Carolina Rossini.
5. Prazo para solicitar livros didáticos foi ampliado - www.blogeducacao.org.br/ - 17/05/2010 - Nacional - Matéria adaptada do site do *Observatório*.
6. Reforma da lei de direitos autorais favorece o direito à educação - www.inclui.org.br - 24/06/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do *Observatório*.
7. CNE: quanto mais representativo da diversidade da sociedade, mais será alvo do controle público, diz recém-empossada - www.incluisive.org.br - 24/06/2010 - SP - Entrevista com a conselheira Nilma Gomes, reproduzida do site do *Observatório*.

8. Construção participativa do plano de educação de São Paulo envolveu 21 mil pessoas – www.todospelaeducacao.org.br - 30/06/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre o processo de construção do Plano de Educação da cidade de São Paulo.
9. Fim do conveniamento de creches em São Paulo é aprovado em votação tumultuada – www.todospelaeducacao.org.br - 30/06/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre o processo de construção do Plano de Educação da cidade de São Paulo.
10. A maior contribuição da Conferência foi o processo de participação, não o documento em si, diz pesquisador - www.todospelaeducacao.org.br - 30/06/2010 – Nacional - Entrevista reproduzida do site do Observatório com Elie Ghanem, sobre o processo de construção do Plano de Educação da cidade de São Paulo.
11. Plano de educação de São Paulo vai prever escolas bilíngues para surdos - <http://revistaescola.abril.com.br/> - 30/06/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre o processo de construção do Plano de Educação da cidade de São Paulo.
12. Matrícula na escola poderá ser exigida para jogadores de futebol de 12 a 21 anos - www.fundabring.org.br/ 30/06/2010 – Nacional - Reprodução da matéria do site Aprendiz, que foi baseada em reportagem do Observatório sobre as mudanças na Lei Pelé.
13. Matrícula na escola poderá ser exigida para jogadores de futebol de 12 a 21 anos - *Portal de Notícias Vooz* - 31/06/2010 – PI - Reprodução da matéria do site Aprendiz, que foi baseada em reportagem do Observatório sobre as mudanças na Lei Pelé.
14. Presidenciáveis não detalham propostas sobre educação - www.todospelaeducacao.org.br - 17/08/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site.
15. Candidatos apresentam propostas genéricas para a educação – *INESC* - 21/08/2010 – Nacional - Reportagem produzida a partir de dados do levantamento do Observatório da Educação sobre como a educação aparece no plano de governo dos candidatos à presidência
16. Polarização marca debate sobre revisão da lei de direitos autorais - *Site Inclusive* - 26/08/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site.
17. Mais de 250 projetos de lei propõem novas disciplinas, diz ONG - www.terra.com.br - 15/09/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site.
18. Mais de 250 projetos de lei propõem novas disciplinas, diz ONG - *Portal Veja.com* - 15/09/2010 – Nacional - Reportagem reproduzida do site.
19. Mais de 250 projetos de lei propõem novas disciplinas, diz ONG - *Site Jundiaí Online* - 20/09/2010 – SP - Reportagem reproduzida do site
20. Leis "penduricalho" emperram pauta de educação; alteração de currículo é assunto da maioria delas – *Site UOL* - 22/09/2010 – Nacional - Reportagem baseada no debate Desafios da Conjuntura sobre Legislativo e a Educação, realizado em setembro.
21. Projeto de lei quer incluir ciência política no currículo – *Site UOL* - 23/09/2010 – Nacional - Reportagem com informações de levantamento do Observatório sobre os projetos do Congresso que criam disciplinas na grade curricular.
22. Leis "penduricalho" emperram pauta de educação; alteração de currículo é assunto da maioria delas – *Site Educar para a Vida* - 22/09/2010 – Nacional - Reportagem baseada no debate Desafios da Conjuntura sobre Legislativo e a Educação, realizado em setembro.
23. Projeto de lei quer incluir ciência política no currículo – *Portal Vooz* - 23/09/2010 – Nacional - Reportagem com informações de levantamento do Observatório sobre os projetos do Congresso que criam disciplinas na grade curricular.
24. Projeto de lei quer incluir ciência política no currículo – *Portal 45 graus* - 23/09/2010 – Nacional - Reportagem com informações de levantamento do Observatório sobre os projetos do Congresso que criam disciplinas na grade curricular.
25. Projeto de lei quer incluir ciência política no currículo – *Portal do Jornal A Tarde* - 23/09/2010 – Nacional - Reportagem com informações de levantamento do Observatório sobre os projetos do Congresso que criam disciplinas na grade curricular.
26. Projetos no Congresso incham currículo escolar - *Portal RBS (rede gaúcha de TV)* - 27/09/2010 – Nacional - Nota baseada em reportagem do site sobre projetos do Congresso que criam disciplinas na grade curricular.
27. Pesquisa aponta falta de qualidade nos projetos de lei sobre educação - *Portal R7* - 7/10/2010 – Nacional - Reportagem baseada no debate Desafios da Conjuntura sobre Legislativo e a Educação, realizado em setembro.
28. Pesquisa aponta falta de qualidade nos projetos de lei sobre educação - *Site do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF* - 8/10/2010 – DF - Reprodução da matéria do portal R7, baseada no debate Desafios da Conjuntura realizado em setembro.

29. Pesquisa aponta falta de qualidade nos projetos de lei sobre educação - **Portal da Fed. Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central** - 19/10/2010 – Nacional - Reprodução da matéria do portal R7, baseada no debate Desafios da Conjuntura realizado em setembro.
30. Projetos no Congresso querem criar novas disciplinas para a educação - **Site oficial do senador Cristovam Buarque** - 04/11/2010 – Nacional - Transcrição de matéria feita pelo Jornal Hoje com apoio do Observatório sobre projetos do Congresso que criam novas disciplinas.
31. Conselhos de São Paulo serão monitorados pelo Observatório da Educação - **Site Inclusive** - 04/11/2010 – Nacional – Reprodução de nota do site do Observatório.
32. Projetos de lei podem mudar o currículo escolar - **Revista Veja** - 11/11/2010 – Nacional - Reportagem inspirada em boletins sobre a relação entre o Legislativo e as políticas educacionais.
33. PNE que termina este ano sofreu com a diminuição de recursos – **Site do Todos pela Educação** 28/11/2010 – matéria contém fala de Denise Carreira
34. Projetos de lei podem mudar o currículo escolar - **Portal da Revista EasyCoop - Cooperativismo** - 11/11/2010 – Nacional – Reprodução de matéria da Revista Veja, inspirada em boletins do Observatório sobre a relação entre o Legislativo e as políticas educacionais.
35. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **O Estado de S. Paulo** - 01/12/2010 – SP - Reportagem baseada em sugestão de pauta produzida pelo Observatório que revela a ausência de planos estaduais de educação em 16 Estados.
36. Sergipe não tem plano de educação previsto em lei - **Rádio Itabaiana** - 01/12/2010 – SE - Nota baseada em matéria da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
37. Piauí está entre os estados brasileiros que não tem plano estadual de educação - **Portal GP1** – 01/12/2010 – PI - Nota baseada em matéria da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
38. Paraná não tem plano estadual de educação - **Paraná Online** – 01/12/2010 – PR - Nota baseada em matéria da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
39. Acre está entre os 16 Estados que não têm plano de educação, revela ONG - **Site O Rio Branco**- 01/12/2010 – AC - Nota baseada em matéria da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
40. Dezesesseis Estados não têm plano de educação, inclusive Sergipe - **Site Click Sergipe** – 01/12/2010 – SE - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
41. Dezesesseis Estados não têm plano de educação – **Portal R7** – 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
42. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **Veja Online**- 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório
43. Rondônia e mais quinze estados não têm planos de educação - **Rondonia Dinâmica** – 01/12/2010 – RO - Reprodução da reportagem do jornal O Estado de S. Paulo sobre sugestão de pauta do Observatório
44. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **IstoÉ Online** – 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
45. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **A Cidade (Ribeirão Preto)** – 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório
46. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **Portal IG** – 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório
47. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **Portal da Revista Exame.com** – 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
48. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **Site Hoje em Dia** – 01/12/2010 – Nacional - Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
49. Dezesesseis Estados não têm plano de educação - **Site UOL Educação** – 1/12 – Nacional – Reprodução de nota da Agência Estado sobre sugestão de pauta do Observatório.
50. Os planos estaduais de educação – **Luís Nassif Online** – 1/12 – Nacional - Reprodução de reportagem do jornal Valor Econômico, baseada em sugestão de pauta do Observatório sobre a ausência de planos estaduais de educação em 16 Estados.
51. Piauí está entre Estados que não tem plano estadual de educação – **Portal O Dia** – 1/12 – PI - Reprodução da reportagem do jornal O Estado de S. Paulo sobre levantamento do Observatório
52. Escolas do Piauí não possuem plano de educação – **Tribuna do Sol** – 1/12 – PI – Nota baseada em levantamento do Observatório sobre planos estaduais de educação.

53. Mais da metade dos estados não possui seus próprios planos de educação – **O Globo** – 1/12 – Nacional – Nota baseada em levantamento do Observatório sobre planos estaduais de educação.
54. Aleluia lamenta Bahia não ter adotado Plano Estadual de Educação – **Site Direto da Fonte** – 1/12 – BA – repercussão de levantamento do Observatório sobre planos estaduais de educação.
55. Educação: Falta de planos em estados recebe crítica – **Jornal Hoje em Dia** – 1/12 – MG – repercussão de levantamento do Observatório sobre planos estaduais de educação.
56. Apenas dez estados possuem Plano Estadual de Educação – **Portal Vermelho** – 3/12 – Nacional – Nota baseada em sugestão de pauta produzida pelo Observatório que revela a ausência de planos estaduais de educação em 16 Estados.
57. Reportagens constataam despreparo das redes de ensino – **Observatório da Imprensa** – 9/3 – Nacional- A cobertura educacional na última semana de fevereiro (22 a 28) foi marcada por notícias que registram dificuldades encontradas por estudantes e professores para iniciar o ano letivo. Artigo de Mariângela Graciano – Observatório da Educação.
58. Cobertura sobre bullying é superficial – **Observatório da Imprensa** – 4/5 – Nacional- Pesquisa da ONG Plan sobre bullying na escola, divulgada no dia 14 de abril, foi destaque na cobertura da segunda quinzena do mês. Artigo de Fernanda Campagnucci – Observatório da Educação.
59. Fraudes que a imprensa não viu – **Observatório da Imprensa** – 19/5 – Nacional – Na análise da cobertura da educação de 75 jornais e quatro revistas semanais nesta primeira quinzena de maio, chamou a atenção um caso regional, mas que deve servir de alerta a jornalistas de todo o país: a terceirização da merenda na rede estadual de ensino de Santa Catarina. Artigo de Fernanda Campagnucci – Observatório da Educação.
60. MEC cancela lançamento do PNE – 04/12/2010 – **Portal do Luis Nassif** – contém fala de Denise Carreira

Tema: Projetos Pedagógicos em escolas públicas

Internet

1. Análise de mídia: cobertura sobre bullying é superficial – *Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Sergipe* – www.sintese.org.br – 06/05/2010 – SE – Reprodução do boletim Ação na Mídia
2. Fala Educadora! “Ensino Fundamental de Nove Anos: repensar a infância na escola”, artigo da educadora Sabrina da Costa Dias – www.inclusive.org.br – 24/06/2010 – SP – Artigo da seção Fala Educador, Fala Educadora! “Ensino Fundamental de Nove Anos: repensar a infância na escola”, reproduzido do site do Observatório.

Tema: Educação e Relações Raciais

Jornais e revistas

1. Luta por Legitimação – **Revista Educação** – Março de 2010 – Nacional – Reportagem com análise de Denise Carreira – Ação Educativa e Allan da Rosa – FEUSP (entrevista concedida por ele ao Observatório) sobre o negro na educação brasileira – que espaço ocupa a cultura negra nas escolas e no imaginário do país, sete anos após a edição da lei que torna obrigatórios os conteúdos de origem africana

Internet

1. Defensores de cotas afirmam que proibir exclusão de negro não gera inclusão – Jornal A tarde (online) – 05/03/2010 – Salvador– Aborda fala de Denise Carreira em audiência pública no STF sobre ações afirmativas no ensino superior.
2. “Papo com Vera Masagão” – <http://paposocial.com.br/2010/11/29/papo-com-vera-masagao/> – 29/11/2010 – encontro com Vera Masagão pudemos conversar sobre o tema da Educação no Brasil a partir de uma abordagem qualitativa e pragmática, e ela nos trouxe sua visão sobre o que dizem os principais indicadores e análises sobre sua situação e quais medidas podem ser tomadas para melhorar sua estrutura.
3. Luta por Legitimação – www.revistaeducacao.com.br – Março/2010 – Nacional – Reportagem com análise de Denise Carreira – Ação Educativa e Allan da Rosa – FEUSP (entrevista concedida por ele ao Observatório) sobre o negro na educação brasileira – que espaço ocupa a cultura negra nas

escolas e no imaginário do país, sete anos após a edição da lei que torna obrigatórios os conteúdos de origem africana.

Tema: Juventude

Rádio e TV

1. **TVT** – 02/12/2010 – São Bernardo do Campo – entrevista com Maria Virgínia de Freitas sobre as políticas públicas de juventude e a realização do Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010

Jornais e revistas

1. “Em busca de Horizonte: Jovens às vias de entrar para o mercado de trabalho são o grande desafio para a formatação de políticas públicas que conjuguem educação e outros setores sociais.” – **Revista Escola Pública** – Capa – Edição 15/05/2010 – Nacional – cita o projeto JADE - Jovens Agentes pelo Direito à Educação (Ação Educativa).

Internet

1. Em busca de Horizonte: Jovens às vias de entrar para o mercado de trabalho são o grande desafio para a formatação de políticas públicas que conjuguem educação e outros setores sociais. – <http://revistaescolapublica.uol.com.br> - 15/05/2010 – Nacional – cita o projeto Jovens Agentes pelo Direito à Educação (Ação Educativa).
2. Abertas inscrições para Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010 – www.infojovem.org.br – Notícias – 08/11/2010 – Nacional – divulga a realização do Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa.
3. Seminário Juventude em Pauta 2010 – www.claspnet.org.br – Notícias – 08/11/2010 – São Paulo/SP – divulga a realização do seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa.
4. Inscrições para o seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010 terminam dia 10 de novembro – www.blogeducacao.org.br – Agenda – 09/11/2010 – Nacional – divulga a realização do Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa.
5. Seminário Juventude em Pauta 2010: inscrições abertas – www.ceam.unb.br/oj – Notícias – 23/11/2010 – Brasília/DF – divulga a realização do Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa.
6. Coordenadoria de Juventude participa de seminário de políticas públicas para os jovens – www.guarulhosonline.com – News – 02/12/2010 – Guarulhos/SP – aborda a realização do Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010 e apresenta a missão da Ação Educativa
7. Seminário discute políticas públicas de juventude em São Paulo – www.une.org.br – Movimento Estudantil – 03/12/2010 – Nacional – faz um balanço das questões debatidas durante o Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010 e cita fala de Maria Virgínia de Freitas (Ação Educativa).
8. UJS participa de Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta – www.ujs.org.br – 06/12/2010 – Nacional – traz notícia sobre o Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa, considerando-o como um “divisor de águas”.
9. Seminário Ação Educativa: construção de políticas públicas para juventude ainda tem grandes desafios – www.cenpec.org.br – Notícias – São Paulo/SP – 07/12/2010 – faz um balanço das ques-

tões debatidas durante o Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa.

10. Orçamento Juventude 2003-2010: Uma proposta metodológica para o controle social das políticas públicas de juventude – www.agere.org.br – Notícias – 16/12/2010 – Brasília/DF – cita o Seminário Políticas Públicas: Juventude em Pauta 2010, promovido pela Ação Educativa.

Tema: Espaço Cultural Periferia no centro

Rádio e TV

1. **Radio Cultura** – 23/03/2010 – SP - Entrevista ao vivo com Rodrigo Medeiros sobre o evento “27 de Março: Dia do Graffiti”.
2. Jornal da Cultura – **TV Cultura** – 28/03/2010 – São Paulo – Entrevista com Rodrigo Medeiros sobre o evento: “27 de Março: Dia do Graffiti”.

Jornais e revistas

1. *Bodega do Brasil agora na Ação Educativa* – **Jornal do Centro** - pag. 15 – 31/07/2010 - São Paulo. Mateia com o curador do evento, poeta Costa Senna.
2. Arte no Centro: Ação Educativa vira Pontão de Cultura e abre novos espaços para artistas populares – **Revista A Rede** - nº56 – março/2010 – Nacional – matéria sobre os projetos do Ponto e do Pontão de Cultura da Ação Educativa traz entrevista com Antonio Eleilson Leite (Ação Educativa).
3. Emancipação pela cultura: libertou-se, por fim, o pássaro cativo – **Revista CASA em revista**- Ano I Nº 2 – pg 34 a 37 – artigo assinado por Antônio Eleilson Leite sobre o projeto Arte na Casa.

Internet

1. Arte no Centro: Ação Educativa vira Pontão de Cultura e abre novos espaços para artistas populares – www.arede.inf.br – março/2010 – Nacional – matéria sobre os projetos do Ponto e do Pontão de Cultura da Ação Educativa, traz entrevista com Antônio Eleilson Leite (Ação Educativa).

Tema: Ação Educativa (institucional) e Ação em Rede

Jornais e revistas

1. Ativistas vão preparar balanço após fim do Fórum no RS - *FSM 10 anos* – **Jornal O Estadão** - 29/01/2010 – Caderno Brasil – pg. 01 – entrevista com organizadores do evento, e fala de Sergio Haddad.
2. Porto Alegre terá memorial do Fórum Social - *FSM 10 anos* – **Jornal O Estadão** - 20/01/2010 – Caderno Política – pg. X – matéria sobre a doação de um espaço para a criação do memorial do FSM.
3. A sociedade vai à escola – ONG’s na escola - **Revista Educação** - ed. 154 – 08/02/2010- pg. XX - matéria sobre o papel das ong’s e do Estado na escola. Entrevistado Sergio Haddad.
4. Sotaque espanhol na educação pública brasileira –Indique - **Revista Amanhã** – 19/02/2010 – matéria sobre o Projeto Escola Brasil se baseia nos "Indicadores da Qualidade na Educação", ou IQE - como é conhecida a série de critérios desenvolvida pela ONG Ação Educativa em parceria com a Unicef, a PNUD

Internet

1. Ativistas vão preparar balanço após fim do Fórum no RS - *FSM 10 anos* – *Jornal O Estadão* - <http://www.estadao.com.br/noticias/nacionalativistas-vaio-preparar-balanco-apos-fim-do->

- [forum-no-rs,503708,0.htm](#) - 29/01/2010 - Entrevista com organizadores do evento, e fala de Sergio Haddad.
2. Porto Alegre terá memorial do Fórum Social - FSM 10 anos –*Jornal O Estadão* - <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,porto-alegre-tera-memorial-do-forum-social,501166,0.htm> –20/01/2010 - matéria sobre a doação de um espaço para a criação do memorial do FSM.
 3. Sociedade vai à escola - OnGs na escola- *Revista Educação* - <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos.asp?codigo=12843> – 08/02/2010 - matéria sobre o papel das ong's e do Estado na escola. Entrevistado Sergio Haddad.
 4. Sotaque espanhol na educação pública brasileira –Indique - *Revista Amanhã* - Citação – Indique - <http://www.amanha.com.br/NoticiaDetalhe.aspx?NoticiaID=2e49555f-25cc-4e7a-b0fd-30339f1ecdd5> - 19/02/2010 - matéria sobre o Projeto Escola Brasil se baseia nos "Indicadores da Qualidade na Educação", ou IQE - como é conhecida a série de critérios desenvolvida pela ONG Ação Educativa em parceria com Unicef e PNUD.

Tema: Relatoria Nacional de Educação

Rádio e TV

1. **Radio CBN** – 15.05.2010 – SP – entrevista com Denise Carreira: Relatoria investiga denúncias de intolerância religiosa nas escolas

Jornais e revistas

1. Intolerância religiosa nas escolas – **Jornal Correio Braziliense** – 20/05/2010 – Brasília – artigo analisa entrevista de Denise Carreira para Radio CBN sobre missão intolerância religiosa.
2. Intolerância religiosa na escola – **Jornal Diário.com** – 10/09/2010 – Maringá – matéria sobre a missão intolerância e cita Denise Carreira.
3. Na sala de aula, ensino religioso tem abordagem confusa – **Jornal Diário do Sul** – 08/02/2010 – Tubarão/SC – cita a missão intolerância religiosa - reprodução matéria da Revista Educação.
4. Cresce o problema intolerância religiosa nas escolas – **Jornal A Gaxeta** – 08/02/2010 – SP – missão intolerância religiosa.
5. Brasil não escapa da intolerância religiosa – **Jornal Paraná** – 19/09/2010 – reprodução artigo do Correio Braziliense.
6. Pesquisa mostra que intolerância religiosa ainda está presente em escolas brasileiras – **Jornal O Dia** – 10/09/2010 – Piauí – reprodução matéria do UOL Educação sobre missão intolerância em Salvador.
7. Oração subordinada – **Revista Educação nº 166** – 07/02/2011 – cita missão intolerância religiosa

Internet

1. Relatoria do Direito Humano à Educação investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro – <http://unicrio.org.br/relatoria-do-direito-humano-a-educacao-investiga-casos-de-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro/> - 07/05/2010 - divulga etapa Rio de Janeiro da missão intolerância religiosa.
2. Intolerância religiosa na educação (do Brasil) <http://ateularia.wordpress.com/2011/03/03/unesco-intolerancia-religiosa-na-educacao-do-brasil/> - 03/03/2010 - divulga a missão intolerância religiosa.
3. Relatoria do Direito Humano à Educação investigará casos de intolerância religiosa nas escolas de Salvador - <http://correionao.ning.com/profiles/blogs/relatoria-do-direito-humano-a> - 07/08/2010 - divulga a etapa Salvador da missão intolerância religiosa.

4. Informe preliminar revela casos de intolerância religiosa - http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2461&Itemid=2 - 03/05/2011 - divulga o informe preliminar da missão intolerância religiosa.
5. Intolerância Religiosa na Educação no Brasil - http://www.cedefes.org.br/index.php?p=educacao_detalhe&id_afro=4647 - 04/03/2011 - re-produz matéria da Plataforma Dhesca sobre a missão intolerância religiosa.
6. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - <http://www.fonaper.com.br/noticia.php?id=941> - 10/05/2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
7. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - - <http://www.ariadnepinheiro.com/eutenhofe/noticias/relatoria-do-direito-humano-a-educacao-investiga-casos-de-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro> - 10 de maio de 2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
8. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - - <http://www.geledes.org.br/educacao/relatoria-do-direito-humano-a-educacao-investigara-casos-de-intolerancia-religiosa-nas-escolas-de-salvador-09-08-2010.html> -10 de maio de 2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
9. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php?view=article&catid=48%3Asugestoes-de-pautas&id=906%3Arelatoria-do-direito-humano-a-educacao-investiga-casos-de-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro&tmpl=component&print=1&page=&option=com_content - 10 de maio de 2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
10. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - <http://saudenegra.blogspot.com/2010/05/casos-de-intolerancia-religiosa-sao.html> - 10 de maio de 2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
11. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - <http://www.campanhaeducacao.org.br/?idn=69> - 10 de maio de 2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
12. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - <http://www.inclusive.org.br/?p=15214> - 10 de maio de 2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
13. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - <http://redesaudedapopulacaonegra.blogspot.com/2010/05/relatoria-do-direito-humano-educacao.html> - 10/05/2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
14. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - http://www.dhesbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=127&Itemid=154 - 10/05/2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
15. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - <http://www.iser.org.br/site/imprensa/intolerancia-religiosa-em-escolas-rj> - 10/05/2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
16. Relatoria do Direito Humano à Educação investiga casos de intolerância religiosa nas escolas de Salvador - http://www.direitoshumanos.etc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9352:relatoria-do-direito-humano-a-educacao-investiga-casos-de-intolerancia-religiosa-nas-escolas-de

- [salvador&catid=16:racismo&Itemid=167](#) - 09/08/2010 - reprodução do release da etapa Salvador da missão intolerância religiosa.
17. Relatoria do Direito Humano investiga casos de intolerância religiosa no Rio de Janeiro - http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=199:relatoria-investigara-casos-de-intolerancia-religiosa-nas-escolas-de-salvador&catid=69:antiga-rok-stories - 10/05/2010 - reprodução do release da missão intolerância religiosa no RJ.
 18. Brasil não escapa da intolerância religiosa - <http://www.delegadofrancischini.com.br/index.php?f=noticias.php&id=164> - 19/09/2010 - reprodução de matéria do jornal Paraná Online sobre missão intolerância religiosa.
 19. As crenças de matriz africana e a história do Brasil - <http://www.proppi.uff.br/ineac/crencas-de-matriz-africana-e-historia-do-brasil> - 19/09/2010 - comenta a missão intolerância religiosa no Rio de Janeiro.
 20. Agressões e outros casos de intolerância são relatados por missão do Direito Humano à Educação - http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=2412&Itemid=2 - 24/08/2010 - comenta a etapa Salvador da missão intolerância religiosa.
 21. Relatório de Direitos Humanos analisa casos polêmicos - http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=8&id_noticia=143113 - 06/12/2010 - matéria sobre apresentação na Câmara dos Deputados das ações das Relatorias.
 22. Plataforma DHESCA apresenta relatório na Câmara - <http://www.mst.org.br/node/11004> - 08/12/2010 - matéria cita a Relatoria de Educação.
 23. Estudos apontam para perseguição velada a religiões afrobrasileiras - <http://racismoambiental.net.br/2010/06/10/> - 10/06/2010 - analisa etapa Rio de Janeiro da missão intolerância religiosa.
 24. Pesquisa mostra que intolerância religiosa ainda está presente em escolas brasileiras - <http://educacao.uol.com.br/ultnot/2010/09/10/pesquisa-mostra-que-intolerancia-religiosa-ainda-esta-presente-em-escolas-brasileiras.jhtm> - 10/06/2010 - entrevista Denise Carreira e analisa missão intolerância religiosa etapa Salvador.

Tema: Financiamento da Educação

Internet

1. Escolas estaduais administram menos de 2% dos gastos com alunos - *Adital* - www.adital.com.br - 22/06/2010 - Internacional - Repercussão da pesquisa sobre financiamento do Ensino Médio.
2. Escolas de SP administram menos de 2% dos recursos da educação - *Comunidade Exkola* - www.exkola.com.br - 23/06/2010 - Nacional - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre a pesquisa de Theresa Adrião sobre o financiamento do Ensino Médio.
3. Escolas estaduais administram menos de 2% dos gastos com alunos - *Portal Aprendiz* - <http://aprendiz.uol.com.br/homepage.mmp> - 23/06/2010 - Nacional - Repercussão da pesquisa sobre financiamento do Ensino Médio.
4. Escolas administram menos de 2% dos recursos da educação, diz pesquisa - *Portal Inclusive - Inclusão e Cidadania* - www.inclusive.org.br - 24/06/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre a pesquisa de Theresa Adrião sobre o financiamento do Ensino Médio.
5. Escolas administram menos de 2% dos recursos da educação, diz pesquisa - *Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - portal* - www.smabc.org.br - 28/06/2010 - SP - Reportagem reproduzida do site do Observatório sobre a pesquisa de Theresa Adrião sobre o financiamento do Ensino Médio.
6. Entrevista com Thereza Adrião: Propostas de valorização da Educação são inconsistentes - *Revista Reciclar Já* - www.revistareciclarja.com - 21/08/2010 - Nacional - Reportagem reproduzida do site.